

CONSULTA AOS POVOS INDÍGENAS DO CORREDOR  
AMAZÔNICO CENTRAL

RELATÓRIO FINAL

PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS  
IBAMA/PPG7/MMA

*MÁRCIO SANTILLI, JORGE POZZOBOM E DEBORAH LIMA*  
JUNHO/SETEMBRO DE 1998.

## SUMÁRIO

<b>1. O PCE</b>	<b>4</b>
1.1 METAS SOCIAIS.....	5
1.2 TERRAS E POVOS INDÍGENAS NO CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA.....	6
<b>2. A CONSULTA</b>	<b>8</b>
2.1 OBJETIVOS .....	8
2.2 METODOLOGIA.....	8
2.3 DEMANDA GERAL DE FISCALIZAÇÃO.....	9
<b>3. HEGEMONIA TICUNA NO ALTO SOLIMÕES</b>	<b>11</b>
3.1 OS TICUNA.....	11
3.2 A PESCA E A ROÇA.....	11
3.3 ÉVARE .....	12
3.4 POLÍTICA INTERNA.....	12
<b>4. UNI TEFÉ E OS POVOS DO MÉDIO SOLIMÕES E DO JAPURÁ</b>	<b>13</b>
4.1 POUCA TERRA E MUITA PRESSÃO NO MÉDIO SOLIMÕES .....	13
4.2 CONECTIVIDADE .....	13
4.3 OCUPAÇÃO MAKU NO INTERFLÚVIO .....	14
4.4 UNI E PRELAZIA.....	15
<b>5. OS POVOS CARIBE DO LESTE DO CORREDOR</b>	<b>16</b>
5.1 TERRAS CONTÍGUAS E PARENTESCOS .....	16
5.2 WAIMIRI-ATROARI: UM CASO À PARTE .....	16
5.3 DEMARCAÇÃO E FORMA DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS WAI-WAI .....	17
5.4 ESTRADAS E INTERESSES MINERÁRIOS.....	18
<b>6. EIXOS COMUNS</b>	<b>19</b>
6.1 VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO.....	19
6.2 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO .....	19
6.3 CONECTIVIDADES E SOBREPOSIÇÕES.....	20
<b>7. TRÊS PROJETOS SUB-REGIONAIS</b>	<b>20</b>
7.1 NEM ALDEIA, NEM ASSEMBLÉIA GERAL .....	20
7.2 AGREGANDO ESPECIFICIDADES.....	21
7.3 GESTÃO LOCAL.....	21
7.4 ARTICULAÇÃO NO PPG7.....	22
<b>8. REFERÊNCIAS INSTITUCIONAIS</b>	<b>23</b>
8.1 O PAPEL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	23
8.2 ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E DE APOIO.....	24
8.3 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA .....	25
8.4 DIAGRAMA DE RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS.....	25
<b>9. RESUMO DAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES</b>	<b>27</b>
(a). sobre a continuidade da interlocução do PCE com os índios do corredor central:.....	27
(b). sobre a atuação da FUNAI e do IBAMA no corredor e sua representação no PCE: .....	27
(c). sobre o perfil e o gerenciamento de projetos indígenas no PCE:.....	27

(d). sobre as demandas indígenas para o PCE:.....	28
(e). sobre a integração de iniciativas no âmbito do PPG7:.....	28
(f). sobre metas sociais e conectividade: .....	28

## 10. ANEXOS

10.1. RELATÓRIO DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS AOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO E DO ALTO SOLIMÕES .....	30
10.2. RELATÓRIO DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS PARA OS ÍNDIOS MAKU NADÔB DO RIO JAPURÁ .....	81
10.3. RELATÓRIO DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS AOS POVOS INDÍGENAS DO LESTE DO CORREDOR CENTRAL E ÀS ORGANIZAÇÕES DE APOIO SEDIADAS EM MANAUS.....	102
10.4. TEXTO ELABORADO E UTILIZADO PELOS CONSULTORES NO PROCESSO DE CONSULTA AOS ÍNDIOS .....	115

## RELATÓRIO FINAL

Este relatório conclui os trabalhos de consulta aos povos indígenas que vivem na região em que será implantado o Corredor Ecológico Central da Amazônia. Estes trabalhos foram contratados pelo Banco Mundial, no contexto dos pré-investimentos relacionados ao Projeto Corredores Ecológicos (PCE), componente do PPG7, o Plano Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e apoiado pela cooperação internacional. Foram executados pelos consultores Deborah Magalhães Lima, Jorge Pozzobom e Márcio Santilli, entre junho e setembro de 1998.

---

### 1. O PCE

---

O conceito de corredores ecológicos se originou dos debates e iniciativas mais recentes sobre estratégias contemporâneas para a conservação da biodiversidade. Partiu-se da constatação de que os sistemas tradicionais de áreas protegidas, parques e reservas de uso restrito, se ainda constituem um instrumento indispensável às políticas de conservação, não podem assegurar a sua integridade ambiental sob o cerco crescente dos processos de ocupação e exploração predatória dos recursos naturais no seu entorno e no seu interior, e o impacto das mudanças climáticas globais. Via de regra, os sistemas nacionais de parques e reservas já são, em si, insuficientes para a proteção dos vários ecossistemas associados e para a garantia de sobrevivência de muitas espécies animais que dependem da ocupação extensiva do território.

Assim, o fundamento básico do conceito dos corredores está na potencialização da conectividade entre as áreas protegidas, através de políticas integradas e de fomento a projetos que envolvam as áreas de entorno e de interstício entre elas e, portanto, que também envolvam os atores sociais que vivem e detêm direitos sobre as mesmas. A implantação de um corredor ecológico supõe um pacto, que envolve os poderes públicos e os atores sociais de uma mesma região num esforço conjugado para a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais. O corredor ecológico não é, em si, uma figura jurídica comparável às das unidades de conservação, e não implica em restrição legal de uso ou em alteração do status jurídico das terras públicas ou privadas. Ele supõe o uso negociado e planejado das mesmas pelos seus legítimos ocupantes, e a ação concertada dos poderes públicos na promoção do desenvolvimento sustentável e na coerção a atividades ilegais e predatórias que ocorram no seu interior.

No Brasil, a implantação de corredores ecológicos está sendo proposta no âmbito do PPG7. O PCE está em fase final de formulação e de negociação entre o governo brasileiro e a cooperação internacional, e sua coordenação está a cargo do IBAMA. Foi contratado um estudo inicial que indicou sete extensas áreas potenciais, cinco situadas na Amazônia e duas na região de Mata Atlântica, tendo sido priorizadas duas delas, uma em cada região, para fins de implantação de corredores ecológicos.

Em todas elas há presença de terras e de comunidades indígenas. No caso da Amazônia, as terras indígenas chegam a ser o principal elemento constitutivo dos corredores. É uma decorrência natural da extensão das terras indígenas, que totaliza 20% da área total da Amazônia Legal Brasileira (e 12% do território nacional), o que é mais do que o dobro da soma das extensões de todas as unidades de conservação ambiental, sejam de uso direto ou indireto, estaduais ou federais (sendo que várias

destas estão superpostas a terras indígenas, em grande extensão). Além da extensão, as terras indígenas têm qualidade específica, na medida em que são terras públicas constitucionalmente protegidas.

Há, ainda, áreas urbanas e rurais, públicas e privadas, pertencentes a municípios, estados, União, ou pessoas físicas e jurídicas diversas. Há regiões sob forte pressão predatória, especialmente – mas não somente – no caso da Mata Atlântica. Há grandes cidades, como Manaus, estradas e outras vias de transporte, além de projetos econômicos de larga escala, inclusive de exploração florestal, mineral e de recursos hídricos. Há populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, posseiros e pequenos proprietários. Há a diversidade própria do Brasil.

## 1.1 METAS SOCIAIS

Um conceito e um objetivo desta abrangência, ainda que tenham a proteção da biodiversidade como referência básica, não podem subsistir e se efetivar sem o envolvimento e a participação das populações locais. Não se trata apenas de envolvê-las através de esforços de conscientização, via mídia ou educação ambiental, ou da formação de quadros como agentes ambientais, mas da inserção dos seus problemas e expectativas de vida, da interação com as formas concretas como se dão as suas relações e o uso dos recursos naturais.

Para as populações tradicionais, que têm no uso direto dos recursos naturais a sua fonte de sobrevivência, a proteção da biodiversidade e a disponibilidade permanente desses recursos é objetivamente necessária, é a garantia dos seus projetos de futuro. No entanto, embora tenham sobrevivido secularmente nas regiões que ocupam sem provocarem grandes impactos, sofrem hoje a pressão de terceiros e das necessidades crescentes de geração de excedentes e de acesso a serviços e bens de consumo.

Na Amazônia, em geral, a vida e a economia das cidades giram em torno do extrativismo e do comércio regional. Há um processo brutal de concentração populacional nas cidades e um fluxo crescente de migração desde as zonas rurais, agravando a historicamente escassa densidade demográfica do interior. Há falta de saneamento básico, de tratamento de lixo, poluição das águas e do ar (inclusive em consequência da fumaça das queimadas). Os detritos urbanos fluem para os rios, contaminando as adjacências. Será um grande desafio incorporar esforços das populações urbanas à implantação dos corredores ecológicos.

Por outro lado, o PCE tem limitações. Não incorpora todas as áreas de competência nos poderes públicos, que têm interface com várias destas questões. Tem limitações de recursos, havendo disponíveis cerca de 50 milhões de reais, suficientes para iniciar o projeto, mas distantes do que demandará a efetividade dos corredores. Foi concebido a partir de uma perspectiva centrada na biologia e nas ciências naturais, mas para ser implantado terá que se ver, também, com a antropologia e as ciências sociais.

Pode ser mais fácil concentrar esforços e recursos na implantação das áreas protegidas existentes no corredor e na pesquisa científica sobre a biodiversidade, mas será inútil e poderá resultar, afinal, em impacto nulo sobre as tendências de pressão crescente sobre os ecossistemas e os recursos naturais. Somente a participação crescente das populações regionais, e as mudanças de comportamento delas e das agências públicas responsáveis, poderão garantir efetividade a longo prazo para a proteção da biodiversidade, inclusive no que se refere ao respeito às áreas protegidas.

Assim, o PCE deve assumir a sua dimensão social, estabelecer metas específicas compatíveis com os seus propósitos e limitações, contemplando uma visão ampla sobre os atores locais e suas relações com o ambiente, buscando articulações com outros componentes do PPG7 e outros programas governamentais e projetos de iniciativa da sociedade que possam somar na direção dessas metas. Neste sentido, o tratamento da interface indígena, bem como a dos demais atores sociais, deveria se dar no contexto de componentes específicos, concebidos de forma apropriada a cada tipo de situação, e que articulem os projetos e interesses específicos de cada segmento no processo de implantação dos corredores. Tratar os vários atores sociais como categoria genérica de “ocupantes de áreas de interstício não potencializará o seu envolvimento positivo no projeto, coisificando-os. Um componente para cada tipo de demanda social recorrente envolvida, independentemente do montante de recursos a serem alocados, seria a forma mais adequada para se exprimir e se perseguir as referidas metas sociais.

## 1.2 TERRAS E POVOS INDÍGENAS NO CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA

No caso específico do Corredor Central da Amazônia, há um núcleo consistente de unidades de conservação ambiental contíguas, formado pelas reservas estaduais de desenvolvimento sustentável de Mamirauá e Amanã e o Parque Nacional do Jaú, que somam pouco mais de 5 milhões de hectares e se estendem do Solimões/Japurá até o Rio Negro. A parte leste do corredor é constituída basicamente por três terras indígenas contíguas, Waimiri-Atroari (homologada), Trombetas-Mapuera (interditada/em identificação) e Nhamundá-Mapuera (homologada), que somam pouco mais de 6 milhões de hectares e se estendem, na forma de arco, do Rio Negro ao Mapuera. No alto Solimões situam-se as principais terras Ticuna, o mais populoso entre os povos indígenas que vivem na região do corredor. No Japurá, situam-se duas terras Maku-Nadeb, Paraná Boá-Boá e Uneuxi, e duas unidades de conservação, a reserva ecológica e a estação ecológica Juami-Japurá, contíguas e separadas pelo Rio Japurá. Ao longo do corredor, há outras UCs federais e estaduais de diversas categorias de manejo, além das terras indígenas.

Em toda a extensão do corredor há 46 terras indígenas, que somam 10 milhões de hectares, ocupadas por 16 etnias (há outros grupos isolados e ramificações entre estas), com população estimada em pouco mais que 31 mil pessoas (cerca de 10% da população indígena no Brasil). Das 46 terras, 21 se encontram homologadas por decretos presidenciais (processos demarcatórios concluídos), 8 estão identificadas e 17 estão em processo de identificação (uma delas, Trombetas-Mapuera, foi interditada para fins de proteção a índios isolados). Há informação extra-oficial sobre a inexistência de ocupação indígena atual em uma terra indígena, Jacaré-Xipaca, que foi reservada nos anos 70 pelo SPI para a instalação da frente de atração dos Waimiri-Atroari, então formada por índios Sateré-Mawé. Não há dados disponíveis sobre a extensão de seis e sobre a população de cinco terras. Os dados que se seguem combinam informações oficiais pré existentes que foram atualizadas, em alguns casos, por informações transmitidas por lideranças locais aos consultores.

TERRA INDÍGENA	ÁREA/HA	POVO INDÍGENA	POP	SITUAÇÃO
1. Betânia	122.769	Ticuna	2.446	Homologada
2. Barreira da Missão	1.772	Kambeba e outros 5	474	Homologada
3. Cuiú-Cuiú	36.310	Miranha	150	Identificada
4. Espírito Santo	38.000	Ticuna	58	Em identificação
5. Estrela da Paz	12.876	Ticuna	383	Homologada
6. Évare 1	548.177	Ticuna	12.001	Homologada

7. Évare 2	176.205	Ticuna	1.534	Homologada
8. Fortaleza do Patauá		Apurinã		Em identificação
9. Igarapé Acapori de Cima	15.000	Kokama	104	Em identificação
10. Igarapé Grande	551	Kambeba	22	Identificada
11. Ilha Jacaré Xipaca	2.044	Sateré-Mawé	?	Em identificação
12. Jaquiri	1.820	Kambeba	55	Homologada
13. Jatuarana	5.251	Apurinã	50	Homologada
14. Juruá	37.600	Kulina	140	Em identificação
15. Kokama	930	Kokama e Kambeba	140	Em identificação
16. Kumaru do Lago Ualá	17.000	Kulina	400	Em identificação
17. Lauro Sodré	9.600	Ticuna	317	Em identificação
18. Macarrão	44.267	Ticuna	404	Homologada
19. Maraã-Urubaxi	80.000	Kanamari	68	Identificada
20. Maraitá	46.941	Ticuna	137	Identificada
21. Marajáí	1.196	Mayoruna	203	Homologada
22. Matintin	22.000	Ticuna		Em identificação
23. Méria	585	Issé e outros 4	45	Homologada
24. Miratu	13.199	Issé e outros 4	350	Homologada
25. Nhamundá-Mapuera	1.049.520	Wai-Wai e outros 5	1.800	Homologada
26. Nova Esperança	6.400	Ticuna	150	Em identificação
27. Paraná-Boá-Boá	240.545	Maku Nadeb	107	Homologada
28. Paraná do Lago Paricá	7.866	Kanamari	60	Homologada
29. Porto Praia	22.000	Ticuna	112	Identificada
30. Rio Biá	1.185.791	Katukina	220	Homologada
31. Riozinho		Ticuna e Kulina		Em identificação
32. São Francisco		Ticuna		Em identificação
33. São José		Ticuna		Em identificação
34. São Leopoldo	62.270	Ticuna	815	Em identificação
35. São Sebastião		Kayxana	160	Em identificação
36. Tikuna Feijoal	40.948	Ticuna	1.840	Homologada
37. Tikuna Porto Espiritual	2.839	Ticuna	102	Homologada
38. Tikuna Santo Antonio	1.065	Ticuna	1.192	Homologada
39. Trombetas-Mapuera	2.522.000	Wai-Wai e isolados	300	Em identificação
40. Tupã-Supé	5.039	Ticuna	32	Identificada
41. Uati-Paraná	127.199	Ticuna	330	Homologada
42. Umariacú	4.900	Ticuna	2.450	Identificada
43. Uneiuxi	405.000	Maku Nadeb	350	Identificada
44. Vui-Uatá-In	121.198	Ticuna	1.452	Homologada
45. Waimiri-Atroari	2.585.911	Waimiri e Atroari	750	Homologada
46. Wai-Wai	330.000	Wai-Wai	70	Em identificação
TOTAIS - 46 TIs	9.954.624 ha	16 povos, mais isolados	31.411	21 homologadas 8 identificadas 17 em identif.

Como se vê, mesmo havendo um consistente núcleo de UCs, as terras indígenas jogam um papel extremamente importante também no corredor central, não apenas por sua extensão total, superior à das UCs, mas também pelo caráter constitutivo que têm para o mesmo, a leste e a oeste deste

núcleo, e pela relevância que a sua disposição geográfica tem, mesmo no caso das menores terras, para a conectividade geral do corredor.

Há situações muito diferenciadas entre os povos indígenas que vivem na área do corredor. No Solimões, vivem povos de “rio grande”, em região de grande trânsito – inclusive internacional - de índios e não índios há séculos. No seu alto curso, próximo à fronteira, predominam os Ticuna, majoritários na população indígena do corredor, vivendo em terras maiores, quase todas já homologadas. No seu médio curso, região de Tefé e entorno de Mamirauá, agrupamentos interétnicos ocupam áreas de pequena extensão. No Japurá, estão os Maku-Nadeb, índios de contato mais recente, que vivem há maior distância dos grandes rios, e praticam formas de ocupação bastante diversas das dos demais. No leste do corredor, situam-se as terras indígenas mais extensas, das etnias Caribe (que falam línguas do mesmo tronco) e grupos isolados, que ocupam os cursos médios dos afluentes da margem esquerda dos rios Negro e Amazonas.

---

## **2. A CONSULTA**

---

### **2.1 OBJETIVOS**

A importância das terras indígenas no contexto do corredor central ensejou a realização de um processo de consulta entre os índios, com o objetivo de informá-los sobre o PCE e colher reações e informações relevantes, que possam orientar a formulação de um componente para projetos de interface indígena no âmbito do PCE.

A realização de consultas aos índios atendeu, não apenas às diretrizes do Banco Mundial, mas à demanda dos próprios por informação básica sobre o PCE e o PPG7, condição essencial para se chegar ao envolvimento positivo destes povos na execução do projeto. Não se realizou uma consulta plebiscitária, de aprovação ou rejeição ao projeto, mas uma consulta qualificada, que possibilitou a expressão de dúvidas ou desconfiças mas, sobretudo, indicou caminhos pelos quais os direitos e interesses dos índios possam se inserir no PCE de forma compatível e cooperativa com os seus objetivos.

Os objetivos pretendidos foram atingidos. Do ponto de vista do gesto de informar, os resultados superaram as expectativas iniciais dos consultores. A consulta envolveu mais de 400 lideranças indígenas que vivem na área do corredor, que representaram a maioria das aldeias de 75% das terras indígenas nele situadas. Quanto às informações recolhidas pelos consultores (relatórios em anexo), não chegaram a constituir um diagnóstico sistemático e detalhado das situações das terras indígenas (que exigiria muito mais tempo), mas confirmaram expectativas iniciais quanto aos principais problemas, e forneceram indicações de especificidades interessantes para serem incorporadas a projetos com interface indígena, que venham a ser formulados no âmbito do PCE.

### **2.2 METODOLOGIA**

Considerando a enorme extensão do corredor central e a diversidade das situações de contato dos povos indígenas que vivem nele, os consultores planejaram o processo de consulta, através da prévia realização de reunião de trabalho em Brasília, considerando sub-regiões específicas dentro da área



proposta, que fizessem sentido do ponto de vista das relações interétnicas efetivamente existentes. Assim, quatro regiões foram consideradas: leste do corredor (Waimiri-Atroari, Wai-Wai, etc.), médio Solimões (Kokama, Kambeba, Ticuna e vários outros), Japurá (Maku-Nadeb, especialmente, além de outros), e alto Solimões (predomínio absoluto Ticuna).

Foram organizadas cinco reuniões nas quatro sub-regiões, sendo que duas foram realizadas no alto Solimões, considerando a maior concentração demográfica e as diferenças políticas existentes entre os Ticuna. No leste do corredor, a reunião realizou-se na Terra Indígena Waimiri-Atroari, com o apoio do PWA, Programa Waimiri-Atroari. No médio Solimões, a reunião realizou-se na Terra Indígena Barreira da Missão, no contexto da assembléia da UNI-Tefé, União das Nações Indígenas. No Japurá, a reunião coincidiu com uma festa tradicional Maku, às margens do Lago Jutai (Terra Indígena Paraná-Boá-Boá). No alto Solimões, as reuniões foram realizadas nas aldeias Ticuna de Paraná do Ribeiro (TI Évare 2) e Feijoal (TI Feijoal), e foram articuladas, respectivamente, pela CGTT, Conselho Geral das Tribos Ticuna (no âmbito da sua própria assembléia geral), e pela FOCCIT, Federação das Organizações, Comunidades e Caciques da Tribo Ticuna.

Em todas as reuniões, os consultores disponibilizaram cópias do texto de apoio com informações sobre o PCE, que haviam elaborado previamente, e se utilizaram de mapas-base, do ISA, para ilustrar a região proposta para a implantação do corredor central. Nas três reuniões havidas no Solimões, e que envolveram lideranças com maior grau de organização e de escolarização, foi adotada a dinâmica de grupos e a aplicação de questionário, para potencializar a participação mais numerosa. De todas as reuniões, exceto a do Japurá, participaram representantes da FUNAI e do IBAMA, além de representantes de organizações de apoio.

Com a realização das consultas, as informações básicas sobre o PCE foram disseminadas entre as organizações e comunidades indígenas da região. A discussão sobre o PCE foi incorporada à agenda das organizações e lideranças locais. Os consultores tiveram a cautela de informar sobre as etapas e o provável cronograma que a efetivação do PCE ainda exigirá, e sobre a natureza específica dos projetos elegíveis no seu âmbito, vis a vis outros projetos e componentes do PPG7. Mesmo assim, as lideranças consultadas identificaram nexos claros entre as suas demandas e o que puderam compreender do conceito e dos objetivos do PCE. Já há uma expectativa geral quanto ao projeto entre os índios do corredor. Os consultores estimam que, mesmo nas áreas que não estiveram representadas nas reuniões, as informações básicas acabarão chegando, através das unidades locais da FUNAI, das organizações indígenas ou de contatos diretos entre as comunidades.

### **2.3 DEMANDA GERAL DE FISCALIZAÇÃO**

Desde logo, cabe ressaltar a cobrança unânime e insistente, que aflorou em todas as reuniões, quanto à necessidade de atuação sistemática do poder público, em especial da FUNAI e do IBAMA, para evitar e punir a ação predatória de terceiros, não índios, que exploram ilegalmente recursos naturais das terras, rios e lagos indígenas. Quando expressam como objetivo do PCE o fortalecimento institucional destes órgãos, estão associando-o diretamente ao exercício, com eficiência, do poder de polícia na região.

No entender dos consultores, o PCE, assim como qualquer outro projeto governamental de cunho ambiental, só terá credibilidade entre os atores locais, entre os indígenas com certeza, se for capaz de alavancar uma melhora sensível na presença e na atuação do poder público frente a estas ações predatórias. Por outro lado, se a implantação do corredor central atingir este objetivo, só por isto o PCE terá favorecido, objetiva e significativamente, a proteção da biodiversidade regional.

No entanto, esta demanda não se refere só às terras indígenas e é partilhada por outras comunidades tradicionais, que também sofrem a pressão de empresas sobre as suas reservas de recursos naturais, assim como ocorre nas próprias unidades de conservação. Como se trata da ação de órgãos públicos, esta demanda deveria constituir um dos eixos centrais na estratégia geral de implantação do corredor, e não deveria onerar especificamente os componentes indígenas ou relativos às populações tradicionais. Valeria a pena considerar a conveniência de um sistema integrado de fiscalização para o corredor, que unifique os esforços dos órgãos, potencialize recursos humanos e equipamentos, e facilite a interlocução com as populações interessadas.

Há, também, demandas indígenas associadas à questão da fiscalização, mais precisamente, à vigilância comunitária sobre as terras indígenas e os seus limites e acessos, que serão mais adiante consideradas no contexto de possíveis projetos indígenas.

---

### 3. HEGEMONIA TICUNA NO ALTO SOLIMÕES

---

#### 3.1 OS TICUNA

Os Ticuna vivem na região do alto Solimões desde tempos imemoriais. É o povo indígena mais numeroso no Brasil, depois dos Guarani. Há comunidades Ticuna também na Colômbia e no Peru. Constituem maioria entre a população rural de vários municípios da região e tradicionalmente elegem representantes próprios para as câmaras municipais. Vivem nas proximidades dos lagos e dos grandes rios, nas regiões de várzeas, e têm na pesca e na agricultura as suas principais atividades econômicas. Boa parte do mercado regional destes produtos é abastecido pelos Ticuna.

Os Ticuna sempre demonstraram uma forte identidade cultural e, apesar de viverem em regiões de fácil acesso, manterem contato normal com a sociedade envolvente há mais de duzentos anos e sofrerem a pressão catequética de várias seitas e missões religiosas, mantêm a sua língua, os seus costumes e a sua forma tradicional de viver e de se relacionar com o meio ambiente. Há mais de duzentas aldeias Ticuna em todo o Solimões, assim como há famílias Ticuna vivendo em terras também ocupadas por outros grupos, especialmente no médio Solimões. As várias terras e aldeias Ticuna se interligam através dos grandes rios da região, como o Solimões e o Içá.

#### 3.2 A PESCA E A ROÇA

No entanto, são freqüentes os conflitos que envolvem comunidades Ticuna e regionais. No episódio mais conhecido, ocorrido em 87, o massacre do Igarapé Capacete, dezenas de índios foram friamente mortos e feridos por madeireiros de Benjamim Constant, até hoje impunes. Os processos demarcatórios das terras Ticuna, já concluídos quanto às principais, asseguraram-lhes os direitos de posse e de usufruto sobre os lagos mais importantes para a sua economia tradicional, e que são objeto de invasões freqüentes, tanto por pessoas e empresas brasileiras, quanto colombianas que invadem águas brasileiras pelo Içá, Solimões e outros rios que cruzam a fronteira.

Os Ticuna manejam os seus lagos há séculos, e só recentemente passaram a ter problemas em relação à disponibilidade de recursos naturais essenciais à sua economia tradicional. A escassez de peixe passa a ocorrer diante da sobre-pressão de terceiros, especialmente das empresas de pesca que invadem seus rios e lagos, levando as suas riquezas. Daí decorrem as demandas Ticuna por vigilância e fiscalização.

Há necessidade de sistemas de fonia para denunciar invasões em tempo real aos órgãos responsáveis, enfatizada nas duas reuniões do alto Solimões e em todas as demais, da qual trataremos adiante como demanda geral.

Os Ticuna também são bons agricultores e vários dos seus produtos abastecem as cidades de Tabatinga, Benjamim Constant e São Paulo de Olivença, entre outras. No entanto, têm demandas substantivas de apoio à sua produção agrícola, em decorrência do seu crescimento populacional. Mesmo no alto Solimões, há terras Ticuna exíguas frente à população que concentram, e há terras mais extensas em que está esgotada a disponibilidade de terras férteis.

Há uma íntima relação entre a pesca e a agricultura. Combinam-se as safras e entressafras, para compor a dieta anual Ticuna. A pressão de terceiros sobre os recursos pesqueiros induz os Ticuna a aumentarem a sua produção agrícola. O manejo conjugado de lagos e de solos, associado à vigilância territorial pelos índios e à fiscalização pelo estado, são as principais demandas que os Ticuna apresentam ao PCE.

### **3.3 ÉVARE**

O mais extenso e importante território Ticuna é composto pelas terras contíguas Évare 1 e 2, cujas extensões somam 724 mil hectares e são habitadas por cerca de 13,5 mil índios. Estão situadas frente à frente, nas duas margens do Solimões, e são o coração do território tradicional Ticuna. Évare, é o nome (em Ticuna) de um igarapé, do qual teria se originado o Povo Máguta (Ticuna), que está situado na parte oeste da terra indígena, mais próxima à fronteira colombiana.

Nas reuniões havidas no alto Solimões, várias lideranças fizeram referência ao respeito integral que todos os Ticuna têm por Évare e o receio de que venha a sofrer maior pressão de terceiros. Ali (região no entorno do igarapé) não há aldeias instaladas ou áreas de caça ou de roça. Os Ticuna afirmaram que gostariam de ser apoiados para manterem a preservação integral de Évare em relação à ameaça de terceiros. Gostariam, também, que a sua necessidade de ampliar a produção agrícola pudesse ser atendida nas regiões onde ela já ocorre, sem estendê-la para o interior da terra indígena, em direção a Évare.

Os Ticuna manifestaram interesse na criação de uma espécie de unidade de conservação na área próxima ao igarapé Évare (considerada de alta prioridade para a conservação da biodiversidade, segundo o mapa do workshop 90), no contexto de um projeto que também contemple as suas demandas de manejo de lagos e de expansão da produção agrícola. Os Ticuna se dispõem a formalizar as restrições de usufruto que tradicionalmente mantêm em relação à região do igarapé Évare, e nela exercer vigilância. Mas esperam apoio técnico e financeiro para os seus projetos econômicos que se desenvolvem em outras partes do território.

Os Ticuna das outras terras, inclusive alguns colombianos presentes à reunião, também expressaram a sua identidade e concordância com a proteção de Évare, que é referência mítica para todos os Ticuna. No seu conjunto, estas demandas associadas indicam a pertinência de um etno-zoneamento deste território indígena, que é o mais importante da região. Os consultores recomendam que Évare (zoneamento, manejo e preservação) constitua um componente de um projeto de interface indígena para o alto Solimões, a ser formulado no contexto do PCE.

### **3.4 POLÍTICA INTERNA**

O Povo Ticuna não é apenas o mais numeroso, mas também se estrutura politicamente de forma bastante complexa. O sistema de liderança de aldeia é definido pela figura dos capitães. A mais tradicional organização indígena local é a CGTT, que reúne a maior parte dos capitães. A FOCCIT, recém registrada, reúne um contingente significativo – e mais espalhado – de capitães, mas também envolve índios assalariados (funcionários da FUNAI, professores e monitores de saúde indígena) e outros vinculados a missões religiosas. A OGPTB é uma organização de professores indígenas e há também uma organização (e mais outra, dissidente, em formação) de monitores de saúde indígena.

A representação Ticuna é complexa, e há vários interlocutores que, pelo menos diante de terceiros, se expressam em nome do Povo. Todos são Ticuna, no sentido de que têm parte nos direitos coletivos a eles reconhecidos. Mas a legitimidade de cada interlocutor varia quanto à representatividade e quanto ao tema. Por exemplo, é inegável a legitimidade da OGPTB no que se refere à educação indígena, mas se o assunto é intervenção em área, sua opinião não pode se sobrepor à dos capitães, no caso, os específicos da área em questão. No plano local, das aldeias, a representação é mais clara.

As divergências entre os Ticuna decorrem das relações tribais, mas sofrem a influência das ações de políticos locais, missões religiosas, assessores e da própria FUNAI. Evidentemente, não cabe ao PCE interferir na política interna Ticuna, mas é preciso considerá-la para identificar os interlocutores específicos para a formulação e execução de projetos, segundo a natureza temática ou a base territorial dos seus componentes.

---

## **4. UNI TEFÉ E OS POVOS DO MÉDIO SOLIMÕES E DO JAPURÁ**

---

### **4.1 POUCA TERRA E MUITA PRESSÃO NO MÉDIO SOLIMÕES**

Várias das terras indígenas do médio Solimões (região de Tefé) não são de ocupação imemorial. Foram reservadas pelo SPI para reduções de grupos indígenas que viviam em regiões próximas, liberando suas terras tradicionais para ocupação por terceiros. Em geral, são terras com pequena extensão, algumas delas com super-população, onde vivem famílias indígenas originais de diversas etnias.

Há várias terras sem identificação e demarcação, mas estão incluídas na programação do PPTAL. Algumas não dispõem de referências geográficas que permitam a sua plotagem em mapa. A demarcação das terras que ainda não estão oficialmente reconhecidas é uma forte reivindicação dos índios, e será determinante para o sucesso da implantação do corredor.

Estas terras, especialmente as situadas às margens do Solimões e de outros grandes rios, sofrem forte pressão de terceiros sobre os seus recursos naturais. A questão da vigilância e da fiscalização também é enfatizada pelas lideranças locais. Há casos em que os grupos indígenas dependem de recursos naturais que se encontram fora das suas terras, o que potencializa as situações de conflito.

Assim, a questão da subsistência e da geração de excedentes econômicos é a demanda principal dos índios do médio Solimões, incluída a melhoria das condições de comercialização dos seus principais produtos, como a farinha, o peixe e o artesanato. Tanto quanto os Ticuna do alto Solimões, os índios da região de Tefé mantém estreita relação com o mercado regional, e reivindicam a instalação de entrepostos comerciais indígenas para melhorar as suas condições de acesso.

### **4.2 CONECTIVIDADE**

Apesar da extensão relativamente menor, as terras indígenas do médio Solimões têm um papel estratégico do ponto de vista da conectividade entre áreas protegidas no interior do corredor

central. Elas compõem uma espécie de colar ao redor de Mamirauá, havendo casos de superposição com esta e com a recém criada reserva estadual de Amanã. A TI Juruá é contígua à Flona de Tefé. A TI Rio Biá é contígua à reserva extrativista do Médio Juruá.

Na viagem a campo, os consultores tomaram conhecimento de que três novas reservas extrativistas deverão ser criadas na região: Baixo Juruá (165 mil hectares), ao sul do Solimões e entre as TIs Miratu e Lago Ualá, Baixo Jutáí (160 mil), entre a TI Rio Biá e a estação ecológica Jutáí-Solimões, e Uati-Paraná (90 mil), entre o Japurá (margem direita) e a TI Uati-Paraná (contígua a Mamirauá).

Com a identificação e a demarcação das terras indígenas pendentes, e com a criação das reservas extrativistas mencionadas, crescerá significativamente o grau de conectividade entre as áreas protegidas do médio Solimões. Em toda a área do corredor, esta é a região em que interesses indígenas e de outras populações tradicionais estão mais imbricados com as unidades de conservação. O manejo de recursos naturais pelas populações indígenas, na medida em que extrapola os limites das suas terras, não está protegido pelo direito de usufruto exclusivo, só aplicável aos recursos existentes em terras indígenas. Portanto, as relações entre as comunidades indígenas (e a sua sustentabilidade em suas terras), as comunidades extrativistas e o complexo de Mamirauá, constituem um componente importante para um projeto de interface indígena para a região, no âmbito do PCE.

#### **4.3 OCUPAÇÃO MAKU NO INTERFLÚVIO**

Os povos indígenas do Japurá mantêm relações próximas e freqüentes com os da região de Tefé. Inclusive os Maku-Nadeb, cujas terras (Paraná-Boá-Boá e Uneuixi) situam-se mais a oeste. Os Maku são índios com menor grau de contato com a sociedade envolvente e que vivem mais isolados, inclusive em relação à estrutura administrativa da FUNAI. No entanto, os consultores tomaram conhecimento da existência de uma nova organização específica dos índios do Japurá (CIJA), constituída com o apoio da Prelazia de Tefé.

Uma característica importante dos Maku, que deve ser explorada ao longo do processo de implantação do corredor central, é a forma de ocupação extensiva do território. Eles não costumam permanecer às margens dos grandes rios e preferem perambular pelos interflúvios, em pequenos grupos. Implantam pequenas roças e pomares em vários pontos do território, e caçam e coletam em áreas distantes dos locais regulares de habitação. Sua relação com (e o seu conhecimento sobre) a biodiversidade regional, tem uma dinâmica própria e diferenciada da das demais etnias da região.

A principal demanda dos Maku para o PCE não é exclusiva, mas comum aos ribeirinhos do Saracura, seus vizinhos, junto com os quais realizam suas pescarias, e diz respeito à proteção da boca do rio Paraná-Boá-Boá, onde se situa a maior parte dos lagos por eles utilizados. Os lagos Maku sofrem invasões de pescadores de Manaus e de Tefé, que os prejudicam, assim como aos seus vizinhos. Uma estrutura mínima de vigilância e comunicação, representaria importante melhora em relação às condições atuais de subsistência dos índios.

Os Maku também expressaram o desejo de que o PCE propicie a criação de uma unidade de conservação entre as terras Maku de Uneuixi (no corredor central) e Rio Téa (situada no corredor norte). Os grupos Maku perambulam regularmente por este interflúvio para se visitarem, e temem que a inexistência de proteção legal para o mesmo possa acarretar futuros problemas para as relações entre eles e para as condições ambientais das suas terras.

Ocupação do interflúvio, vigilância no acesso aos lagos e conectividade com o corredor norte, são demandas que poderiam constituir um componente Maku de um projeto de interface indígena para o médio Solimões, no âmbito do PCE.

#### **4.4 UNI E PRELAZIA**

Apesar das terras exíguas, da miscelânea étnica e da pressão de terceiros, os povos indígenas do médio Solimões têm condições políticas internas muito favoráveis para formulação e execução de projeto no âmbito do PCE. Há um amplo reconhecimento quanto à representatividade da UNI-Tefé, a organização indígena de base local, filiada à COIAB. É também muito importante – e diferenciada em relação às demais sub-regiões - a atuação da Igreja Católica junto aos povos indígenas (e, também, junto a outras comunidades), através da Prelazia de Tefé e do CIMI local.

Nesta região, a presença da FUNAI é mais precária e a sua atuação é mais questionada, tanto pelos índios quanto por organizações de apoio. Os índios reclamam o fortalecimento das suas parcerias não governamentais, inclusive com o Projeto Mamirauá. O médio Solimões é a região com melhor base interinstitucional local para a execução de projeto, e tem condições políticas e logísticas de incorporar as demandas do Japurá.

---

## 5. OS POVOS CARIBE DO LESTE DO CORREDOR

---

### 5.1 TERRAS CONTÍGUAS E PARENTESCOS

No leste do corredor, estão os mais de seis milhões de hectares em terras indígenas contíguas, no arco formado pelas TIs Waimiri-Atroari, Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera, situado na região de fronteira entre os estados do Amazonas, Roraima e Pará. Há, também, a Terra Indígena Wai-Wai, pouco ao norte do arco contíguo, já na fronteira (de RR) com a Guiana, que também é ocupada por índios aparentados dos demais. Cerca de três mil índios habitam esta região, de quatro etnias principais. Não há organizações indígenas próprias entre eles, e são tênues - quando existentes - as suas relações com a COIAB e com outras organizações regionais.

Há, ainda, duas outras pequenas terras indígenas no leste do corredor, mais próximas de Manaus: Ilha Jacaré Xipaca, em que há dúvida sobre presença indígena atual, e Jatuarana, ocupada por uma pequena comunidade Apurinã, que ficou excluída (por equívoco do consultor) do processo de consulta.

A reserva biológica do Uatumã e a área de proteção ambiental (estadual) da Caverna Moroaga, que, com a TI Waimiri-Atroari, circundam o Lago de Balbina, além do arquipélago das Anavilhanas e do Parque Nacional do Jaú, já no Rio Negro, são as unidades de conservação ambiental que mantém conectividade com as terras indígenas do leste do corredor. É uma situação inversa à do médio Solimões, já que aqui as terras indígenas constituem o eixo do corredor, e as unidades de conservação estão no seu entorno.

As línguas faladas por estes povos do leste do corredor são do tronco Caribe, tendo semelhanças entre si, mas o entendimento direto de uns pelos outros não é muito fácil e demanda gesticulação ou tradução. Os grupos eventualmente se visitam, mas vivem a distâncias relativamente grandes entre si, se considerarmos a inexistência de grandes rios que interliguem suas terras e aldeias. Mas há outras diferenças importantes entre eles, e deles em relação aos demais povos do corredor.

### 5.2 WAIMIRI-ATROARI: UM CASO À PARTE

Os Waimiri-Atroari tiveram o azar de viverem, desde tempos imemoriais, em território próximo à atual cidade de Manaus. Foram contatados no contexto de uma verdadeira guerra colonial, no início dos anos 70, com a construção da BR-174, quando sua população original foi brutalmente reduzida, restando fundamentalmente as crianças e alguns poucos velhos. Hoje, aquelas crianças sobreviventes constituem a jovem liderança local.

A seguir, tiveram subtraída no processo de demarcação a parte do seu território tradicional em que está atualmente instalada a mina de estanho do Pitinga, uma das maiores do mundo, descoberta pela empresa Paranapanema, até então uma empreiteira de obras públicas, que construía trecho da estrada quando encontrou cassiterita à flor da terra.

Tiveram, ainda, parte do seu território inundada pelo lago que alimenta a hidrelétrica de Balbina, que foi objeto de compensação (em terra) e de indenização. Esta indenização gerou um convênio entre a ELETRONORTE e a FUNAI que, por sua vez, originou o PWA, Programa Waimiri-Atroari.



O Programa Waimiri-Atroari é a mais bem sucedida experiência indigenista originada da política oficial. Recuperou objetivamente os índios do trágico processo de contato, assegurando-lhes condições de recomposição social em padrões tradicionais. Hoje, o PWA constitui um complexo de projetos integrados, que assegura condições de vida comparativamente privilegiadas para os índios, tanto no que se refere às condições de saúde e de educação, quanto do ponto de vista da sua subsistência e do controle territorial.

Os Waimiri-Atroari ocupam de forma extensiva o seu território, e o protegem - com o apoio do PWA - de forma sistemática e eficaz, e são conhecidos e temidos por seu caráter guerreiro. O território Waimiri-Atroari, apesar da estrada, da mineração e do lago, é um caso exemplar de preservação ambiental. Divididos entre 14 aldeias e outros sítios habitacionais, os índios não exercem pressão excessiva sobre os recursos naturais do seu território.

Com relação à TI Waimiri-Atroari, especificamente, o PCE poderia apoiar diretamente projetos correlatos em curso no âmbito do PWA, assim como poderia se valer da sua experiência acumulada, não apenas a indigenista, mas também no que se refere à proteção ambiental e à vigilância sobre a estrada, para outros projetos no corredor. Poderia, ainda, financiar atividades específicas que o PWA possa desenvolver em apoio aos povos que vivem nas terras vizinhas.

### **5.3 DEMARCAÇÃO E FORMA DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS WAI-WAI**

Das outras três terras indígenas vizinhas, apenas a Nhamundá-Mapuera se encontra demarcada e homologada, embora as lideranças Wai-Wai e Hixkaryana locais reivindicuem a sua ampliação (não prevista no planejamento da FUNAI) para incluir um extenso castanhal utilizado pelos índios e que ficou fora dos limites demarcados. A TI Wai-Wai já dispõe de limites identificados, que devem ser submetidos à decisão ministerial, para depois serem demarcados fisicamente e homologados por decreto presidencial. A TI Trombetas-Mapuera foi objeto de interdição para fins de proteção aos índios isolados que nela se encontram, havendo nela também duas aldeias de índios Wai-Wai contatados, situadas na sua extremidade norte. Os limites interditados são provisórios, e a identificação de limites definitivos está prevista no âmbito do PPTAL.

A definição dos limites da TI Trombetas-Mapuera é fundamental para assegurar a contiguidade e a conectividade entre as terras indígenas do leste do corredor. Sua posição é estratégica, por situar-se entre as demais. É, ainda, a mais extensa terra indígena ainda por ser identificada no Brasil (considerando que a TI Cupinapanema está com sua identificação praticamente concluída). As lideranças Wai-Wai desta área solicitaram ao PPTAL a priorização da sua identificação e demarcação, que deveria preceder à implantação de projetos no âmbito do PCE.

As aldeias Wai-Wai (e Hixkaryana) destas terras têm, em geral, forte concentração demográfica, que não se traduz na relação hectare/índio em decorrência da extensão das terras, mas que implica em precárias condições de saneamento nas aldeias e forte pressão sobre os recursos naturais dos seus entornos. Esta concentração demográfica é resultado do tipo de ação indigenista e missionária desenvolvida entre os índios, que nela vê maior facilidade para a prestação de serviços de assistência (precaríssimos, diga-se de passagem). Ao mesmo tempo, grupos isolados vivem próximos, supostamente ao modo tradicional, em flagrante contraste.

Essa forma de ocupação - e de influência indigenista-missionária - marca a diferença entre os Wai-Wai e os Waimiri-Atroari. Estes lamentam a situação atual daqueles, gostariam de ajudá-los, mas

não desejam as mesmas influências. Aqueles anseiam por um programa ao estilo PWA, pedem ajuda aos primeiros, mas não têm as mesmas condições de autonomia, e dependerão de muito esforço - e apoio - para recuperarem suas formas tradicionais e extensivas de ocupação territorial.

Se, por um lado, o PCE não pode resolver esta situação, por outro, deveria aportar recursos humanos, técnicos e financeiros para estimular formas extensivas de ocupação. Porém, a interveniência - pelo menos inicial - da FUNAI será fundamental para viabilizar intervenções nas terras Wai-Wai, considerando-se a presença de índios isolados, as pendências fundiárias e a forte influência missionária. Para tanto, a FUNAI deveria recorrer à assessoria do PWA, única referência institucional próxima.

#### **5.4 ESTRADAS E INTERESSES MINERÁRIOS**

A BR-174 corta o corredor central desde Manaus até Roraima. Esta rodovia, que atravessa Roraima e tem continuidade em território venezuelano até Caracas, encontra-se praticamente toda asfaltada, exceto num pequeno trecho, que logo estará concluído. Ela constitui um dos eixos de integração e desenvolvimento priorizados pelo governo federal. Por ele (fora do corredor) chegará até Boa Vista a linha de transmissão da energia produzida na hidrelétrica de Guri, na Venezuela. Constitui, portanto, a região mais crítica do corredor do ponto de vista da intensidade dos desmatamentos, das queimadas e das frentes de ocupação desordenada (embora oficialmente estimulada).

A BR-174 atravessa a TI Waimiri-Atroari numa extensão de 125 quilômetros. O PWA já executava a vigilância deste trecho da estrada antes da sua pavimentação. Os Waimiri-Atroari condicionaram a sua permissão para a pavimentação deste trecho ao financiamento, por dez anos, de um plano de fiscalização mais amplo, em vista do aumento de tráfego e de riscos para a terra indígena. Já receberam os recursos correspondentes e estão implantando o referido plano. A estrada vicinal por onde é escoada a produção da mina do Pitinga também atravessa o território indígena até alcançar a BR-174, também é objeto de vigilância, e os índios recebem da empresa pelo seu aluguel e pela proporção da produção transportada.

A BR-210, rodovia Perimetral Norte, em projeto na maior parte da sua extensão, tem um trecho construído, sem pavimentação, que avança da BR-174 pelo sudeste de Roraima (e pelo norte do corredor) até a margem direita do rio Jatapú, no exato limite norte da TI interdita Trombetas-Mapuera, onde se situa a aldeia do Cobra (Wai-Wai). No eixo desta estrada constituíram-se municípios, vilas, garimpos e prostíbulos, ao estilo das fronteiras de ocupação predatória. O seu impacto se faz sentir de maneira brutal sobre a TI Wai-Wai, onde há um assentamento irregular do INCRA e invasões de madeireiros e garimpeiros. Mas também afeta aos Wai-Wai de Trombetas-Mapuera e poderá afetar no futuro o norte da TI Waimiri-Atroari e áreas de ocupação de índios isolados. O eixo da BR-210 é a parte do corredor em que se fazem mais urgentes as ações de fiscalização por parte dos órgãos públicos.

Além da mineração no Pitinga (e no Trombetas, fora do corredor) e de garimpos ilegais, o leste do corredor - incluídas as terras indígenas - é objeto de forte incidência de interesses minerários, expressos por requerimentos protocolados no DNPM, Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, por inúmeras empresas e pessoas físicas, que bloqueiam praticamente toda a extensão do subsolo na região. Este fenômeno, que não ocorre no Solimões, constitui forte ameaça para as condições ambientais futuras, e deveria inspirar um componente de monitoramento de interesses e atividades minerárias no corredor central, não restrito às terras indígenas ou ao componente indígena do PCE.

---

## 6. EIXOS COMUNS

---

### 6.1 VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO

Não obstante as diferenças étnicas, as divergências políticas e as distâncias geográficas que os separam, os povos indígenas do corredor central expressaram demandas comuns nas reuniões de consulta. Isto sugere que projetos indígenas que venham a ser formulados no contexto do PCE, devem ter componentes - ou eixos - comuns.

A cobrança por maior fiscalização dos poderes públicos é um exemplo que, como já foi dito, transcende os limites de um componente indígena. Mas tem clara interface indígena, aqui expressa como demanda de vigilância e comunicação, para distinguir de fiscalização, que designa mais especificamente o exercício de poder de polícia pelos órgãos de estado. Em todas as reuniões, as lideranças indígenas manifestaram a expectativa de que o PCE apoie as suas próprias iniciativas de vigiar acessos e limites das suas terras, especialmente provendo meios de deslocamento, e a instalação de sistemas de comunicação por radiofonia, que possibilitem a comunicação das aldeias entre si, com as organizações indígenas e com os órgãos públicos, para que a ocorrência de invasões e de conflitos possa ser informada e gerar providências em tempo real.

As demandas indígenas de vigilância e comunicação podem implicar em custos relativamente expressivos, mas se referem a necessidades reais, recorrentes e relevantes para a proteção da biodiversidade. Também devem ser necessidades de outras comunidades mas, no caso, como têm de ser geridas pelos próprios índios nas suas aldeias, constituem componente pertinente e comum aos projetos indígenas que venham a ser formulados no corredor central.

### 6.2 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Também o são as demandas indígenas de treinamento e capacitação. A própria organização de sistemas de radiofonia implicaria na formação de pessoal indígena para a instalação, operação e manutenção de equipamentos nas aldeias.

Nas reuniões, as lideranças expressaram o desejo de receberem formação e treinamento como agentes ambientais, especializados na proteção dos ecossistemas e recursos naturais existentes em suas terras (como ocorre na TI Waimiri-Atroari, onde há equipe mista de índios e assessores do PWA). É demanda que poderia articular-se com as redes e organizações de professores e agentes de saúde indígenas.

No entanto, a necessidade mais geral diz respeito à formação e capacitação de quadros indígenas para a formulação e o gerenciamento de projetos. É demanda das aldeias e das organizações, em todas as partes do corredor, de modo que os projetos indígenas no PCE deveriam incluir componente com este fim, de apoio institucional a organizações indígenas executoras.

### **6.3 CONECTIVIDADES E SOBREPOSIÇÕES**

Outro elemento comum às regiões do corredor, é a conectividade entre terras indígenas e unidades de conservação, que deveria ser contemplada nos projetos indígenas. A contiguidade entre terras indígenas e unidades de conservação protege legalmente a ambas frente à ameaça ou pressão de terceiros, sejam as unidades de uso direto ou indireto. Mesmo nos casos em que não são contíguas, mas próximas, a sua proteção pode ser articulada. Um bom exemplo é o convênio do PWA com o IBAMA, para estender à reserva biológica do Uatumã a estrutura de vigilância da TI Waimiri-Atroari.

A questão das reservas extrativistas merece destaque. Na sua delimitação original, não haveria nenhuma no corredor central. Com a inclusão da extensão integral da TI Rio Biá, deu-se também a inclusão da Resex do Médio Juruá (já criada oficialmente). O CNPT do IBAMA confirma a criação iminente de outras e informa sobre outras demandas, especialmente no alto Solimões, que ainda não puderam ser objeto de estudos por falta de recursos.

Os consultores recomendam a análise do mapa elaborado por técnicos da Universidade do Amazonas, a partir de informações da Prelazia de Tefé, com as indicações das comunidades ribeirinhas existentes no médio Solimões. Vê-se que a sua presença efetiva, independentemente das eventuais demandas de criação de reservas, é absolutamente relevante para o PCE. O PCE deveria ter um componente específico para a questão das populações extrativistas, que não devem ser reduzidas à condição de interstícios e, neste contexto, deveriam ser urgentizadas as providências relativas à implantação e à sustentabilidade das reservas extrativistas que reforcem a conectividade do corredor.

Por outro lado, há o caso de sobreposição entre parte da TI Betânia e parte da Resec Jutaí-Solimões, que preocupa mais pelas implicações jurídicas do que por conflitos efetivamente havidos. O caso da TI Porto Praia, sobreposta a Mamirauá, é juridicamente menos complexo, mas tem sido objeto de conflitos in loco. A reserva de Amanã, recém criada pelo governo do Amazonas, se sobrepõe à integral extensão da TI Cuiú-Cuiú. Projetos indígenas do PCE, para regiões em que há sobreposições efetiva ou potencialmente problemáticas, devem conter componente voltado para solucioná-las, seja harmonizando direitos e interesses indígenas nos planos de manejo das unidades, seja revendo a categoria de manejo da UC ou a própria sobreposição.

A questão das sobreposições é relevante para as demandas de criação de áreas de proteção ambiental dentro de terras indígenas, como no caso de Évare. Os consultores recomendam que não se repitam os erros cometidos nos casos das sobreposições já existentes, fazendo incidir sobre terras indígenas restrições legais unilaterais incompatíveis com o direito de posse e de usufruto indígena. Recomendam, ainda, a instituição de figura jurídica específica, flexível e apropriada à preservação de recursos naturais em terras indígenas.

---

## **7. TRÊS PROJETOS SUB-REGIONAIS**

---

### **7.1 NEM ALDEIA, NEM ASSEMBLÉIA GERAL**

Os projetos do componente indígena do PCE devem evitar os riscos da pulverização e da generalidade. Embora constituam demanda legítima e efetivamente expressa nas reuniões de consulta, os projetos pontuais de aldeia (exceto em situações específicas, como saneamento básico de aldeias populosas, por exemplo) não devem ser acolhidos no PCE. Da mesma forma, não se deve incorrer no erro de se implementar projetos genéricos, supostamente de interesse de todos os índios, mas que não podem ser por eles controlados.

Os projetos indígenas do PCE devem priorizar uma escala intermediária, que envolva regiões expressivas, mas que considere as relações interétnicas efetivamente existentes e uma logística operacional e gerencial viável. Os consultores sugerem, como referência de escala, as regiões em que se basearam para a viabilização do processo de consultas. Considerando que as demandas Maku poderão estar integradas às do médio Solimões, três projetos indígenas sub-regionais poderiam recobrir o conjunto das terras indígenas existentes no corredor.

Os três projetos deveriam conter componentes relacionados às demandas gerais de vigilância e comunicação, treinamento e capacitação, conectividades e superposições. A sustentabilidade econômica e ambiental das terras indígenas, embora com traduções específicas em cada caso, também é objetivo comum.

## **7.2 AGREGANDO ESPECIFICIDADES**

Além dos componentes comuns, cada projeto deveria incorporar componentes que potencializem as especificidades regionais. No alto Solimões, há o caso de Évare, que mobiliza espiritualmente o conjunto dos Ticuna e envolve o seu principal território. Há uma ênfase especialmente importante na proteção e manejo de lagos indígenas, que também ocorre no Japurá. Há a proximidade da fronteira, o acesso de colombianos pelo Içá e o Solimões, a conexão com áreas protegidas dos países vizinhos. Há a unidade cultural Ticuna, o seu conhecimento específico sobre os recursos naturais e as suas expressões culturais próprias, como o artesanato de boa qualidade.

No médio Solimões, há uma ênfase nos desafios à sustentabilidade das terras indígenas de menor extensão e ao manejo de recursos praticado fora delas. A maior unidade política pode ensejar um componente exequível de apoio à comercialização da produção, com entreposto provavelmente em Tefé. E há a demanda dos Maku e dos seus vizinhos, o potencial específico da sua condição de índios do interflúvio, e a conectividade com o corredor norte.

No leste, as importantes indefinições fundiárias deveriam ser inicialmente priorizadas. A mobilização dos Wai-Wai no processo de demarcação das suas terras deveria ensejar o estabelecimento de interlocução mais regular com o PCE, visando a definição de projetos. A presença de índios isolados recomenda uma participação mais direta da FUNAI nas intervenções relativas a estas áreas, especialmente à interditada. O caso da BR-210 e da frente predatória local também enseja um componente específico, que pode relacionar outras demandas relativas às estradas da região. Outras especificidades poderiam ser identificadas e agregadas a cada projeto.

## **7.3 GESTÃO LOCAL**

Os documentos básicos do PCE já definiram o critério de administração direta pelas organizações executoras dos recursos para projetos. Qualquer hipótese de centralização da gestão dos recursos e

dos projetos locais, estabeleceria uma distância insuperável na relação dos povos indígenas com o PCE. Por outro lado, o gerenciamento direto impõe as já referidas demandas de capacitação.

Nas reuniões havidas, houve unanimidade contra a intermediação por terceiros de recursos para projetos indígenas no PCE. Mesmo a intermediação da FUNAI ou do IBAMA não é desejada, e nem seria operacionalmente eficaz. No entanto, não há oposição ao provimento de recursos para o exercício do poder de polícia pelos órgãos. E há demanda pelo fortalecimento de parcerias e assessorias para executores de projetos, casos em que as próprias organizações indígenas poderiam dispor de recursos para a contratação dos parceiros com os quais mantém relações acumuladas de confiança.

Organizações dos próprios índios (ou agrupamentos interinstitucionais por elas integrados) devem ser identificadas ou constituídas para a execução dos projetos indígenas no âmbito do PCE.

#### **7.4 ARTICULAÇÃO NO PPG7**

As reuniões de consulta proveram aos índios informações também sobre o PPTAL, o PDI e o PPG7 como um todo. A questão das demarcações pendentes foi levantada em todas elas, sendo automaticamente entendida como providência preliminar à implantação do próprio corredor. Na boa lógica dos índios, a efetividade do corredor - como projeto mais abrangente - pressupõe o reconhecimento formal das terras - como providência básica. Implantá-lo sem demarcação, equivaleria a fazê-lo sem definição formal de unidades de conservação no seu interior.

Há demandas de demarcação nas quatro sub-regiões, sendo a questão pertinente aos três projetos aqui propostos, mas é no leste do corredor, em especial o caso da TI Trombetas-Mapuera, que as pendências de reconhecimento oficial de limites de terras indígenas são mais importantes para o próprio corredor. A presença de representantes do PPTAL nas reuniões havidas foi de grande importância, não apenas para facilitar a compreensão dos índios sobre o PCE e o PPG7, mas também para agilizar as providências do próprio PPTAL em relação às identificações e demarcações já previstas para a região do corredor.

Na medida em que os representantes indígenas expressaram demandas específicas das suas aldeias, associadas às agruras muito concretas que têm nelas vivido, os consultores informaram sobre os limites temáticos, gerenciais e orçamentários do PCE, e também sobre as características e possibilidades do PDI, que está em processo de gestação mais ou menos concomitante ao do PCE. Os consultores frisaram que o PDI, assim como o PDA, terá caráter competitivo, não sendo possível assegurar previamente a seleção de projetos de determinada região em detrimento das outras, devendo ser selecionados os melhores projetos indígenas. Mas informaram - e recomendam ao PDI para a região do corredor central - que é possível a realização de seminários de indução e oficinas de treinamento para a formulação de projetos PDA/PDI em regiões específicas.

Os consultores recomendam que o PCE, o PPTAL e o PDI, organizem uma agenda comum para a realização, no primeiro semestre de 99, nas três áreas propostas para a implantação de projetos indígenas no corredor, de oficinas de formulação de projetos para o PCE, o PDI e a participação dos índios nas identificações e demarcações do PPTAL. Uma agenda comum potencializaria recursos (como o Banco Mundial já sabe, fica caro reunir os índios do corredor) e a integração de esforços, fortalecendo os três componentes indígenas do PPG7, fazendo do corredor central uma espécie de catalizador, para a região, do PPG7 como um todo.

Neste sentido, vale ressaltar outras conexões possíveis, como em relação ao pgai proposto pelo governo do Amazonas, no âmbito do SPRN, para o eixo em que a BR-174 atravessa o norte do estado, atravessando também o leste do corredor. O PWA, por exemplo, tem experiência acumulada a aportar em relação ao controle da estrada. Um pgai do estado de Roraima (que também elegeu o eixo da BR-174 como região prioritária) deveria incumbir-se de parte da demanda de controle sobre a frente predatória da BR-210. Poderia, ainda, ser proposto um aporte específico do componente de ciência e tecnologia do PPG7, que apoia institutos de pesquisa como o INPA e o Museu Emílio Goeldi, no sentido de proverem respaldo técnico aos projetos indígenas no corredor.

---

## **8. REFERÊNCIAS INSTITUCIONAIS**

---

### **8.1 O PAPEL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS**

As demandas de fiscalização e a necessidade do exercício mais efetivo do poder de polícia pelo poder público na região do corredor, também ensejam providências articuladas por parte dos órgãos competentes. Ações conjuntas, estruturas e equipamentos de uso comum entre a FUNAI e o IBAMA, teriam evidente impacto positivo para a proteção da biodiversidade e dos direitos indígenas. A FUNAI não tem regulamentado o exercício do seu poder de polícia, o que faz, por exemplo, com que decisões judiciais venham devolvendo a madeireiros e garimpeiros equipamentos utilizados na exploração ilegal de recursos naturais em terras indígenas, apreendidos pelo órgão. Mas o exercício do poder de polícia pelo IBAMA está regulamentado e fortalecido pela recente promulgação da lei dos crimes ambientais.

No mesmo rumo, outros órgãos públicos poderiam disponibilizar recursos humanos e materiais para uma estrutura comum de fiscalização na região do corredor. A Polícia Federal pode articular no SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) o seu aporte a uma estrutura oficial de fiscalização do corredor, considerando as suas competências no controle da fronteira e na proteção de terras federais. A Aeronáutica é responsável pela implantação do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), que terá presença direta em Tabatinga, Tefé e Manaus, sendo relevante explorar as possibilidades de cooperação do SIVAM com os esforços dos demais órgãos públicos em relação à implantação de uma estrutura de fiscalização no corredor. A Marinha fiscaliza as condições legais e operacionais das embarcações que transitam pelos rios do corredor, e pode contribuir para um combate mais efetivo à pesca predatória. O IPAAM, órgão ambiental do Amazonas, tem competências legais específicas em relação às ações de fiscalização no estado, pode contribuir e se beneficiar de um esforço conjunto, e tem papel fundamental na implantação do corredor central.

Um plano de fiscalização para o corredor central, deveria considerar as referências logísticas indicadas pelos representantes indígenas nas reuniões de consulta, tais como os acessos ao território brasileiro e aos cursos superiores do Solimões, do Içá e do Japurá, a posição estratégica de Tefé, o acesso fluvial ao corredor pelo leste (Oriximiná), as rodovias que cortam o norte do Amazonas e o sul de Roraima, os pontos de acessos às regiões em que se concentram lagos indígenas.

O PCE poderia apoiar a implantação deste plano, mediante contrapartida dos órgãos competentes, no que se refere às demandas específicas suscitadas pelo corredor central. Por exemplo, as estruturas de controle de fronteiras existem independentemente do corredor, e fortalecê-las na interface com os objetivos do corredor seria pertinente à contrapartida, não ao PCE. Já alguma

estrutura de controle sobre a fronteira leste do corredor, definida em função do seu traçado, poderia ser provida pelo PCE. Os recursos do PCE devem ser priorizados para a interface indígena e de outras comunidades necessitadas (vigilância comunitária e redes de fonia) com a demanda de fiscalização.

Há, ainda, questões de estrutura da FUNAI e do IBAMA que colocam problemas relevantes para a coordenação e gestão do PCE. O caso da FUNAI é mais complexo, já que ela dispõe de seis unidades regionais descentralizadas (não hierarquizadas) com jurisdição sobre a área do corredor (Tabatinga, Tefé - núcleo, Manaus, Parintins, Belém e Boa Vista). Os consultores sugerem que a interlocução da FUNAI com o PCE se faça: (a) de forma centralizada, através da coordenação do PPTAL, junto à coordenação geral do PCE; (b) pelo próprio PPTAL, e/ou pela ADR de Manaus, em vista da sua localização geográfica, na instância de coordenação do corredor central; (c) pelas unidades locais de Tabatinga (especialmente) e Tefé, no acompanhamento de projetos indígenas naquelas regiões; e (d) por membro da equipe do PPTAL especialmente designado, em vista das demandas específicas de demarcação e da particular dispersão estrutural do órgão na região, no acompanhamento do projeto indígena para o leste do corredor.

O caso do IBAMA é mais simples, pois dispõe de estrutura hierarquizada na forma de superintendências nos estados. Como quase toda a extensão do corredor está no Amazonas, é evidente o papel preponderante da superintendência do IBAMA em Manaus na coordenação do corredor central, que teria condições de articular com as superintendências do Pará e de Roraima providências relativas às partes do corredor situadas nestes estados. Neste momento, a superintendência de Manaus mantém um bom nível de relações interinstitucionais, o que contribuirá para a potencialização do seu papel.

## **8.2 ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E DE APOIO**

A COIAB é a principal organização indígena de âmbito regional na Amazônia, e a ela estão filiadas, entre outras, a UNI-Tefé e a CGTT, representativas dos povos do Solimões. Os consultores recomendam que a COIAB exerça a representação indígena no âmbito da coordenação do corredor central, incumbindo-se da interlocução com as demandas das organizações de base, executoras de projetos indígenas no PCE.

No caso do alto Solimões, os consultores recomendam que o PCE proponha aos índios a constituição de uma coordenação interinstitucional de acompanhamento do projeto indígena local, integrada pelos dirigentes das organizações indígenas e das unidades locais do IBAMA e da FUNAI, além de representantes de organizações de apoio com atuação local que venham a ser indicadas pelos índios. A nível de execução, o PCE poderia sugerir a constituição de uma associação dos capitães de Évare 1 e 2, especificamente para o fim de gerir o componente para este território, podendo também gerir - sob o acompanhamento da coordenação interinstitucional prevista - os recursos relativos aos componentes mais gerais do projeto indígena para esta área. Outra hipótese seria a de gestão por uma das organizações existentes, também sob supervisão, caso em que a CGTT, que mantém parceria com o Centro Máguta, seria a referência mais indicada, por ser a mais tradicional, apesar da possível oposição das demais.

No médio Solimões, a UNI-Tefé poderia ser a organização formuladora e executora do projeto indígena local, que inclui as demandas do Japurá e o componente Maku. Uma instância coordenadora deveria incluir representantes da Prelazia e das organizações de apoio com atuação local, além das representações locais dos órgãos públicos.



No leste do corredor, não há organizações indígenas referenciais. Há o caso dos Waimiri-Atroari e a experiência do PWA. Mas os próprios Waimiri-Atroari indicaram os grupos e terras Wai-Wai como prioridade no contexto de um projeto indígena para esta região. Os consultores sugerem que o PPTAL (enquanto representação da FUNAI na coordenação do PCE) assuma, inicialmente, a coordenação da formulação do projeto sub-regional indígena, selecionando e contratando (em caráter temporário) uma equipe mínima para este fim, e solicitando do PWA apoio logístico, treinamento de pessoal e transferência de metodologia de ação indigenista. A formulação do projeto deve ser discutida e negociada no contexto da mobilização dos índios no processo de demarcação das suas terras. Para a execução do projeto, poderá ser sugerida a constituição de uma associação dos tuxáuas da região, que absorveria a equipe provisoriamente contratada pelo PPTAL.

Em todos os casos, devem ser estimuladas e fomentadas as relações de parceria já existentes entre organizações indígenas locais e organizações não governamentais, sem prejuízo de esforços específicos para identificar outros aportes técnicos indispensáveis aos projetos indígenas, que possam suprir lacunas hoje existentes no âmbito das relações interinstitucionais locais. Em todos os casos, haverá demanda de capacitação dos executores locais de projetos indígenas do PCE.

### **8.3 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA**

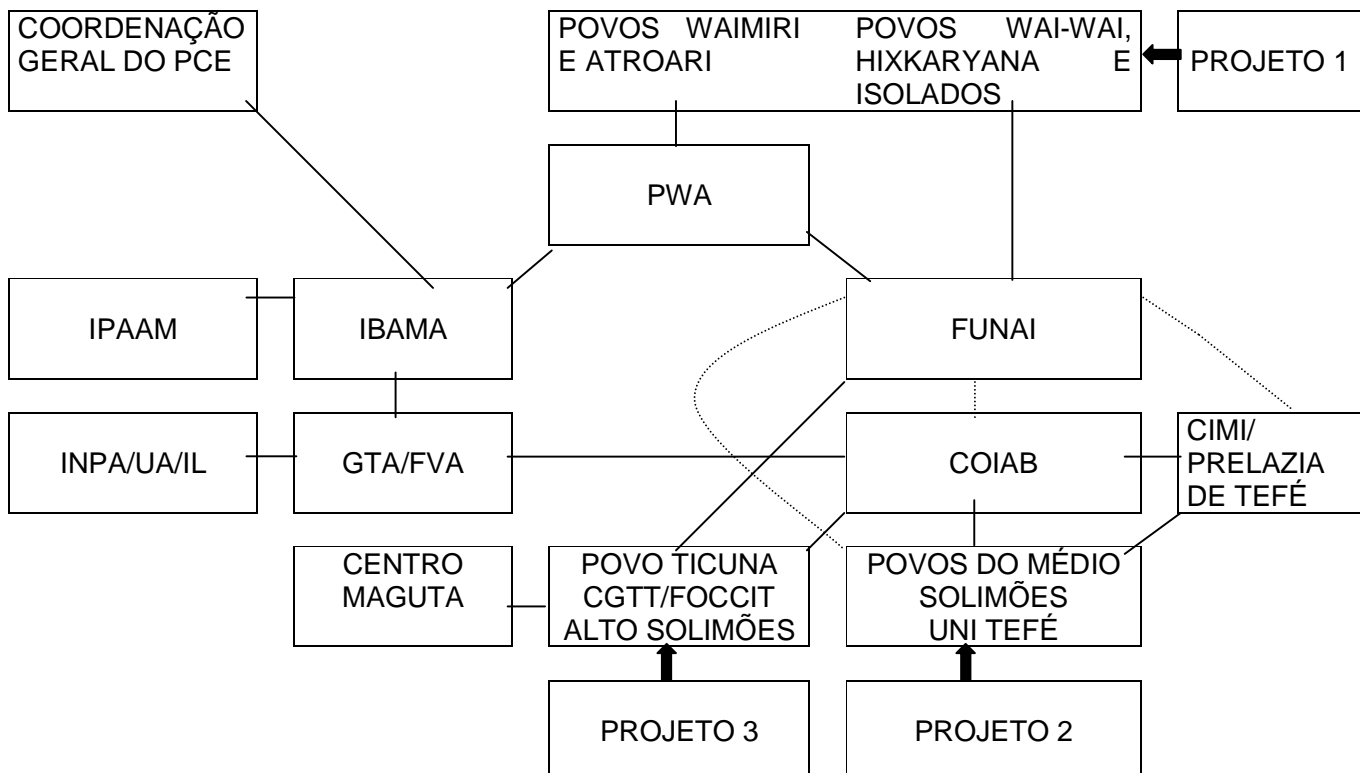
O nicho óbvio para a identificação de novas parcerias é o das instituições públicas de pesquisa baseadas na região. Há pesquisadores de instituições como o INPA, a Universidade de Manaus, o Instituto Luterano (privado, conveniado aos anteriores), a Universidade Federal do Pará, o Museu Emílio Goeldi (baseado em Belém), e o próprio IPAAM, que já trabalham em projetos que têm ou poderiam incorporar interfaces com demandas indígenas do corredor central, e que poderiam ser envolvidos mais diretamente nos projetos previstos, ou subsidiar componentes - como o de alternativas energéticas comunitárias (que não foi objeto de discussão nas reuniões de consulta) -, que possam enriquecê-los.

A identificação destas parcerias deve estar referenciada pelas demandas concretas dos projetos, e deve prever dificuldades naturais que ocorrem na relação de terceiros desconhecidos com lideranças e comunidades indígenas. A consolidação de novas parcerias - e isto vale para o próprio PCE - requer interlocução continuada no tempo. Muitas vezes, soluções tecnicamente indicadas para circunstâncias normais, como por exemplo as referidas à produção econômica, não são diretamente aplicáveis às condições de sociedades tribais, que ocupam extensivamente o seu território. Até as melhores soluções requerem adaptações.

As instituições de pesquisa também poderiam ser estimuladas a constituir linhas de investigação mais sistemática, sobre os usos e conhecimentos tradicionais indígenas acerca dos recursos naturais existentes nas suas terras. O componente de apoio à pesquisa científica no PCE deveria incorporar, pelo menos em caráter demonstrativo, alguma iniciativa concernente. Em algumas reuniões havidas, representantes indígenas expressaram interesse neste tipo de iniciativa.

### **8.4 DIAGRAMA DE RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS**

Segue-se uma tentativa de esquematização de relações interinstitucionais relevantes para o componente indígena do PCE:



---

## 9. RESUMO DAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

---

### (A). SOBRE A CONTINUIDADE DA INTERLOCUÇÃO DO PCE COM OS ÍNDIOS DO CORREDOR CENTRAL:

1. Retomar a interlocução no primeiro semestre de 99, através de oficinas regionais conjuntas promovidas pelo PCE, PPTAL e PDI.
2. Decidir sobre o desenho de componente indígena aqui sugerido, para formalizar uma proposta do PCE aos índios, com parâmetros para a sua participação.
3. Estimar recursos de pré-investimento para formulação de projetos indígenas no âmbito do PCE.
4. Informar as instituições envolvidas no processo de consulta sobre decisões e desdobramentos relevantes para o PCE.
5. Prever a possibilidade de iniciar a execução de projetos indígenas (se já formulados e aprovados) ainda em 99.

### (B). SOBRE A ATUAÇÃO DA FUNAI E DO IBAMA NO CORREDOR E SUA REPRESENTAÇÃO NO PCE:

6. Formular e implementar plano conjunto de fiscalização, com estratégia para melhorar a efetividade no exercício do poder de polícia na área do corredor.
7. Definir a interlocução da FUNAI no âmbito do PCE, atribuindo-a à coordenação do PPTAL nas instâncias de coordenação geral do PCE e do corredor central, assim como para a formulação de projeto indígena para o leste do corredor, além do acompanhamento pelas unidades locais dos demais projetos indígenas.
8. Envolver as unidades locais do IBAMA no assessoramento e acompanhamento de projetos indígenas no âmbito do PCE.

### (C). SOBRE O PERFIL E O GERENCIAMENTO DE PROJETOS INDÍGENAS NO PCE:

9. Evitar projetos indígenas no âmbito do PCE que sejam pontuais, de pequeno impacto para o corredor central, ou que sejam genéricos e desconsiderem as relações interétnicas existentes e as condições de controle pelos índios.
10. Formular e executar três projetos indígenas de escala sub-regional no âmbito do PCE.
11. Formular os projetos regionais indígenas com componentes comuns (demandas recorrentes) e

específicos (problemas e potencialidades regionais).

12. Viabilizar organizações indígenas locais como executoras dos projetos indígenas do PCE, estimulando parcerias, assessorias e capacitação de quadros indígenas.

(D). SOBRE AS DEMANDAS INDÍGENAS PARA O PCE:

13. Apoio às ações comunitárias de vigilância territorial e implantação de sistemas de comunicação radiofônica, para interligar aldeias, organizações e órgãos públicos e possibilitar providências em tempo real frente a invasões predatórias.

14. Apoio ao manejo de lagos e à produção extrativista e agrícola das comunidades indígenas, inclusive para comercialização.

15. Proteção de reservas de recursos naturais em terras indígenas (Évare) ou entre elas (interflúvio Uneixi-Téa).

16. Apoio institucional às organizações indígenas para a formulação e gestão de projetos, e fortalecimento das suas parcerias, segundo as relações de confiança estabelecidas.

17. Treinamento e capacitação para agentes ambientais indígenas e para instalação, operação e manutenção de sistemas de fonia.

18. Incorporação da COIAB à instância de coordenação do corredor central.

(E). SOBRE A INTEGRAÇÃO DE INICIATIVAS NO ÂMBITO DO PPG7:

19. Priorizar (antecipar) as providências previstas no âmbito do PPTAL com relação à identificação e demarcação de terras indígenas situadas no corredor central, especialmente a TI Trombetas-Mapuera.

20. Viabilizar a participação/fiscalização dos índios nos trabalhos de demarcação das suas terras, estimulando-os a protegê-las, e articulando esta participação com a formulação dos projetos indígenas do PCE, especialmente no leste do corredor.

21. Promover oficinas de treinamento para formulação de projetos PDA/PDI nas sub-regiões do corredor.

22. Identificar interfaces entre o componente indígena do PCE (projeto indígena para o leste do corredor) e os pgais previstos no âmbito do SPRN para o norte do Amazonas e sul de Roraima.

23. Verificar a possibilidade de aporte técnico por parte do componente de ciência e tecnologia do PPG7 aos projetos indígenas do PCE.

(F). SOBRE METAS SOCIAIS E CONECTIVIDADE:

24. Estabelecer metas sociais no âmbito do PCE, como condição de eficácia para a implantação dos corredores ecológicos e de políticas integradas que objetivem a conservação da biodiversidade.

25. Definir um componente específico para os projetos e demandas indígenas na estrutura do PCE, sem diluí-los na generalidade conceitual de áreas de interstícios, reservando recursos compatíveis com o peso relativo das terras e povos indígenas em cada corredor, em montante suficiente para formular e executar os projetos indígenas sugeridos.

26. Definir um componente específico para projetos das populações extrativistas que vivem na região do corredor central, que inclua o apoio à criação e implantação de reservas extrativistas relevantes para a conectividade com as terras indígenas e no corredor em geral.

27. Propor soluções legais e administrativas para os casos de sobreposições entre TIs e UCs existentes no corredor, e a instituição de uma figura jurídica apropriada à proteção de reservas indígenas de recursos naturais.

## 10. ANEXOS

### 10.1. Relatório da apresentação do Projeto Corredores Ecológicos aos povos indígenas do Médio e do Alto Solimões

Deborah de Magalhães Lima

#### SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>31</b>
<b>2. METODOLOGIA DO TRABALHO</b>	<b>31</b>
<b>3. EQUIPE DE CONSULTORES E ACOMPANHANTES DA FUNAI E IBAMA</b>	<b>33</b>
<b>4. CONSULTA AOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO SOLIMÕES</b>	<b>33</b>
4.1 Representatividade.....	33
4.2 Especificidade dos Povos e Terras Indígenas do Médio Solimões.....	35
4.3 Relatórios dos 11 Grupos formados por representantes das T.I e organizações indigenistas do Médio Solimões sobre: o Uso dos recursos naturais, principais conflitos, seu relacionamento com unidades de conservação e sugestões para implementação do PCE.....	37
4.4 Síntese das sugestões apresentadas pelos povos indígenas do Médio Solimões para a implementação do Projeto Corredores Ecológicos e seu entendimento do projeto.....	50
4.5 Observações finais.....	51
<b>5. CONSULTA AOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES</b>	<b>53</b>
5.1 Representatividade.....	53
5.2 Particularidades dos Povos e Terras Indígenas do Alto Solimões.....	54
5.3 Relatórios dos 12 Grupos formados por representantes das T.I do Alto Solimões sobre os recursos naturais, principais conflitos, experiências com projetos de desenvolvimento, conservação ou manejo e suas sugestões para implementação do PCE.....	57
5.4 Principais problemas ambientais, entendimento do projeto e síntese das sugestões apresentadas pelas lideranças Ticuna do Alto Solimões para a implementação do PCE...	72
5.5 Observações finais – possibilidades e limitações à definição de um Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas (PDPI) no Alto Solimões.....	73
<b>6. SOBREPOSIÇÕES ENTRE TIs E UCs</b>	<b>76</b>
<b>7. OBSERVAÇÕES FINAIS - ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS NO PCE</b>	<b>77</b>
8. Lista dos participantes dos grupos presentes nas três reuniões do solimões.....	81
WAIMIRI-ATROARI.....	111
WAI-WAI.....	113
TROMBETAS-MAPUERA.....	114
NHAMUNDÁ-MAPUERA.....	115

# RELATÓRIO DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS AOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO E DO ALTO SOLIMÕES

Deborah de Magalhães Lima

---

## 1. INTRODUÇÃO

---

Este relatório é uma contribuição à consulta a quatro núcleos de populações indígenas incluídas nas terras do Corredor Amazônico Central do Projeto Corredores Ecológicos, Ibama/PPG7: terra indígena Waimiri-Atroari e lideranças indígenas do Leste do corredor, terras indígenas do Médio Solimões, terras Ticuna do Alto Solimões e terras indígenas da Bacia do Japurá.

Seguindo as orientações contidas nos Termos de Referência, os principais objetivos da consultoria foram:

- *Realizar consultas às populações das terras indígenas nas áreas do Corredor Ecológico Central da Amazônia a fim de informá-las sobre o Projeto Corredores Ecológicos (PCE), enfatizando a relevância da conservação da biodiversidade em larga escala para o usufruto indígena dos recursos naturais existentes em suas terras.*
- *Coordenar os trabalhos de levantamento das informações disponíveis sobre o contexto sócio-econômico e ambiental das terras indígenas e do entorno, tendo em vista a preparação e a implementação de estratégias de conservação e de manejo comunitário, a serem desenvolvidas em parceria com as populações indígenas durante a efetividade do projeto.*

---

## 2. METODOLOGIA DO TRABALHO

---

O trabalho de campo para apresentação da proposta da criação dos Corredores Ecológicos para povos indígenas do Médio e do Alto Solimões consistiu essencialmente da realização de três reuniões onde estiveram representadas 7 etnias de 28 das 46 terras indígenas incluídas no corredor amazônico central. Informações adicionais foram obtidas a partir de entrevistas particulares com lideranças indígenas, membros da Funai, Ibama e de diversas ONGs locais. Todas as reuniões foram organizadas por associações indígenas e realizadas em aldeias.

A metodologia adotada permitiu uma ampla divulgação do PCE mas as informações específicas sobre cada terra indígena, coletadas durante as reuniões de trabalho, não puderam ser exaustivas. O número relativamente alto de terras indígenas existentes no Médio e no Alto Solimões impossibilitou que os levantamentos sobre a situação sócio-ambiental particular de cada terra fossem aprofundados. Mesmo limitados, na maioria dos casos, os dados fornecidos pelos grupos constituem a única fonte de informações atualizadas sobre suas áreas. A opção metodológica em favor de reuniões representativas, em lugar de visitas pontuais, foi tomada para garantir que uma audiência maior de lideranças das terras indígenas fosse informada sobre o PCE e pudesse opinar sobre sua

implementação. As sugestões apresentadas pelas lideranças indígenas foram bastante concretas e, em seu teor, compatíveis com a proposta do PCE.

A reunião de trabalho do Médio Solimões, organizada pela UNI-Tefé, se deu entre os dias 11, 12 e 13 de julho de 1998 na aldeia Betel da terra indígena Ticuna (Ticuna, Kambeba e Kokama) da Barreira da Missão. Entre os Ticuna do Alto Solimões, foram realizadas duas reuniões com suas lideranças devido à divisão dos capitães em duas organizações distintas mas que se propõem, cada uma delas, a representar o povo Ticuna desta região: o Conselho Geral da Tribo Ticuna (Cgtt) e a Federação das Organizações das Comunidades e Caciques da Tribo Ticuna (Focitt). A primeira reunião, organizada pela Cgtt, foi realizada na aldeia do Paraná do Ribeiro, terra indígena Ticuna Évare II, entre os dias 16 e 17 de julho. A segunda reunião, organizada pela Focitt, ocorreu na aldeia de Feijoal da terra indígena de mesmo nome, durante os dias 18 e 19 de julho de 1998.

Um mesmo roteiro geral foi empregado nas três reuniões com algumas variações determinadas pelas diferenças no tempo concedido para apresentação do PCE nas pautas preparadas pelos organizadores, tamanho da audiência, domínio da língua portuguesa, infra-estrutura local e condições do tempo. O roteiro geral consistiu de uma apresentação selecionada do PCE que incluiu os aspectos mais relevantes do projeto e suas conseqüências para os povos indígenas. As explicações foram ilustradas com a apresentação de um mapa preparado pelo ISA com a localização dos corredores ecológicos planejados e do corredor amazônico central, apresentação esta que conduzia a uma discussão sobre a diversidade da ocupação humana e status jurídico das áreas atingidas. Atenção especial foi dada à idéia de conectividade das ações do projeto. Também foi feita uma explicação detalhada da dimensão e especificidade dos projetos a serem financiados pelo PCE e apresentados, como opções para projetos comunitários e de demarcação, outros componentes do PPG7 (PDI e PPTAL). Material de divulgação do PCE preparado especialmente para esta consulta foi distribuído e explicado para as audiências das três reuniões.

Após uma sessão de perguntas e esclarecimentos, era introduzida uma discussão sobre a situação dos recursos naturais e a importância de medidas de conservação e manejo para garantir a sobrevivência dos povos indígenas em suas terras. Em seguida, a reunião era conduzida na forma de trabalhos de grupos. A composição dos grupos era definida pelos organizadores sendo que o principal critério adotado foi o de vizinhança. Era passado um pequeno questionário para levantar dados referentes à situação sócio-econômica das áreas representadas pelos participantes dos grupos, a situação de escassez de recursos naturais, ocorrência de conflitos e ameaças à integridade do ambiente nas terras indígenas, entre outras informações. Estas questões conduziam o grupo a uma reflexão sobre possíveis soluções para seus problemas ambientais que formaram a base de suas sugestões para implementação do PCE.

O trabalho em grupo permitiu acompanhar de perto o entendimento do PCE pelas lideranças e deu chance a que se sentissem mais à vontade para discutir suas idéias e apresentar sugestões. Os participantes da equipe de consulta se dividiram para ajudar a redação dos relatórios dos grupos e responder às dúvidas conceituais que surgiam. Após a conclusão dos trabalhos em grupo, estes eram apresentados à audiência para que as sugestões de cada grupo fossem conhecidas e eventualmente debatidas pelos presentes. Cópias xerox dos relatórios preparados pelos grupos foram entregues à associação indígena que organizou cada reunião.

Durante as reuniões, foi enfatizado repetidamente o objetivo informativo da consulta para evitar a geração de expectativas de atendimento das demandas levantadas. O objetivo das reuniões era descrito como o de estabelecer um diálogo entre os representantes dos grupos indígenas e os responsáveis pelo PCE, diálogo este mediado pelos consultores. O PCE foi descrito como um projeto



que visa não a imposição de ações e medidas de conservação e manejo mas um projeto em construção, que pretende reunir diversos segmentos sociais que residem na área do corredor, incluindo os povos indígenas, para que definam, a partir de uma abordagem participativa e coletiva, as principais ações que o projeto irá financiar.

---

### 3. EQUIPE DE CONSULTORES E ACOMPANHANTES DA FUNAI E IBAMA

---

Durante a reunião com os povos indígenas do Médio Solimões, a antropóloga Deborah Lima, responsável pela organização das consultas aos povos indígenas do Médio e Alto Solimões, trabalhou em parceria com o antropólogo Jorge Pozzobon, responsável pela consulta aos povos indígenas do Rio Japurá. As três reuniões no Médio e Alto Solimões contaram com a presença e colaboração da antropóloga Ana Costa (Funai/Pptal - Brasília) e do geólogo Leonardo Resende (Departamento de Meio Ambiente/Funai - Brasília). As duas reuniões do Alto Solimões foram acompanhadas e receberam a colaboração da engenheira florestal Olatz Cases (Supes/Ibama - Manaus). Manuel Moura, líder Tucano residente em Tabatinga, participou das reuniões no Alto Solimões e deu assistência a dois grupos nos seus trabalhos de redação e discussão.

A realização das reuniões só foi possível graças aos esforços despendidos pelos líderes indígenas André Cruz (reunião da Barreira da Missão), Pedro Inácio e Nino Fernandes (reunião do Paraná do Ribeiro) e Constantino Ramos Lopes (reunião de Feijoa), responsáveis pela convocação, transporte, alojamento e alimentação de mais de 300 pessoas ao todo, incluindo os participantes, ouvintes, acompanhantes e ajudantes das três reuniões.

---

### 4. CONSULTA AOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO SOLIMÕES

---

#### 4.1 REPRESENTATIVIDADE

A reunião realizada na Barreira da Missão contou com 89 participantes, representantes de:

- *15 Terras Indígenas das etnias Mayoruna, Miranha, Ticuna, Kambeba, Kokama, Kulina e Kanamari, representadas por seus primeiros e/ou segundos tuxauas, professores, agentes de saúde, parteiras e mulheres indígenas,*
- *Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões,*
- *Cimi – Tefé,*
- *Assessoria Jurídica da Prelazia de Tefé,*
- *Funai – PINs de Tefé, Jutá e Juruá/Kumarú Lago do Ualá,*
- *Ibama Tefé;*
- *Projeto Mamirauá e*

- *UNI-Tefé.*

Esta audiência cobriu 75% das terras indígenas do Médio Solimões, conforme especificado nas tabelas 1 e 1.2, e as principais instituições que dão assessoria e apoio aos povos indígenas da região.

Tabela 1: Dados gerais sobre as T.I. localizadas no M. Solimões e Japurá representadas na reunião

N <sup>o</sup>	Terra Indígena	Grupo	Município	Aldeias representadas	Pop <sup>*</sup>	Área (ha)
1	Igarapé Grande	Kambeba	Alvarães	Igarapé Grande	22	551
2	Méria	Miranha	Alvarães	Méria	45	585
3	Marajá	Mayoruna	Alvarães	Marajá	203	1.196
4	Barreira da Missão	Kokama	Tefé	Nova Esperança (Kokama), Betal (Kambeba) e Barreira de Cima (Ticuna)	474	1.772
5	Jaquiri	Kambeba	Maraã	Jaquiri	55	1.820
6	Tupã-Supé	Ticuna	Alvarães	Tupã-Supé	32	5.039
7	Paraná do Lago Paricá	Kanamari	Maraã	Patauá	60	8.220
8	Estrela da Paz	Ticuna	Jutaí	Boa Vista (Kokama), Bugaio ou Estrela da Paz (Ticuna, Kokama e Kambeba) e Inglaterra.	383	12.876
9	Ig. Acapuri de Cima	Kokama	F. Boa	Acapuri de Cima	104	15.000
10	Kumarú do Lago Ualá	Kulina (Madijá)	Juruá	Kumarú, Maapiranga, Morada Nova e Pauapixuna	400	17.000
11	Porto Praia	Ticuna	Uarini	Porto Praia	112	22.000
12	Cuiú-Cuiú	Miranha	Maraã	Vila Nova, São José e Nova Estrêla	150	36.310
13	Espírito Santo	Ticuna	Jutaí	Novo Progresso	58	38.000
14	Macarrão	Ticuna	Jutaí	Sta. Fé (Ticuna e Kokama), Bacabal e Castanhal (Ticuna)	404	44.267
15	Maraã-Urubaxi	Kanamari Maku	Maraã	São Francisco	68	80.000

(\*) *Dados populacionais fornecidos pelos representantes das terras indígenas.*

Entre as cinco áreas que não mandaram representantes, listadas na tabela 1.2, apenas Miratu fica próxima ao local da reunião, enquanto as outras estão muito afastadas. Com relação à área Kulina Juruá, os chefes dos PI de Kumarú do Lago Ualá, Jutaí e Tefé declararam desconhecer tanto seus habitantes quanto a terra indígena.

Tabela 1.2 Terras Indígenas localizadas na região do Médio Solimões, incluídas no Corredor Central da Amazônia, mas não representadas na reunião da Barreira da Missão.

Nº	Terra Indígena	Grupo	Município	UF	Área (ha)
1	Miratu	Miranha	Uarini	AM	13.199
2	Rio Biá	Katukina	Foz do Jutai	AM	1.185.791
3	Riozinho	Ticuna e Kulina	Jutai	AM	S.I.
4	Auati-Paraná	Ticuna	Tonantins/Fonte Boa/Alvarães	AM	127.199
5	Juruá	Kulina	Juruá	AM	37.600

#### 4.2 ESPECIFICIDADE DOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS DO MÉDIO SOLIMÕES

O agrupamento dos povos e terras indígenas do Médio Solimões, além de sua base geográfica, tem um sentido político relacionado à associação destes povos à UNI-Tefé. Por sua vez, a área de atuação da UNI-Tefé tem ligação com a área de trabalho da Prelazia de Tefé e das organizações a ela associadas, como sua assessoria jurídica e o Cimi (ver mapa da área de atuação da Prelazia de Tefé, em anexo). A esta unidade política, somam-se características da economia regional, centrada na cidade de Tefé, e particularidades da identidade indígena da maioria das etnias que compõem este grupo.

Das sete etnias existentes, Miranha, Mayoruna, Kambeba, Kokama, Ticuna, Kanamari e Kulina, apenas estas duas últimas mantêm sua língua indígena viva. Para os outros grupos (incluindo os Ticuna, que no Alto Solimões mantêm a língua e suas principais tradições preservadas), a identidade étnica e os traços diacríticos estão, aparentemente, mais ligados à sua relação com a terra e ao seu engajamento ativo nas organizações indígenas regionais do que à preservação de sua cultura tradicional. A identidade *indígena*, comum a esses grupos étnicos e definida em sua oposição à dos “brancos” ou “não índios”, parece, em uma observação preliminar, ter maior importância do que a que é conferida por suas identidades étnicas específicas. Em outras palavras, a identidade genérica de *Índio*, seja Mayoruna ou Miranha ou outro, tem maior força política do que as identidades étnicas particulares. A definição da identidade étnica específica destes povos que apresentam pouca vivência ou lembrança das tradições culturais dos antepassados se baseia na descendência traçada e mesmo nas relações de afinidade estabelecidas. Em conseqüência, diferenças e atritos entre essas etnias são minimizadas e sua identidade comum, fortalecida.

Por esse motivo, enquanto existe um número maior de etnias no Médio do que no Alto Solimões, a unidade política entre estes sete grupos parece ser maior do que a que atualmente existe entre os indígenas do Alto Solimões. Mesmo sendo dominada por uma única etnia, os Ticuna, suas duas organizações políticas, as organizações dos professores, agentes de saúde e de missionários, formam um mosaico de representações indígenas no Alto Solimões que, no momento, enfrentam dificuldades de articulação política. No que tange aos interesses do PCE, portanto, o contexto pluri-étnico encontrado no Médio Solimões aparentemente não constitui obstáculo ou dificuldade à definição e implementação de um plano de ação indígena (ao contrário da situação do Alto Solimões, como será discutido).

O uso dos recursos naturais pelos grupos indígenas do Médio Solimões está ligado à economia de mercado desta região. A demanda seletiva de produtos e a relação de aviação com regatões constituem fatores determinantes do tipo de uso e da intensidade de exploração do ambiente. A produção rural, tanto dos índios quanto dos ribeirinhos, possui diferenças associadas ao tipo de ambiente ocupado pela população. A pesca e a extração de madeira constituem as principais

produções na várzea, onde a agricultura é limitada pelas condições sazonais e extensão das faixas de terra para cultivo (restingas). Na terra firme, a coleta de castanha e a agricultura são as principais produções. A sazonalidade da produção na várzea está ligada à variação do nível d'água do rio que define períodos de cheia, vazante, seca e enchente. Na terra firme, os ciclos de produção estão ligados à variação sazonal da intensidade das chuvas que define o inverno e o verão da Amazônia.

Nas áreas mais distantes das cidades, a população depende do comércio com o regatão, comerciante itinerante que substituiu o patrão tradicional que residia na área rural e mantinha o barracão como centro do comércio. A relação de crédito estabelecida com o regatão, embora mais flexível do que com o patrão tradicional, constitui um obstáculo para o desenvolvimento de um mercado mais competitivo, que ofereça condições de comercialização mais favoráveis para os produtores. Para os povos que residem próximo aos centros urbanos, principalmente o maior deles, Tefé, que podem vender sua produção sem dependerem de intermediários, a situação é melhor. Também melhor é a situação das terras localizadas ao longo do Solimões, onde há mais movimento de barcos e as condições de mercado são mais favoráveis do que nos rios afluentes. Nestes rios, existe um número menor de regatões que estabelecem relações de troca ainda mais desfavoráveis.

Considerando apenas as Terras Indígenas presentes à reunião do Médio Solimões, estas possuem uma população total de 2.570 habitantes e ocupam uma área de 284.636 ha (seriam 1.648.425 ha, contando as terras que não compareceram). A densidade demográfica nestas terras varia de aproximadamente 27 hab/km<sup>2</sup> a 0,1 hab/km<sup>2</sup>, como indicado na tabela 1.3. As maiores densidades são encontradas nas terras menores e mais próximas às cidades de Tefé e Alvarães, preferidas por oferecerem melhores condições de comercialização e acesso às facilidades urbanas.

Tabela 1.3 - Densidade demográfica das TI do Médio Solimões representadas na reunião da Barreira da Missão, segundo dados populacionais fornecidos pelos presentes.

Terra Indígena/Grupo	População	Área (ha)	Hab./km <sup>2</sup>
Barreira da Missão/Kokama	474	1.772	26,7
Marajaí/Mayoruna	203	1.196	17,0
Méria/Miranha	45	585	7,7
Igarapé Grande/Kambeba	22	551	4,0
Jaquiri/Kambeba	55	1.820	3,0
Estrela da Paz/Tukuna	383	12.876	3,0
Kumarú do Lago Ualá/Kulina (Madijá)	400	17.000	2,4
Macarrão/Tukuna	404	44.267	0,9
Paraná do Lago Paricá/Kanamari	60	8.220	0,7
Igarapé Acapuri de Cima/Kokama	104	15.000	0,7
Tupã-Supé/Tukuna	32	5.039	0,6
Porto Praia/Tukuna	112	22.000	0,5
Cuiú-Cuiú/Miranha	150	36.310	0,4
Espírito Santo/Tukuna	58	38.000	0,2
Maraã-Urubaxi/Kanamari Maku	68	80.000	0,1
	Σ=2.570	Σ=284.636	χ=4,53

Nas terras onde há maior densidade demográfica, a escassez de recursos básicos, destinados ao consumo alimentar da população como o peixe e a caça, é mais grave. Em áreas como na Barreira da Missão, a alimentação básica das famílias é obtida através da pesca realizada fora da terra indígena ou adquirida no mercado de Tefé.

Os principais problemas ambientais nesta região estão ligados à competição por recursos naturais explorados por métodos extrativistas: a caça, a madeira, a castanha e o peixe. A indefinição das propriedades de várzea e mesmo de terra firme, somada ao desrespeito pelos limites das terras indígenas e unidades de conservação são responsáveis pelos conflitos entre invasores e moradores que defendem seu direito de usufruto exclusivo, usufruto este na maioria das vezes defendido por um grupo local (“a comunidade”). Ribeirinhos e índios entram em conflito com patrões de madeira e peixe, e disputam entre si direitos de exploração dos recursos naturais. Já os conflitos ligados à produção agrícola, geralmente associados à ocupação da terra e constituição de “posses”, ocorre em alguns casos somente, principalmente nas terras indígenas com problemas de retirada de posseiros de ocupação anterior à demarcação.

O crescimento populacional, avanço tecnológico e desenvolvimento do mercado são as principais causas do aumento da pressão sobre os recursos naturais e portanto do aumento dos conflitos relacionados à competição pelos mesmos. Em consequência, a escassez das principais espécies de peixe, madeira e caça é evidente e faz com que a questão ambiental seja uma demanda urgente e comum aos pequenos produtores, índios e ribeirinhos, que moram na área rural do médio Solimões.

#### **4.3 RELATÓRIOS DOS 11 GRUPOS FORMADOS POR REPRESENTANTES DAS T.I E ORGANIZAÇÕES INDIGENISTAS DO MÉDIO SOLIMÕES SOBRE: O USO DOS RECURSOS NATURAIS, PRINCIPAIS CONFLITOS, SEU RELACIONAMENTO COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUGESTÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PCE**

As informações a seguir se baseiam nos relatórios escritos pelos próprios participantes dos onze grupos ou a partir de seus testemunhos. Os relatórios seguiram um roteiro comum. Foi solicitado que descrevessem a situação dos recursos naturais em suas áreas, os tipos de usos e atividades tradicionais, os conflitos envolvendo recursos naturais e, quando aplicável, sua experiência com vizinhança ou sobreposição a unidades de conservação. As declarações não foram aprofundadas ou conferidas, dado o tempo disponível, a limitação numérica das fontes de informação que produziu uma amostra enviesada e a falta de condições para checar essas informações. Servem portanto como indicadores muito básicos acerca das situações particulares dos recursos naturais nas Terras Indígenas representadas na reunião.

Quanto às sugestões para implementação do PCE, as declarações apresentadas nos relatórios se referem a comentários de seis sugestões coletivas, dadas pela audiência durante o debate que se seguiu à apresentação do projeto. Estas sugestões foram escritas no quadro negro e os grupos foram convidados a comentá-las, segundo suas próprias perspectivas. Foram elas:

- *Criação de um sistema regional de fiscalização das terras indígenas.*
- *Acelerar as demarcações, consideradas condição prévia a qualquer esforço de conservação.*

- *Fortalecer as instituições governamentais responsáveis pelo apoio e efetivação das atividades de vigilância (Ibama, Funai, Polícia Federal, Ministério Público, Incra, Idam etc.).*
- *Fortalecer as parcerias existentes entre os povos indígenas e não governamentais como Cimi, Prelazia, Uni-Tefé, Projeto Mamirauá etc.*
- *Realizar estudos de potencial econômico nas diversas regiões para assessorar projetos que visem a geração de alternativas econômicas, redução da dependência e da pressão de exploração dos recursos naturais e melhoramento da renda econômica dos povos indígenas.*
- *Criação de entrepostos comerciais e redes de comércio indígena para reduzir a dependência do comércio com o regatão e aumentar a renda.*

---

**GRUPO 1. TI TICUNA ESTRELA DA PAZ**

MUNICÍPIO DE JUTAÍ

---

PARTICIPANTES DO GRUPO: Afonso Maricaua (capitão Kokama) e Francisco Romão dos Santos (vice-capitão Ticuna)

ALDEIAS REPRESENTADAS: Bugaio (Estrela da Paz) e Boa Vista.

INFORMAÇÕES GERAIS: A área possui três aldeias: Boa Vista, com 150 moradores, situada em várzea, Estrela da Paz, 233 habitantes, localizada rio acima, na ressaca do Bugaio e Inglaterra. Em Bugaio moram índios das etnias Ticuna, Kokama e Kambeba, sob a liderança dos Ticunas. Já na parte de baixo, os líderes são Kokama. Embora haja esta separação política, trabalham juntos na preservação. A principal atividade econômica é a agricultura. Plantam mandioca, banana, melancia, pupunha, cupuaçu e macaxeira. Também extraem castanha e têm uma produção de artesanato. Pescam só para subsistência e não há madeira em sua terra. Declararam que toda a madeira foi extraída antes de tomarem conta da área em 1959 (?). A produção é vendida diretamente em Jutaí, transportada por canoa a remo, ou para o regatão, que paga preços mais baixos pela produção.

Acham que ainda há muita terra. Não ocuparam nem a terça parte de sua área, que possui buriti, pataú e seringa ainda não explorados.

Têm tido problemas de invasão. Recentemente tiveram que expulsar um posseiro que havia inclusive recebido financiamento bancário para plantar mandioca. Em uma praia, Tambaqui, há grande número de turistas no verão, provenientes de vários lugares, incluindo Tefé, que usam a praia para fazer piquenique. Nessa praia, denunciam que não há mais “bicho de casco”(quelônios) como antigamente.

Ressentem-se das deficiências nas condições de saúde e educação na área. Precisam de posto de saúde, transporte para doentes, medicamentos e cursos de reciclagem para o agente de saúde. Para a educação necessitam de apoio no fornecimento de material didático e garantia de pagamento pois seu salário não tem dia de pagamento certo.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** – Deve ser a principal atividade a ser desenvolvida. Necessitamos de transporte para fazer a fiscalização das áreas de baixo e de cima.
- **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E DAS PARCERIAS** – O serviço da Funai e do Ibama deve ser melhorado. Quem mais dá apoio é a UNI-Tefé e o Cimi.
- **ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO** – Transporte para comercialização e recursos para aumentar a produção agrícola são suas principais demandas. Apoio e orientação para plantar café, castanha e desenvolver um projeto para plantar 5.000 mudas de cupuaçu. Ajuda para comercializar a produção pois na maioria das vezes não há para quem vender.

---

## GRUPO 2. TI ACAPURI DE CIMA (KOKAMA) E TI TICUNA ESPÍRITO SANTO

### MUNICÍPIO DE FONTE BOA

---

**PARTICIPANTES DO GRUPO:** Benjamim Santiago (capitão Acapuri de Cima), Jucelino Neves Ferreira (capitão Kokama de Espírito Santo)

**ALDEIAS REPRESENTADAS:** Acapuri de Cima e Novo Progresso.

**INFORMAÇÕES GERAIS:** A TI Acapuri de Cima, identificada mas não demarcada, possui uma população de 404 índios; sua aldeia está localizada em terreno de várzea e a área possui 11 lagos. Praticam o manejo destes lagos, dos quais cinco são para uso geral, um lago é para procriação e cinco para conservação, onde já se observa grande quantidade de tambaqui. Só usam este lago em caso de necessidade: para uma reunião ou para cooperação. Na área de preservação, que fica na parte de baixo, não caçam nem tiram madeira.

As espécies de madeira encontradas na reserva são: samaúma, macacaúba, itaúba, cedro, virola, copaíba, assacu, macacaricuia, jacareúba, alguma muiratinga e nove estradas de seringa. Não exploram a madeira porque “*não sabemosubar e o comprador engana muito, por isso decidimos não tirar já que era só prejuízo*”. As principais produções são a pesca e a agricultura. Vendem o peixe em Jutai para comprar as suas necessidades. Plantam roça (mandioca), banana, melancia, macaxeira, milho, coco etc. A banana é vendida e a roça só fazem para o consumo.

Há muita invasão na área por pescadores da foz do Jutai, ligada ao fato da terra não ser demarcada. Além da necessidade de demarcar sua área e receber apoio à fiscalização, reivindicam melhorias nas áreas de saúde (transporte, capacitação e salário para os agentes de saúde e construção de um posto), educação (material didático, merenda escolar e remuneração do professor) e na comercialização (transporte para vender a produção nos mercados urbanos).

A TI Espírito Santo é formada por duas aldeias, Espírito Santo e Novo Progresso, esta última possui uma população de 58 índios da etnia Kokama. A área é de várzea e possui 48 lagos que são alvo de invasões por peixeiros do município de Jutai e por outros de fora, que entram com barcos equipados com geleira ou caixas de isopor. Madeiros de Jutai também entram sem permissão, sem respeitar a área porque não está demarcada ainda. Está em fase de identificação pelo Pptal, com 38.000 ha. Sofrem as conseqüências da dificuldade do Ibama em atender suas denúncias pois só respondem quando recebem diárias.

As principais atividades são a pesca, principal produto de venda, a caça e o plantio de mandioca, banana, melancia, abacaxi etc. A pesca que praticam é comunitária. Possuem dois lagos de preservação onde também não tiram madeira. Gostariam de preservar efetivamente mas há muita invasão.

#### DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** – Atualmente, os próprios índios vigiam a área mas precisam de melhores condições para esta tarefa, principalmente transporte para levar as denúncias de invasão até o PI em Jutaí. A remo, a viagem leva dois dias. Necessitam de proteção policial do Ibama porque os invasores ameaçam constantemente.
- **DEMARCAÇÃO** – Como não foram demarcadas, as duas áreas sofrem invasões por pescadores e madeireiros, incentivados por patrões aviadores de Jutaí, que declaram que só vão deixar de invadir quando as áreas forem demarcadas. Os posseiros, como o Sr Davi Coelho requerem também a indenização de posses, embora não tenham benfeitorias. Os índios sugerem que o PCE pressione o Pptal para acelerar a demarcação.
- **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL** – Atualmente, não possuem apoio à sua causa. Atestaram que desde comerciantes, ribeirinhos e até o prefeito e vereadores (a esposa de D. Coelho é vereadora) foram contra os índios. A Funai local precisaria ser fortalecida para melhor apoiá-los. A instituição possui apenas um 30HP e um 25HP e um rádio. O Ibama treinou dois agentes ambientais voluntários porém o órgão não atende as denúncias dos índios por falta de recursos. Os agentes, José Rivaldo Macário, de Acapuri de Cima, e Ronaldo Carvalho Macário de Espírito Santo, não receberam credenciamento e estão de “mãos amarradas”, por falta de recursos. Acreditam que se recebessem recursos para melhorar suas condições de transporte, o problema poderia ser minimizado. Atualmente, há duas rabetas de propriedade particular que são sobrecarregadas pela comunidade inteira. Com relação a parcerias, não possuem apoio de instituições locais. Foram estas duas áreas indígenas e alguns ribeirinhos que fundaram o Gampa.
- **ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO** – São prejudicados pelas condições do mercado em Jutaí, onde não recebem bons preços pela produção. Têm uma produção farta de açaí, peixe liso e banana mas pagam pouco em Jutaí. Se tivessem condições de transporte, levariam sua produção para Tefé, onde os preços são melhores. Por exemplo, o cacho de banana é vendido a R\$3,50 em Jutaí e R\$7,00 ou R\$8,00 em Tefé. Precisam do apoio de um sistema de transporte para colocar a produção em Tefé (que dista, em um motor de centro, descendo o rio, 24 horas). A área foi farta em madeiras como a samaúma e itaúba mas foram sobre-exploradas. Informam que a samaúma foi quase esgotada de oito anos para cá. A itaúba, o acapu, o inamuí e o cedro foram “perseguidos” depois do estudo de delimitação. Sugerem o repovoamento da samaumeira, do cedro e a introdução da andiroba, que não existia antes. Informam que o cedro e a andiroba resistem às cheias se a copa não for coberta. Se for plantada na vazante, quando a água retornar, a muda já estará firme. Mas precisam de assistência técnica para o plantio da samaumeira pois não sabem reconhecer a semente, e para o plantio de andiroba, pois não há mudas. A área de Espírito Santo – Novo Progresso gostaria de seguir o exemplo de preservação de Acapuri de Cima. Em sua área, que possui 48 lagos, gostariam de reservar oito lagos para preservação. Há



um passarela no meio desses lagos, que gostariam de preservar para ficar para o futuro – nem os índios vão tocar. Querem assistência do Ibama e uma diária para um índio fiscalizar.

---

### GRUPO 3. TI TICUNA PORTO PRAIA E TI JAQUIRI (KAMBEBA)

---

#### MUNICÍPIOS DE UARINI E ALVARÃES

---

PARTICIPANTES DO GRUPO: Adelmo Sevalho Pinto, Juvenal Macário, Ademar da Rocha, Elane da Silva Ferreira, João Fernandes Cruz, Antônio Barbosa, José Nivaldo Pontes, Roberto Fernandes Cruz, Maria Celina dos Santos, Solange Fernandes Cruz, Inês Marques, Maria Lúcia Fernandes Cruz, Leonilda Cruz, Marilene F. Cruz, Andrina Marques Cruz.

ALDEIAS REPRESENTADAS: Jaquiri e Porto Praia.

INFORMAÇÕES GERAIS: Jaquiri e Porto Praia, com 55 e 112 habitantes respectivamente, estão localizadas na RDS Mamirauá, em área de várzea. Como atividades econômicas, praticam a pesca, a extração de madeira e cultivam mandioca, banana, feijão, macaxeira, milho e melancia, atividades sazonais, ligadas à variação do nível d'água. A comercialização da produção é prejudicada pelos preços da produção em relação aos das mercadorias (ex. Caixa de banana R\$2,50 e quilo da bolacha R\$3,00). Identificam como recursos escassos, a madeira, o peixe e a caça.

As invasões estão ligadas à pesca (os lagos são invadidos na época da seca), extração de madeira (na cheia) e a caça (nos dois períodos).

Quanto ao relacionamento com a RDS Mamirauá, Porto Praia acha que a coordenação do projeto “*não conscientiza os ribeirinhos da reserva pois eles entram na reserva alegando que o projeto autoriza, mas não permite que os índios entrem nas áreas deles*”. A relação entre ribeirinhos e moradores de Porto Praia tem sido marcada por conflitos mesmo antes da criação da reserva e se agravou tanto com sua decretação quanto com a identificação da terra indígena, que inclui extensa área de uso dos ribeirinhos. Já para Jaquiri, cuja área foi demarcada antes da decretação da reserva, a relação com o Mamirauá é considerada positiva pois fortaleceu a proteção de sua área.

#### DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** – Para o grupo, um sistema de fiscalização deve incluir a capacitação de agentes ambientais das comunidades indígenas. Deve ter a participação direta da coordenação da Uni-Tefé com as lideranças das aldeias para manter os participantes integrados. Enfatizam a necessidade da fiscalização ser contínua. Os agentes devem ser remunerados e a fiscalização incluir equipamentos adequados, como rádios, transporte (bote e motor de 40 HP) e flutuantes localizados nos canos dos lagos, que devem ter manutenção contínua.
- **DEMARCAÇÃO** – Poderia ser feito um grande seminário para acelerar a demarcação e que desse seminário fosse elaborado um documento dirigido ao Presidente da República e ao ministro.

- **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL** – As instituições devem ser fortalecidas mas desde que nelas estejam contratadas indígenas competentes (ou organizações indígenas) para acompanhar o desenvolvimento das atividades e aplicação das verbas.
- **ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO** – A idéia do entreposto comercial e rede indígena de comércio foi explorada pelo grupo. Achem que deveria ter um posto central na região e que cada área tivesse um posto filial. O posto central deve ser ligado a uma indústria para comprar e vender os produtos diretamente. Que os administradores sejam os próprios índios e que forneça barcos para transportar a produção.

---

#### GRUPO 4. **TI MÉRIA (MIRANHA) E TI IGARAPÉ GRANDE (KAMBEBA)**

##### MUNICÍPIO DE ALVARÃES

---

PARTICIPANTES DO GRUPO: Raimundinho Cruz (tuxáua Kambeba), Raimundo Cardenes (AIS), Gercino Farias (tuxáua Miranha) , Oquimar Maia Farias, Maria Alice Maia Farias.

ALDEIAS REPRESENTADAS: Méria e Igarapé Grande.

INFORMAÇÕES GERAIS: As duas aldeias são pequenas, Méria possui 45 e Igarapé Grande 22 pessoas. Vivem da agricultura, cultivam mandioca, banana, macaxeira, melancia, cana-de-açúcar, pupunha, açaí, abacate e outros. Também vendem castanha. As invasões que acontecem em suas terras ocorrem no fábriço da castanha. Seriam beneficiados se recebessem apoio de entidades para transporte da produção para comercializá-la em Tefé, onde conseguem preços melhores. A castanha por exemplo é vendida a R\$4,00 o hectolitro.

As duas áreas são ligadas: *“Nós vivemos como uma só família. Nós nos ajudamos uns aos outros. Nossa situação é bem diferente porque moramos perto dos nossos parentes.”*

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** – Afirmaram a necessidade de fiscalização e do apoio da Funai e Ibama para realizá-la pois suas áreas sofrem com as invasões praticadas por caçadores e coletores de castanha.
- **DEMARCAÇÃO** – Sugerem que as terras não demarcadas se reunam com outras em igual situação para pressionar a realização do processo.
- **FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES** – Reconhecem o apoio que o MEB, Cimi e a UNI-Tefé lhes concedem, por isso acham que precisam ser fortalecidos e apoiados com recursos.
- **ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO** – Reafirmam sua necessidade de apoio para a comercialização da produção por isso a idéia de uma rede indígena de comércio e entrepostos comerciais seria muito benéfica, bem como a de terem seu

próprio motor. Também precisam de informações técnicas para aumentar a produtividade agrícola, que deveriam ser fornecidas pelo Idam (antiga Emade).

---

## GRUPO 5. TI MARAJÁ (MAYOURUNA) E TICUNA TUPÃ SUPÉ

### MUNICÍPIO DE ALVARÃES

---

**PARTICIPANTES DO GRUPO:** Manoel Rigoberto, Genival de Oliveira, Lourival de Oliveira, Otinelson, João Neves, Idalena, Genisse, Zuza dos Santos Cavalcante e Maria Marlene da Silva Castro (Mayoruna), Sebastiana, Esmeralda Vieira, Maria Nazaré, Deodoro Vieira e Francisco das Chagas (Ticuna).

**ALDEIAS REPRESENTADAS:** Marajá e Tupã Supé

**INFORMAÇÕES GERAIS:** Marajá é situada na terra firme, contendo uma faixa de várzea com aproximadamente 400 m de largura na frente. Possui apenas uma aldeia, do mesmo nome, com uma população de 303 pessoas. Tupã Supé possui apenas uma aldeia, do mesmo nome, com uma população de 32 habitantes. Está localizada em terra firme, com uma área de várzea medindo 50 m. Enquanto a terra de Marajá é demarcada, a de Tupã Supé não.

O grupo de representantes e lideranças de Marajá é formado por cinco professores indígenas, sendo dois formados em magistério (Zuza e Otinelson); o tuxáua Lourival de Oliveira, o coordenador da Uni-Tefé (Genilson de Oliveira), membros da Associação de Mulheres Indígenas e dois agentes de saúde indígenas (Manoel Rigoberto e João Neves). A organização comunitária de Marajá é ativa, se reunindo uma vez por semana para planejar os trabalhos da semana. Os trabalhos comunitários são definidos de acordo com a opinião de todos e forma a base dos ajuris.

Em Tupã Supé a comunidade é formada por um tuxáua, Chagas, dois agentes de saúde, uma professora indígena e uma representante da Associação das Mulheres Indígenas. Os trabalhos são planejados em reuniões semanais. Não há escola na aldeia, nem posto de saúde. A professora dá aula em barracos ou na sombra de árvores e o agente atende em sua própria casa.

Principais atividades econômicas nas duas aldeias são a produção de farinha banana, cará, macaxeira e hortaliças, destinadas ao consumo e à venda. Têm uma pequena produção de artesanatos como tipitis, balaios, paneiros, peneiras, chapéus, remos canoas, flechas e colares.

Os recursos naturais mais explorados são a castanha, o açaí e algumas madeiras para fabricação de canoas e remos, retiradas em pouca quantidade. Há escassez de algumas espécies de caça (anta, capivara, onça etc.) e de pescado. Como não há lagos nestas terras, não há invasões por peixeiros. Existe uma disputa entre Tupã Supé e a comunidade vizinha (União Popular) do Ingá.

As duas comunidades ressentem a falta de apoio para a saúde e a educação. Observaram o fato das aulas serem dadas em português e somente às vezes usarem a língua materna e fornecerem informes sobre organizações de índios.

Embora vizinhos a Mamirauá, somente Tupã Supé participa das atividades do Projeto, tendo inclusive agente ambiental voluntário, treinado pelo Ibama através do Mamirauá. Marajá alegou que apesar de não ter ligação direta com a reserva e não receber apoio mas também não ser

interferido por ela, gostaria de fazer parte e receber o apoio que for dado para trabalhar na preservação de sua área.

#### DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- Sugeriram a participação direta da Uni-Tefé na gestão do PCE: “Nosso grupo aceita e está disposto a acompanhar o corredor ecológico mas queremos uma participação direta da UNI-Tefé na gestão do projeto, com apoio das organizações e associações e respeitando nossos direitos e modo de nos organizarmos. Podem contar com nosso total apoio.”
- *FISCALIZAÇÃO* – Sugerem que seja formado um sistema regional de fiscalização mas para isso seria necessário fortalecer as instituições e as parcerias existentes. Defendem que esse sistema seja coordenado pelas próprias comunidades indígenas, tendo somente o apoio e os recursos das entidades para executá-lo.
- *DEMARCAÇÃO* – “ Devemos ser aceitos para reivindicar a aceleração da demarcação através de documentos ou reuniões e seminários e o Pptal deve respeitar-nos” .
- *FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL* – “As instituições devem apoiar as organizações indígenas e procurar a melhoria para estes povos, respeitando suas reivindicações. O PCE deve estruturar melhor e ampliar as equipes de trabalho dos postos da Funai e Ibama para que se sintam mais seguros – mas queremos pessoas competentes – e com recursos para trabalhar.”
- *ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO* – “Queremos que o PCE abra um espaço para vendermos nossos produtos fora (exportação) que só assim poderemos melhorar os nossos povos. Deve dar recursos para o incentivo da criação animal e agricultura.”
- *FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES* – Ações sugeridas: colocar transportes e meios de comunicação e criar postos nas aldeias com maior número de pessoas e dar recursos para que os agentes voluntários se sintam mais seguros.

---

#### GRUPO 6. TI TICUNA MACARRÃO

##### MUNICÍPIO DE JUTAÍ

---

PARTICIPANTES DO GRUPO: Raimundo dos Santos Lima (capitão, Santa Fé), Ivo Albina (Castanhal) e Euzébio dos Santos (Bacabal)

ALDEIAS REPRESENTADAS: Santa Fé (Ticuna e Kokama), Bacabal e Castanhal (Ticuna).

INFORMAÇÕES GERAIS: Composta por três aldeias, representadas na reunião, a Terra Indígena Macarrão possui 404 habitantes e o ambiente é de terra firme (com uma faixa de várzea na frente). Perguntados sobre o relacionamento entre as etnias, disseram que já houve conflito mas agora não. Possuem quatro lagos centrais, localizados na terra firme, onde pescam para alimentação. Deixaram um dos lagos guardado, sem pescar, por 5 anos (lago Salsa). “Despescaram” coletivamente para comercializar. Querem repetir a experiência e talvez aumentar o tempo de preservação para 10

anos. Atividades principais são a pesca, a caça e a produção de farinha. Além da mandioca, possuem plantações de banana, limão e castanha, entre outras. Principais produtos para venda são a farinha e a castanha.

Antes da terra ser demarcada, tinham problemas com os posseiros e invasores, que vinham principalmente para pescar e tirar castanha. Há três anos só eles trabalham na área. Toda a madeira que existia (jacareúba, assacu e louro) foi explorada naquela época e agora este recurso não existe mais. Declararam que, se tivessem semente, poderiam repor a madeira retirada.

Na ressaca Katchiwaio, onde há existiu muito “bicho de casco”, morou um invasor que foi indenizado pela Funai mas passou oito anos insistindo e caçando na ressaca. Só parou porque os índios queimaram seu tapiri. O delegado foi a favor do invasor, Sebastião Souza Lopes, porque os índios tinham queimado o tapiri.

Além do apoio à fiscalização, reivindicam assistência para a saúde e educação.

#### DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- *FISCALIZAÇÃO* – O que mais querem, de qualquer órgão, é uma proteção contra a invasão. Declararam que nessa época há pouca invasão mas ano passado houve muita por pescadores. Esse ano não teve porque “levaram tudo”, principalmente matrinhã. Os índios chegaram a fazer denúncia.
- *ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO* – Se queixaram de dificuldades na venda da produção. Produzem em grande quantidade mas muitas vezes o produto se estraga porque não possuem condução para vender a produção diretamente na cidade. No começo do ano o preço pago pelo patrão foi de apenas R\$13,00 pelo saco de farinha. Precisariam de um transporte para comercializar a produção (motor 25HP e bote de 14m).

---

### GRUPO 7. TI PARANÁ PARICÁ (KANAMARI), TI URUBAXI (KANAMARI – MAKU) E TI CUIU-CUIU (MIRANHA)

#### MUNICÍPIO DE MARAÃ

---

PARTICIPANTES DO GRUPO: José Ramos Aparício (Miranha), Maria de Nazaré de Benjamim, Meire Terezinha Kanamari e Irene da Silva (Kanamari)

ALDEIAS REPRESENTADAS: São Pedro (Cuiu-Cuiu), Patauá (Paricá) e São Francisco (Urubaxi).

INFORMAÇÕES GERAIS: A TI Paraná-Paricá possui uma aldeia, Patauá, que se localiza na várzea. Urubaxi também tem apenas uma aldeia, São Francisco, que se localiza na terra firme. Cuiu-Cuiu é formada por quatro aldeias, São Pedro, localizada em terra firme, Vila Nova, em várzea, São José, em várzea e Nova Estrela, na terra firme. As áreas Kanamari possuem plantações de mandioca, macaxeira, feijão, milho, jerimum, melancia e tomate e criações de galinha e porco. Pescam apenas no verão e tem um projeto de gado para São Francisco, pela Funai. Os principais animais caçados são o mutum, a guariba e o barrigudo.

Os Miranha cultivam macaxeira, mandioca, banana, feijão e milho, que comercializam com o regatão. Não estão mais tirando madeira, apenas encomendas para fabricação de canoa. Caçam pouco, porco e anta, na terra firme atrás de suas localidades de várzea. Pescam pouco, apenas no verão (agosto e setembro).

Ainda ocorrem muitas invasões para retirada de madeira, por pessoas de Tefé e das comunidades ribeirinhas vizinhas. No tempo de cheia, entram pescadores para “tocar” (pesca de zagaia). Não entram para pescar com rede.

Os moradores de Cuiu-Cuiu têm um relacionamento longo com o Projeto Mamirauá (a reserva fica na margem oposta) e participam regularmente das Assembléias Gerais dos moradores e usuários da reserva, estando incluídos nesta última categoria. Têm acordos de pesca e usam os lagos da reserva, embora ocorram conflitos ocasionais entre eles e os moradores do Mamirauá acerca dos lagos que cada um preserva.

#### DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** – “Nós, Miranha, Kanamari, Maku e Kaixana. Estes povos estão precisando de fiscalização na região com ajuda de uns motores para as aldeias que servem para fiscalização de nossa área e um radiofonia para cada aldeia.”
- **DEMARCAÇÃO** – Deve ser acelerada. “Funai e governo, mande verba para fazermos a nossa demarcação de nossas áreas”.
- **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL** – “Para melhorar a Funai e o Ibama, e dar condições para obterem sistema de radiofonia”.

---

### GRUPO 8. **TI TICUNA (KAMBEBA E KOKAMA) BARREIRA DAS MISSÕES**

#### MUNICÍPIO DE TEFÉ

---

**PARTICIPANTES DO GRUPO:** Brás de Paula, Josaiás Medeiro Ribeiro, Zacarias Medeiro, Jari dos Santos Medeiros, Francisco dos Santos, Paulo dos Santos (Kambeba), Evanildo Ramos, Antônio Santos, Aldemir Cordeiro, Raimundo Cruz, Cristóvão Codeiro, Magnólia (Kokama), Francisco Ramos, João Boaventura da Silva, Raimundo Boaventura e Martinha (Ticuna).

**ALDEIAS REPRESENTADAS:** Betel, 97 habitantes (Kambeba), Nova Esperança 130 habitantes (Kokama) e Barreira de Cima, 247 habitantes (Ticuna).

**INFORMAÇÕES GERAIS:** Situadas em terra firme, a produção principal realizada nas três aldeias da TI B. das Missões é a agricultura. Cultivam mandioca, macaxeira, cará, café e frutas como banana, abacaxi, cupuaçu, manga, pupunha, abiu e biribá. Possuem pequenas criações de galinha, pato, carneiro e gado. Os recursos naturais explorados são a castanha, o açaí e o tucumã. A venda da produção é feita diretamente pelo próprio agricultor na feira ou nas lojas de Tefé.

O principal conflito e problema com invasores decorre da proximidade da área ao terreno da Emade, Empresa Amazonense de Dendê, pois os moradores da agrovila desta empresa começaram

a tirar recursos naturais de sua área, como a castanha e o açai.

Nova Esperança adquiriu uma área de 3.600 m<sup>2</sup> de várzea, na ilha em frente para agricultura. Há um conflito ocorrendo com uma posseira de um terreno de 1.500m, situado na localidade Catuana, Ilha do Pananin, que vem ameaçando os índios e proibindo-os de trabalhar (plantar) na ilha, também não permitindo que pesquem para sua alimentação. Gostariam de poder usufruir dos lagos para pescar e desenvolver um projeto de manejo pois não possuem uma área de pesca em sua terra, o que os obriga a comprar o peixe na cidade ou pescar em lugares fora de sua área.

Enfrentam problemas na área de saúde e demandam remuneração dos agentes, medicamentos, posto de saúde, transporte e meios de comunicação.

DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** – “É importante se tiver um agente voluntário da própria aldeia treinado, com transporte e meio de comunicação pois isto facilitaria a fiscalização da aldeia”.
- **DEMARCAÇÃO** – “É importante que seja acelerada para evitar conflitos nas áreas não demarcadas. Deve ser feita através de um seminário que produza um documento que seja encaminhado aos órgãos competentes”.
- **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL** – “É importante que haja índios nas organizações indígenas (como UNI-Tefé, Coiab, Cija, Amims) e não indígenas como Ibama, Prelazia e outras”.
- **FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES** – “O fortalecimento das parcerias é importante para que haja diálogo e respeito de ambas as partes e boa vontade de ajudar”.

---

**GRUPO 9. TI KULINA KUMARU LAGO DO UALÁ**

MUNICÍPIO DE JURUÁ

---

PARTICIPANTES DO GRUPO: Jodsino, Dsomami Birango, Adsalo, e Jodso, tuxáuas Kulina.

ALDEIAS REPRESENTADAS: Maapiranga

INFORMAÇÕES GERAIS: Situada a margem direita do rio Juruá, os Kulina, que se auto-denominam Madijá (Madihá), possuem uma população de 400 índios aproximadamente, distribuídos em 4 aldeias: Kumaru, Maapiranga, Morada Nova e Pauá-pixuma. Os lagos situam-se na várzea e as malocas na terra firme.

Considerados semi-nômades, sua produção agrícola se destina somente a sua sobrevivência. Preferem pescar e caçar e esses produtos são vendidos para regatões que passam pelo rio Juruá, a troco de mercadorias básicas como açúcar, sabão, rede, panelas, facas, colheres, pratos e até mesmo farinha. Os Madijás afirmam que dentro de sua reserva os brancos madeireiros não retiram madeiras e por isso há abundância desse recurso.

Afirmam que sua reserva é bastante farta, com grande quantidade de peixe e caça durante o ano todo. Existe porém um pequeno conflito na aldeia Pauá-Pixuna, com a posseira Dona Maria Capivara Resende que invade no período da seca juntamente com seus filhos. Mas os índios afirmam que estão aguardando a demarcação, marcada para outubro deste ano, que vai pagar a indenização da posseira e em seguida desocupar sua área. Há posto da Funai dentro da terra.

#### DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O PCE:

- **FISCALIZAÇÃO** - Não têm problemas de invasão propriamente dita, mas são pressionados no período da seca para retirarem peixe e no período da cheia para retirada de madeira. Está sendo criado um projeto de fiscalização pela Funai/Pptal, em fase de avaliação em Brasília. Há grande fluxo de peixeiros e madeireiros mas a área só é invadida se os índios convidam. Sugestão para o índio fiscalizar – motor rabeta (10HP) e canoa (3ton) para cada uma das 4 aldeias.
- **DEMARCAÇÃO** – A área foi identificada (77 mil ha) e a demarcação está prevista para outubro, pelo Pptal.
- **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL** – Sugerem casa com radiofonia, drogaria equipada com medicamentos básicos, duas voadeiras (motor e casco) e um motor de centro e várias rabetas. A morosidade das respostas do Ibama é justificada por seus funcionários como sendo devida à falta de recursos. O Ibama deveria ser mais ágil.
- **CRIAÇÃO DE ENTREPOSTOS COMERCIAIS E REDES INDÍGENAS** – Evitaria o intermediário, facilitando ao índio a obtenção do que consideram básico (sal, farinha, açúcar, roupa, tabaco, diesel, terçado, machado, medicamentos).
- **FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES** – com o Ibama, Cimi, P.F., Prelazia de Tefé.
- **ESTUDOS DE POTENCIAL ECONÔMICO** – A Petrobrás, na área de Urubu, possui um grande viveiro de espécies regionais, incluindo as de várzea. A área é muito farta em samaúma, cedro, andiroba, acapu, marupá, virola, cedro, itaúba, mirataúá, assacu e pau-rosa. Há mais de 20 anos que não há exploração. Já deu tempo de repovoar. Gostariam de plantar frutíferas como laranja, limão, castanha, açaí, cupuaçu e maracujá. Gostariam que fossem adquiridas mudas e fornecida assistência técnica.

---

#### GRUPO 10. ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO MÉDIO SOLIMÕES

(AMIMS)

---

PARTICIPANTES DO GRUPO: Sebastiana da Silva Vieira, Maria marlene da Silva Castro, Maria Nazaré Pinto de Oliveira, Inês Marques, Magnólia e Maria Alice.

#### SUGESTÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PCE:

- “Queremos ajuda para repovoamento de animais de caça como: capivara, mutum,



jabuti etc. São animais de caça que podem ser criados na aldeia e depois soltados na floresta. No futuro podem servir para a alimentação da aldeia e para o futuro das crianças.

- Também queremos ajuda para a reprodução de peixes e para o plantio de árvores frutíferas como cupuaçu, açaí, cacau, abiu, pupunha, andiroba, café etc.
- Pedimos tudo isso mas pensamos também no transporte para visitar outras aldeias.
- Queremos também um curso de formação de agentes ambientais do Ibama para as mulheres da associação.”

---

**GRUPO 11. CIMI, FUNAI – TEFÉ, JURUÁ E JUTAÍ, UNI-TEFÉ E**

**ASSESSORIA JURÍDICA DA PRELAZIA DE TEFÉ**

---

PARTICIPANTES DO GRUPO: Jean R. P. Jacintho (Cimi-Tefé), André da Cruz Kambeba (UNI-Tefé), Claudemir Queiroz (Ass. Jurídica Prelazia de Tefé), Eurípedes A. Brito (PIN-Juruá) e Walter da Silva Siqueira (PIN-Jutaí).

SUGESTÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PCE

“1). DAR PRIORIDADE À FISCALIZAÇÃO.

- Criar um setor dentro da Uni-Tefé, específico para tomar ações frente às invasões.
- Montar um projeto de radiofonia para agilizar as denúncias de invasão e outros casos de emergência como problemas de saúde.
- Criar postos de vigilância em pontos estratégicos, com infra-estrutura.
- Formar agentes indígenas, respaldados legalmente, que sejam fiscais de sua própria área.
- Acabar com a Funai e o Ibama.
- Envolver a Uni-Tefé na coordenação do PCE, participando das decisões do projeto.

2). ACELERAR A DEMARCAÇÃO

- Pressão direta de índios na presidência da Funai.
- Recurso para os próprios índios fazerem a demarcação (auto-demarcação).
- Reunir as entidades que financiam a demarcação com as organizações indígenas e entidades afins (Cimi, Prelazias, Opan, Comiu etc.) em um seminário para organizar o processo de demarcação.

3). FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Trabalhar em forma de parcerias com o apoio do governo federal.

- Planejamento conjunto dentro do possível.
  - Sem recursos não existe fortalecimento das instituições.
  - Formar pessoas locais para trabalhar e compor órgãos, regionalizando o trabalho.
- 4). ENTREPOSTOS COMERCIAIS E REDE INDÍGENA DE COMÉRCIO
- Deve ser coordenada por pessoas das aldeias preparadas ou adequar à realidade das aldeias.
  - A princípio deve atender as necessidades básicas.
  - Ter cuidado para não implantar o capitalismo selvagem fazendo com que a população indígena esqueça seus valores básicos de convivência comum.
  - Ter controle da comercialização para não falir por falta de gerenciamento.
- 5). FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS EXISTENTES (Entre as organizações indígenas e Cimi, Prelazias, GDP, GTA, MEB etc.)
- Formação dos membros.
  - Recursos.
  - Ação mais rápida.
  - Diálogo, intercâmbio, contato.
  - Vergonha na cara.
- 6). ESTUDO DO POTENCIAL ECONÔMICO DAS DIVERSAS REGIÕES.
- Importante para viabilizar a criação dos entrepostos e rede indígena de comércio.
  - É uma garantia da libertação econômica. A realidade é que o patrão força a população a extrair cada vez mais da Terra Indígena, que passa a manter o povo e mais e mais a ambição do patrão.”

#### **4.4 SÍNTESE DAS SUGESTÕES APRESENTADAS PELOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO SOLIMÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS E SEU ENTENDIMENTO DO PROJETO**

As sugestões apresentadas pelos povos indígenas do Médio Solimões enfatizam a defesa dos seus direitos de usufruto exclusivo de suas terras contra invasores. Para este fim, identificam a necessidade de apoio às atividades de vigilância de suas terras, além do fortalecimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam na defesa dos direitos indígenas e da preservação ambiental. A demanda por treinamento de agentes ambientais reflete a aprovação popular a esta iniciativa do Cnpt/lbama.

O segundo tipo de demanda foi de apoio à comercialização da produção e, em terceiro,

assessoramento técnico para agricultura. Apenas Estrela da Paz, Acapuri de Cima, Espírito Santo e Macarrão, além das áreas ligadas ao Mamirauá, apresentaram experiências de manejo de lagos para as quais demandaram apoio, e alguns incluem preservação de áreas de extração de madeira (raro na região, onde predomina o extrativismo tradicional de espécies da várzea).

O grupo das mulheres distinguiu-se pela natureza de suas sugestões. Em comparação aos grupos formados por lideranças masculinas, enfatizaram o manejo dos recursos naturais - o repovoamento de espécies animais e vegetais. Também demandaram sua inclusão nos cursos de formação de agentes ambientais, geralmente destinados aos homens.

Em geral, houve um bom entendimento do PCE, como revelam a maioria das sugestões apresentadas. As demandas apresentadas que fogem às metas mais explícitas do PCE (como pedidos de apoio à saúde e educação) não refletem necessariamente um mau entendimento mas uma expectativa dos relatores de que “pode ser que alguém atenda” suas necessidades, que são sérias e urgentes (em uma segunda reflexão podem ser interpretadas também como demandas ambientais).

Quanto à aceitação do projeto, foi praticamente integral. Algum receio foi manifestado por um líder Mayoruna, que questionou as restrições que a “ecologia” impõe. Enquanto todos concordam quanto ao esgotamento dos recursos naturais e à necessidade de regular o seu uso, é mais fácil e aceitável atuar no controle das atividades exercidas por pessoas de fora do que ter que adotá-las. O manejo e a manutenção de sistemas de preservação implicam em algum tipo de restrição de uso do ambiente. A controvérsia que houve no início da implantação do projeto Mamirauá, os temores e mal entendidos incentivados muitas vezes por patrões, ainda podem ser repetidos.

#### **4.5 OBSERVAÇÕES FINAIS**

Existem duas organizações indígenas no Médio Solimões, a Comissão Indígena do Japurá (Cija) e a UNI-Tefé, mas somente esta última tem estrutura, experiência e reputação para participar da coordenação de um PDPI na região. Muitos grupos enfatizaram sua opinião de que a UNI-Tefé deve participar da gerência do PCE. Também insistiram que os índios devem coordenar o sistema de fiscalização de suas próprias terras.

O fato do movimento de preservação de lagos ter surgido no Médio Solimões nos anos oitenta e da iniciativa do projeto Mamirauá ter alcançado boa aceitação (a despeito da polêmica inicial) implica que, ao contrário de gerar oposição, o desenvolvimento de atividades “ecológicas” atende a uma certa demanda popular. Embora a visão que têm da ecologia como recurso econômico alternativo que deve trazer benefícios concretos seja mais limitada que a demanda conservacionista propriamente dita, de cunho mais extensivo e radical, esta visão pode ser ampliada no decorrer do processo de definição das ações, a partir de sugestões e explicações de coordenadores do PCE junto aos povos da região.

A definição de ações para as áreas pequenas, próximas às cidades e com alta densidade humana deve apontar soluções econômicas alternativas ao extrativismo e à dependência da exploração de recursos naturais fora de seus limites. Já os esforços para desenvolver sistemas de manejo e para a criação de áreas de conservação são possíveis apenas nas áreas maiores, com maior densidade de recursos naturais e menores densidades demográficas. As iniciativas de manejo dos lagos devem ter prioridade em relação a medidas de conservação inovadoras e as técnicas de manejo podem ser aprimoradas a partir de critérios científicos. Como incentivo à auto-sustentação

das TI, os estudos de potencial econômico e de uma rede de comércio indígena são sugestões pertinentes e merecem atenção especial.

## 5. CONSULTA AOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES

### 5.1 REPRESENTATIVIDADE

A consulta ao povo Ticuna do Alto Solimões foi realizada em duas reuniões separadas, organizadas por cada uma de suas duas organizações, a Cggt e a Foccit. Nestas reuniões, estiveram presentes os primeiros e/ou segundos capitães, além de agentes de saúde, membros da organização de mulheres indígenas, professores e moradores, de 15 das 16 terras indígenas Ticuna do Alto Solimões, contando as áreas em fase de identificação (ver tabelas 2 e 2.1). Os capitães representaram 63 das 99 aldeias Ticuna até o presente contabilizadas pelas duas organizações. A consulta cobriu portanto 100% das Ongs, 93% das TI (a única TI ausente foi Matintim) e 64% das aldeias Ticuna do Alto Solimões. Além das áreas Ticuna, a Área Kokama de Sapotal, embora convidada pela Foccit para discutir sua contestação e demanda por ampliação de sua área, não enviou lideranças à reunião, somente três moradores que após apresentarem sua reivindicação, não permaneceram para a apresentação do PCE. Considerando a ausência de Sapotal, as reuniões cobriram 88% das TI do Alto Solimões.

Também assistiram à apresentação do PCE e generosamente prestaram apoio a esta consultoria, membros da Diocese de Tabatinga (Pe. Jozinei), da Fundação Nacional de Saúde (Marília), do Projeto de Pesquisa “O Universo Ticuna: território, saúde e meio ambiente” do Museu Nacional/RJ e Cggt (Regina Erthal) e consultores do Pptal (Fábio Vaz e Deuzimar Brasil), na ocasião realizando trabalho de campo para a identificação das áreas Matintim, São Francisco do Canimari, Maraitá e Nova Esperança de Jandiatuba.

Tabela 2: Terras Indígenas Ticuna localizadas no Alto Solimões representadas nas reuniões.

Nº	Terra Indígena	Município	Aldeias representadas	Pop.*	Área (ha)
1	Tukuna Sto. Antônio	B. Constant	Filadélfia e Porto Cordeirinho (Cggt) Bom Caminho (Foccit)	1.192	1.065
2	Bom Intento	B. Constant	Bom Intento, Novo Paraíso (Foccit)	195	1.613
3	Tukuna Porto Espiritual	B. Constant	Porto Espiritual (Foccit)	102	2.839
4	Tukuna Umariçu	Tabatinga	Umariçu I e Umariçu II (Foccit)	2.450	4.900
5	Nova Esperança	S. P. de Olivença	Gaspar (?) (Foccit)	150	6.400
6	Tukuna Lauro Sodré	B. Constant	Lauro Sodré, S. J. de Veneza, Guanabara III (Foccit)	317	9.600
7	Tukuna Feijoal	S. P. de Olivença	Feijoal, Canaã (Foccit)	1.840* *	40.94 8
8	Maraitá	Amaturá	Maraitá (Cggt)	137	46.94 1
9	São Leopoldo	B. Constant	São Leopoldo, Porto Lima, S. Francisco, Bom Pastor I (Foccit)	815	69.27 1
10	Vui-Uatá-In	Amaturá	Canimaru e Nova Itália (Cggt) Umarirana (Foccit)	1.452	121.1 99

11	Betânia	S. A. do Içá	Betânia, Monte das Oliveiras (Foccitt)	2.446	122.769
12	Évare II	S. P. de Olivença	Paraná do Ribeiro, Vera Cruz, Nazaré, Novo Jerusalém, Centro Bom Jesus, Porto Alegria, Novo Lugar (Cgtt) Supão, Vendaval, Bom Jesus, , Parana para I, Vila Bahia (Foccitt)	1.299	176.206
13	S.Fco. do Canimari	S. A. do Içá (?)	S.Fco. do Canimari (Cgtt)	S.I.	S.I.
14	Évare I	Tbt./ SP.Olivença	Barro Vermelho, Belém do Solimões, Boa Vista, Cajari I, Cajari II, Campo Alegre, Dere güne, Floresta Amazônica, Marco da Redenção, Nova Esperança do São Jerônimo, Novo Maranhão, Piranha, Porto Água Limpa, Santa Clara, Santa Rosa, São Domingos I, São Domingos II, Santa Terezinha, São Fernando, Torre da Missão, Vendaval, (Cgtt) Ourique, Emaú, Cidade Nova, Vista Alegre, Campo Alegre, N. S. Nazaré (Foccitt)	7.546	548.177

(\*) Dados do "Atlas Ticuna" (Cgtt, 1998). (\*\*) Informação das lideranças locais.

Tabela 2.1 Terras Indígenas localizadas na região do Alto Solimões, incluídas no Corredor Central da Amazônia mas não representadas na reunião

Nº	Terra Indígena	Grupo	Município	Área (ha)
1	Kokama de Sapotal	Kokama/Kambeba	Tabatinga	930
2	Tukuna Matintim	Ticuna	Sto. Ant. do Içá e Tonantins	(22.000)

## 5.2 PARTICULARIDADES DOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES

A população indígena do Alto Solimões é dominada pela etnia Ticuna, que possui a maior população entre os povos indígenas do Brasil. Segundo suas próprias estatísticas, os Ticuna somam hoje 30.000 índios no Brasil, distribuídos em 99 aldeias nas 15 terras indígenas demarcadas ou em processo de identificação, localizadas em cinco municípios (Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá). Há ainda Ticunas no Peru e na Colômbia, além dos Ticuna do Médio Solimões, apresentados anteriormente. A sobrevivência de um contingente populacional elevado no Solimões, onde a colonização causou a dizimação da maioria dos povos indígenas originais, revela o poder de resistência cultural deste povo.

No Alto Solimões, os Ticuna mantêm principalmente sua língua e muitas características dos rituais, organização social e mitologia pré-coloniais. Demonstram uma capacidade original de articular seu universo cultural a momentos históricos distintos da sociedade Amazônica pós-colonial. Mesmo com sua história longa de contato - passaram pelo convívio com ordens missionárias católicas,

patrões da borracha, pastores de diversas denominações protestantes e movimentos messiânicos, até a luta pela demarcação de terras, afirmação de sua identidade étnica e auto-determinação - os Ticuna guardaram diversos traços culturais, adaptaram e criaram outros. Recentemente, durante o Seminário “Os Ticuna Hoje – direções e perspectivas da pesquisa etnológica” realizado no Museu Nacional/RJ (maio, 1998), o líder Ticuna Nino Fernandes declarou que mesmo tendo mais de 300 anos de contato com os brancos *“seguramos principalmente nossa fala. Já outras etnias, com 10 anos de contato não falam”*. Na ocasião, agradeceu publicamente *“nossas mulheres, que não gostam de falar português com os filhos”*.

Os Ticuna possuem hoje duas organizações de representação política, registradas em cartório, e as organizações dos professores, agentes de saúde, dos pastores das várias denominações evangélicas e, a mais recente, a das mulheres Ticuna, ainda não registrada. Possuem um Museu próprio, na cidade de Benjamin Constant, com um número alto de visitantes por ano, onde estão expostas peças de sua arte e cultura material. Nas 95 escolas Ticuna, localizadas em 90 de suas 99 aldeias, o ensino é bilíngüe. A organização dos professores tem seu próprio curso para formar professores, reconhecido pelo MEC. Estes são alguns exemplos de como os Ticuna estão mobilizados e atuando na sociedade nacional. Possuem outras experiências importantes e executaram diversos projetos principalmente ligados à demarcação de terras e à organização do Museu Magüta, projetos de educação, de divulgação de sua expressão artística e cultural, de saúde e extensão rural.

Como declararam várias lideranças, após a luta contra o domínio dos patrões e pela demarcação das terras, seu próximo projeto de atuação política é a preservação ambiental. Quando discutem esta questão em particular, fazem referência à ligação da identidade Ticuna com a natureza - a sobrevivência do povo depende não só da utilização como também de seu vínculo mitológico com o meio ambiente. Uma citação do relatório de um dos grupos de professores Ticuna que participou da elaboração do projeto de educação ambiental submetido ao componente Várzea/PPG7, ilustra esta valorização prática e simbólica da natureza.

## "O POVO TICUNA (MAGÜTA) E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA"

*"O povo Ticuna tem a ver muito com a natureza, principalmente o seu mistério.*

*No princípio, quando existiam os deuses Ticuna, o povo Magüta teve sua origem dentro d'água e como peixe ele veio.*

*Yo'i é o deus mais importante na história Ticuna e para os Ticuna. Ele nos pescou no igarapé Eware, um igarapé de grande valor cultural, por que aí tivemos a nossa origem.*

*Quando fomos pescados por Yo'i, o material de pesca usado por ele não foram as malhadeiras, as redes, as bombas. Foi usado o caniço e o anzol. Conforme a pescaria fomos distribuídos em clãs. No momento da transformação dos peixes em gente (Ticuna) fomos divididos em metades de nações (clãs): nações sem penas e com penas. Essas nações tem a ver com os animais, as árvores e as aves.*

*Desde o princípio temos esta relação com a natureza. O meio em que vivemos é um meio sagrado. Se não respeitarmos, também morreremos. Assim acabará tudo, será o fim de tudo.*

*(...) Hoje queremos a nossa natureza preservada como antigamente.(...) Por isso precisamos ter hoje um projeto para o desenvolvimento de cada comunidade, como piscicultura com assistência técnica do governo, desenvolver a criação de tartaruga, tracajá, mesmo de tambaqui, etc. que quase está em extinção na nossa área do Alto Solimões. (...)*

*As várzeas eram de grande valor econômico, não só para os Ticuna e sim até para a nação brasileira e também para o mundo. Porque lá encontrávamos espécies de animais e peixes em extinção, e as madeiras também. Existem lagos que não são capazes mais de conter sua população, devido à entrada de pescadores caixeiros financiados por empresas pesqueiras vindas da Colômbia, sem o mínimo respeito ao tamanho do peixe, o que interessa é o dinheiro e os motores de popa que são financiados a crediário a todos os pescadores e assim como as imensas redes também para facilitar a captura de peixes.*

*Hoje já não se vê mais o cardume de tambaqui, pirarucu, pirabutão e outros peixes. Hoje praticamente não se vê mais. Por isso precisamos imediatamente de uma conservação de nossas comunidades. É fácil porque é uma reserva. Sabemos como vamos fazer. Se tivermos o apoio do governo podemos fazer essa preservação boa para as nossas áreas indígenas (...)."*

**In: Projeto Maü Ticuna – P.Várzea/PPG7. Autores:** CONSTATINO RAMOS LOPES (FUPEATÜCÜ), GUILHERME SEVALHO PERES, JOÃO INÁCIO IRINEO VITORINO, CLÓVIS MARIANO FERNANDES, JOSÉ GUEDES TENAGOS, ARTAITE PEREIRA BARBORA, BERNARDO MARCULINO AIAMBO, SANSÃO RICARDO FLORES, REINALDO O. DO CARMO, BERNARDO DE SOUZA AGOSTINHO, VALDINO M. MARTINS.

Esta citação exemplifica também a maneira particular como discutem uma questão pertinente à realidade social contemporânea a partir de uma perspectiva cultural "polimerizada", que não descarta tradições mas as soma a novas situações sociais. Quando discutem a problemática ecológica e reivindicam assistência governamental fazendo inicialmente referência a sua origem mitológica, expressam sua forma particular de aplicar (e somar) seu referencial simbólico tradicional a situações sociais da atualidade, uma prática que foi mantida a despeito de sua longa história de subordinação.

Os Ticuna vivem principalmente da agricultura, sendo reconhecidos entre botânicos como responsáveis pela seleção e melhoramento genético de vários cultivares regionais. São responsáveis por grande parte do abastecimento de produtos agrícolas nas sedes dos municípios do Alto Solimões. Praticam também a pesca e a extração de madeira. Como mostram os relatórios a seguir e a citação



acima, estes recursos naturais estão sobre-explorados. Entre eles, a situação mais grave é a da pesca “clandestina”, destinada à venda na Colômbia.

Além dos Ticuna, o povo Kokama ocupa uma pequena área dentro da Terra Indígena Évare I. Segundo informaram em Feijoal, existem aproximadamente 32 aldeias Kokama ao longo do Solimões, duas das quais localizadas na área de jurisdição do PI Feijoal. Os Kokama formaram uma associação, Coiama, com representação em Manaus e contestam a demarcação da área de Évare I. A demanda por revisão do tamanho da área dos Kokama, como declarou Jair, um dos três índios Kokama da TI Sapotal presentes no primeiro dia da reunião de Feijoal, se refere ao fato da terra demarcada ser “*só uma bolinha*”, insuficiente para a população Kokama que não tem onde plantar. Na proposta dos Kokama, se a área do Sapotal for aumentada, permitirão a permanência dos Ticuna e querem trabalhar em prol da preservação. Para os Ticuna da Focitt, o erro foi feito pelos topógrafos da demarcação que não seguiram os limites originais da identificação e portanto os Ticuna não podem ser responsabilizados. Mas não aceitam a contestação da área e alegam que o instrumento jurídico não pode ser usado por outro povo indígena, apenas por brancos. Propuseram união com os Kokama, contanto que não tragam outros para explorar a área. Durante esta reunião em Feijoal, os Ticuna da Focitt propuseram que o diálogo continuasse entre eles “*para que não dependam de pareceres de antropólogos que só ouvem um dos lados, uma versão*” e cheguem a um consenso.

Durante a reunião da Cggt, foi feita uma crítica ao fato do problema Kokama estar sendo tratado pela Focitt. A polêmica exemplifica a dificuldade atual da coexistência das duas representações políticas – a mais nova disputando, a mais antiga defendendo, sua legitimidade. Como a divisão da representação política não é aceita por nenhuma delas, muitas questões comuns aos Ticuna ficarão pendentes até que cheguem a uma solução para a constituição de uma representação integral.

Com relação à disputa entre Ticunas por recursos naturais, houve consenso de que seja dado reconhecimento à autoridade dos caciques para resolver problemas internos como o de alguns Ticunas que pescam excessivamente (porque dependem exclusivamente da venda do peixe para sua sobrevivência) e o uso do timbó nas pescarias.

### **5.3 RELATÓRIOS DOS 12 GRUPOS FORMADOS POR REPRESENTANTES DAS T.I DO ALTO SOLIMÕES SOBRE OS RECURSOS NATURAIS, PRINCIPAIS CONFLITOS, EXPERIÊNCIAS COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, CONSERVAÇÃO OU MANEJO E SUAS SUGESTÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PCE**

Durante as duas reuniões no Alto Solimões, um mesmo questionário foi passado para os grupos pedindo que informassem e opinassem a respeito da situação de abundância ou escassez dos recursos naturais, principais conflitos ocorrendo nas suas áreas, experiências com projetos de desenvolvimento, conservação ou manejo e suas sugestões para implementação do PCE. A identificação dos participantes dos grupos é apresentada, bem como a indicação das aldeias, das Terras e do município que estes participantes representam.

É importante enfatizar que todas as informações apresentadas a seguir foram fornecidas pelos participantes dos grupos de trabalho e, como as informações dadas pelos grupos do Médio Solimões, constituem indicadores muito rudimentares pois não puderam ser aprofundados ou conferidos.

Em comparação à reunião no Médio Solimões, as agendas das duas reuniões realizadas no Alto Solimões concederam menos tempo à apresentação do PCE. Enquanto que no MS a

apresentação pôde ser feita em dois dias e meio, em cada uma das duas reuniões do AS, foi feita em um dia e meio. Além disso, os dois grupos se preocuparam em relatar à equipe suas posições em relação a questões políticas internas, o que tomava tempo da apresentação. Com isso, o roteiro dos trabalhos e discussões em grupo tiveram que ser reduzidos. Um roteiro único foi passado para os grupos descreverem a situação geral dos recursos naturais em suas terras e darem sugestões para o PCE, ao passo que no Médio Solimões estes dois conteúdos foram tratados em dias separados. Além desta dificuldade, as duas reuniões foram traduzidas do português para o Ticuna para garantir a compreensão da apresentação, já que muitos não dominam o português.

Os sete grupos formados na reunião da Cggt e os cinco grupos formados na reunião da Focitt foram organizados pelos próprios índios. A composição dos grupos não foi baseada na representação das terras indígenas e sim na vizinhança de aldeias ou municípios. A relação numérica capitães/terra indígena é variável e as lideranças, que representam aldeias, estão divididas entre as duas organizações. Optou-se por transcrever os relatórios integralmente e não tentar sistematizar as informações por terra indígena, somente as sugestões para o PCE.

As sugestões apresentadas pelos 12 grupos nas duas reuniões podem ser sintetizadas como:

- *Apoio material (rádios e motores) e treinamento de agentes ambientais para fiscalização das áreas;*
- *Fortalecimento das instituições de apoio – Funai, Ibama, Polícia Militar;*
- *Conclusão dos trabalhos de demarcação;*
- *Desenvolvimento de alternativas econômicas (agricultura, piscicultura, artesanato) e apoio à comercialização;*
- *Apoio para as organizações indígenas (Amit, Cggt, Focitt) e capacitação para gerenciamento de projetos;*
- *Projetos de urbanização (saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo) para as aldeias com populações maiores;*
- *Valorização da cultura Ticuna;*
- *Projeto específico para proteção da área sagrada dos Ticunas (Évare) e outras áreas sagradas;*
- *Envolver ribeirinhos e índios de outras etnias nos trabalhos de conscientização ecológica e preservação ambiental.*

---

GRUPO 1. **T.I. STO. ANTÔNIO** - MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

(REUNIÃO DA CGTT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Filadélfia e Porto Cordeirinho.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Danilo Fernandes, Carmem Tamaia, Bernaldo Moçambite, João

Vasquez, Luciana Almeida, Ademir Aiambo, Pedro Agostinho, Ademar Fernandes, Izelina Guilherme, Hilda Feliz, Paulino Aiambo, Josiane Guilherme.

RECURSOS NATURAIS: A TI Sto. Antônio é a menor das áreas Ticuna do Alto Solimões. Sua população vive basicamente da produção agrícola para alimentação e venda. Produzem farinha, bananas, verduras, macaxeira etc. Não exploram recursos naturais devido à escassez da caça e da madeira e também porque não possuem lagos de pesca em sua área. Quando vão pescar, usam os lagos do Peru, uma situação que segundo eles - “*não é ideal para os ticunas brasileiros*”.

CONFLITOS: Atestam que sempre ocorrem invasões de terra por fazendeiros, madeireiros e estrangeiros.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Segundo a sua percepção de projetos, responderam que não recebem nenhum tipo de ajuda governamental ou não governamental.

SUGESTÕES PARA O PCE:

- Barco de fiscalização.
- Curso de fiscalização de área (agente ambiental).
- Saneamento básico, assistência social, água tratada e lixo.
- Cultivo de plantas da medicina tradicional.

*(Sugerem para PD/I – construção de açude para piscicultura, plantação de cupuaçu e pupunha e produção de artesanato da cultura indígena)*”.

---

GRUPO 2. **ÉVARE I** – MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA E TABATINGA

(REUNIÃO DA CGTT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Belém do Solimões, Piranha, São Fernando, Novo Maranhão, Boa Vista, Nova Esperança do São Jerônimo, Barro Vermelho, Porto Água Limpa, Cajari II, Santa Rosa, Cajari I.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Manoel S. Eduardo, Clóvis Isídio, Juvito Ricardo, Francisco P. Cruz, Arnaldo C. Marco, Melito Arapaso, Alberto Jonas, Manelito J. Cersa, Benedito André, Artur Firmino, Manoel Elizardo, Manduca M. Jonas, Juvenal M. Jonas, Fernando Saldanha, Abidão Zaguri.

RECURSOS NATURAIS: Belém do Solimões conseguiu, ano passado, proteger sua área contra a entrada de não-índios para caçar. Não tem problemas com relação à produção agrícola. Os recursos madeireiros estão se tornando escassos devido à exploração por madeireiros de Tabatinga. Os recursos pesqueiros estão escasseando devido à sobrepesca, realizada pelos próprios Ticunas, que são estimulados por relações de aviamento com patrões colombianos. No Tacana e no Cajari há relativa abundância de peixe, caça e madeira e terra para agricultura. Mesmo nas áreas de terra firme, distante dos lagos de várzea, a pesca nos igarapés atende a demanda de consumo.

*“Em Belém há terra para plantar. No último ano conseguimos impedir os brancos de caçar. Na*

*madeira o pessoal de Tabatinga entrou e acabou com metade das madeiras importantes. Na pesca o colombiano está distribuindo dinheiro para o povo, que depois tem que pescar para pagar dívida. Na nossa área quase não há mais pirarucu.*

*No Tacana tem muito peixe, terra para plantar e caça. Ainda tem muita madeira boa. Mais para dentro não tem lago, mas tem bastante peixe no igarapé mesmo. No Cajari também”.*

CONFLITOS: Denúncia de invasões por peruanos, localizados no igarapé de Belém. Queixa de sobrepesca nos lagos de Santa Rosa, realizada por próprios Ticunas. Denúncia de extração de madeiras no lago Cajari por um colombiano do Bananal e de um peruano em Barreirinha que pesca no lago sem respeitar a proibição do capitão.

*“No igarapé de Belém, aldeia de N. Esperança, há 4 peruanos explorando a terra dos ticunas sem ordem do capitão. Ele diz que não respeita a lei dos capitães, só a lei do irmão Francisco. Diz que não sai nem com Polícia Federal.*

*No Tacana os próprios ticunas de Nova Extrema estão trabalhando com isopor e acabando com os peixes dos lagos de Santa Rosa.*

*Um colombiano chamado Gustavo, tem mandado o pessoal do Bananal entrar para tirar madeira – cedro, jacareúba, louro - e mexer no lago de Cajari para pescar.*

*Em Barreirinha também tem um peruano que não respeita o capitão. Ele pesca, mexe no lago etc.”.*

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

*“Não há nenhum projeto para essas áreas, nem dos padres, nem da prefeitura. Nunca teve. Há três anos, Belém fez um projeto para gado e a Funai nunca aprovou. Walmir falou de um açude mas nunca chegou nada”.*

SUGESTÕES PARA O PCE:

- “Em primeiro lugar, os capitães acham que eles devem ser treinados, através da CGTT, para controlar seu território – carteirinha do Ibama, e saber mexer com dinheiro – contabilidade. Só assim a organização vai ficar mais forte.
- Para denunciar e controlar melhor o território , é necessário mais rádios e alguns motores para deslocamento entre as aldeias.
- Depois de tudo isso, quando os Ticuna denunciarem, é preciso que Funai, Ibama e Polícia Federal tenham força para tirar os invasores”.

ALDEIAS REPRESENTADAS: Vendaval e Dere güne.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Viviano Arapago, Manuel Domingo, Jordão Alfredo, Hilson Otávio, Hilto Abraltar, Marcelino Manuel.

RECURSOS NATURAIS: Não se queixaram de escasseamento de recursos. Afirmam que embora Vendaval não possua lagos, nos igarapés há abundância de pescado. Há também madeiras e animais de caça que todos da comunidade cuidam.

*CONFLITOS: Afirmam que no momento não há problemas com posseiros ou invasores.*

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Não tiveram nenhuma. Uma cantina, importante para a comunidade comprar suas necessidades básicas, fechou devido à má gestão financeira. (confirmar?).

SUGESTÕES PARA O PCE:

- Através da Cggt, dar apoio à educação e saúde (apoio na construção de uma escola em Derengune e fornecimento de medicamentos), ao saneamento básico e abastecimento de água para as duas comunidades.
- Fornecimento de voadeiras para o serviço da comunidade, ferramentas de trabalho, máquinas para processar a farinha e gerador elétrico.
- Capacitação de lideranças nas áreas de saneamento, administração e apoio material.

---

GRUPO 4. **T.I. ÉVARE I**- MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA E TABATINGA

(REUNIÃO DA CGTT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Campo Alegre, Santa Clara, Floresta Amazônica, Marco da Redenção, Torre da Missão, São Domingos I, São Domingos II e Santa Terezinha.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Jorge Tomás, Plínio A. Jerônimo, Ernesto M. Santiago, Milton da Silva, Jeconio F. da Silva, Amado Batalha, Miguel Gomes, Morango Miguel da Silva, Ricardo José da Silva, Nestor G. Euzébio, Getúlio C. Euzébio, Jeremias Xisto Hilário, Daniel Olípio, Claudinor V. Macário, João G. Macário, Lauriano, Sizino, Danilo Macário, Valdir Marco, Augustinho Basílio, Evandro S. Macário, Mário Trindade, Aquinello Pereira, Abel M. Macário, Dozário Macário Mariano, Jorge D. Domingo, Sancir R. Luizinho, Azário Luiz Roque.

RECURSOS NATURAIS: Escassez da caça devido à entrada de estranhos na área, devido à falta de fiscalização e segurança adequadas. A pressão sobre os recursos pesqueiros exercida por pescadores profissionais de Tefé, Coari e Manaus está levando a uma redução dos estoques. A madeira de lei também está se tornando escassa, devido à retirada por brancos e ao estímulo, nesta época, dado por políticos em campanha que distribuem moto-serra. Embora não tenham restrições quanto à terra para cultivo, demandam ajuda técnica para aumentar a produção.

*“A caça está diminuindo por causa de muita gente estranha na área Évare I, por falta da garantia e segurança na área. Os órgãos responsáveis alegam que não têm recursos para este tipo de atividade.*

*O peixe também está diminuindo, porque muitos barcos pesqueiros vêm de Tefé, Coari ou de Manaus até a comunidade para pescar sem pedir autorização da nossa autoridade.*

*A madeira está acabando, principalmente a madeira de lei. Nesta época de política, os grandes candidatos distribuem moto-serra na suas campanhas para ganharem os votos dos eleitores. Por sua vez, os ribeirinhos vão nas áreas indígenas em busca de madeira.*

*Quanto à agricultura, temos espaço livre para o plantio mas atualmente precisamos de orientação técnica para produção de grande quantidade”.*

CONFLITOS: Denúncia de pesca profissional clandestina no rio Jacurapá, praticada por pescadores procedentes da comunidade Boa Esperança.

*“No rio Jacurapá, há pescadores que entram clandestinamente para pegar peixes abundantes que não são índios da comunidade Boa Esperança. Utilizam redes profissionais de pesca. Com isso as comunidades do rio Jacurapá têm sua tranqüilidade perturbada”.*

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nunca tiveram mas esperam que possam se beneficiar com o PCE.

*“Bem que gostaríamos de ter, ainda não tivemos nenhum projeto de conservação. Somos totalmente esquecidos pelas autoridades da nossa Nação. Mas com o Projeto Corredores Ecológicos, podemos melhorar nossa situação”.*

SUGESTÕES PARA O PCE: Cursos de capacitação para gerenciamento de projetos, fortalecimento institucional da Funai, Ibama e Polícia Federal para garantir a vigilância das terras indígenas.

- Cursos de capacitação e formação profissional de diversos ramos: projetista, contabilidade e administração
- Estruturar com infra-estrutura atuais, as organizações indígenas, o Ibama, a Funai e a Polícia Federal.
- Garantir a vigilância dos territórios indígenas junto com a Funai, Ibama e PF.
- Remunerar a assessoria técnica de não-índio para capacitar a organização indígena e orientar os dirigentes no que for necessário, até as organizações ficarem equilibradas.

---

#### GRUPO 5. T.I. ÉVARE II- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA

(REUNIÃO DA CGTT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Paraná do Ribeiro, Vera Cruz, Nazaré, Novo Jerusalém, Centro Bom Jesus, Porto Alegria, Novo Lugar.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Pedro Inácio Pinheiro, Sílvio M. Lopes, Celso M. Rufino, Sebastião G. Luciano, Orlando L. Geraldo, Arante J. Rabelo, Hirino Gomes, Olício da S. Gomes, Paulino M. Nunes, Duque S. Gaspar, Zilto S. Ataíde, Aroldo Carvalho, Eduardo J. Rabelo, Sildo S. Doroteio, Alfredo Q.

Geraldo, Oscar M. Z. Luciano.

RECURSOS NATURAIS: Não descreveram.

CONFLITOS: Não descreveram.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Não descreveram.

SUGESTÕES PARA O PCE:

- Incentivar a produção agrícola, a comercialização e transporte dos produtos cultivados;
- Apoiar a preservação de lagos;
- Construir um açude para criação de peixe;
- Fortalecer o papel da Funai para fiscalizar as áreas indígenas.

(“1). Na sua comunidade, Pedro Inácio queria ajuda do PCE para preservar lagos.

2). *Na sua comunidade, o cacique Sebastião da aldeia Novo Jerusalém queria ajuda do PCE para fazer plantações de castanha, cupuaçu e café.*

3). Na sua comunidade, o cacique Hirino da aldeia Camatiá queria projeto para plantio.

4). *Na sua comunidade, o cacique Adimilso queria ajuda para trabalhar com as pessoas para fazer um açude.*

5). *Na sua comunidade, o cacique Paulino do Porto Alegre queria ajuda do projeto para fazer uma plantação.*

6). *Na sua comunidade, o cacique Sildo da aldeia Nazaré queria ajuda do projeto para fazer uma plantação de cacau, buriti e açáí.*

7). *Em comunidades de terra firme, plantio de café, pupunha, cacau, castanha, guaraná e cupuacu. Em comunidade de várzea, plantio de arroz, feijão, milho e cacau.*

8). Orientação e apoio à comercialização da produção agrícola – transporte e preço.

9). *Dar condições para que o chefe de posto possa ajudar a defender a área indígena de invasões de peixeiros, caçadores e madeireiros”).*

---

GRUPO 6. **T.I. VUI-UATA-IN** - MUNICÍPIO DE AMATURÁ E **MARAITÁ E S.Fco. DO CANIMARI**, ÁREAS  
SENDO DEMARCADAS  
(REUNIÃO DA CGTT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Canimaru e Nova Itália

PARTICIPANTES DO GRUPO: Juvenal A. Augusto, Manuel C. Mendes Rabelo, Deolindo Líbano, Zenóbio Sales, José dos Santos.

RECURSOS NATURAIS: Na região do rio Curuí não há escassez de recursos naturais (caça, madeira, pesca e terra para plantio), apenas a variação natural da pesca determinada pela alteração sazonal do ambiente.

*“A situação no rio Curuí. Existe muita caça ainda mas precisamos melhorar a preservação para termos abundante. O pessoal do Amaturá espanta os animais e eles vem parar em nossa área do Curui.*

*A pesca nesta região varia conforme a época do ano. Por exemplo, os peixes grandes saem para outras regiões no verão, só permanecendo peixes pequenos. Em Maraitá existem seis lagos onde há muitos peixes, peixes-boi, pirarucu e outros.*

*Existem muitos tipos de madeira como puxiri, seringueira, andiroba, cutieira, abacatirana, cedro preto e branco, itaúba, acariquara, pau-rosa, cauixi, maçaranduba e outras.*

*Existe espaço livre para plantio, que deve ser com as plantas frutíferas da região. Precisamos ter orientação de agrônomos para melhorar nossa plantação”.*

CONFLITOS: Denúncia da permanência de um posseiro, com criação de gado, na ilha do Maraitá e demanda para retirá-lo.

*“Há invasão na ilha do Maraitá. Um fazendeiro, Camões, tem 160 cabeças de gado. A ilha pertence à comunidade indígena. Precisamos que ele seja retirado”.*

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

*“Não temos projetos de conservação, manejo ou desenvolvimento”.*

SUGESTÕES PARA O PCE: Valorização da cultura Ticuna e fortalecimento institucional das organizações governamentais de apoio (Funai, Ibama, PF).

- “Ajudar a promover a valorização e o reconhecimento da cultura Ticuna.
- Fortalecer os nossos aliados – Funai, Ibama e Polícia Federal”.

---

#### GRUPO 7. ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TICUNA (AMIT)

(REUNIÃO DA CGTT).

---

PARTICIPANTES DO GRUPO: Carmem, Judina, Josiane, Juliane, Izelina, Maria e Chica

ALDEIAS REPRESENTADAS: Cajari II, Vendaval, Filadélfia e Porto Cordeirinho.

SUGESTÕES PARA O PCE: Demandaram apoio à sua organização (documentação, capacitação administrativa e ajuda financeira para realização de reuniões), apoio à produção e comercialização de artesanatos e à preservação dos conhecimentos da medicina tradicional.

- Construção de abrigos para guardar os artesanatos, depois de ter recebido uma certa quantia para ajudar na comercialização de vendas.
- Apoio para plantação de tucum que serve para fazer os artesanatos (tinturas caseiras).



- Orientação das Mulheres Ticuna para capacitação de entendimento.
- Proposta para conservação da medicina caseira.
- Apoio para a Organização das Mulheres – ajuda de transporte e realização de reuniões para nos organizarmos.
- Apoio dos Corredores Ecológicos para documentar a Amit e ser registrado o seu Estatuto”.

---

GRUPO 8. T.I. **ÉVARE I, ÉVARE II, UMARIAÇU, FEIJOAL**- MUNICÍPIOS DE TABATINGA, BENJAMIN CONSTANT, SÃO PAULO DE OLIVENÇA

(REUNIÃO DA FOCCITT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Ourique, Emaú, Cidade Nova, Supão, Vendaval, Umariaçu.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Aureliano Mendes Gabriel, Duque L. Araújo, Elson J. Felix, Maciel Tauana, Paulo H. Mendes, Amauri Parente Forte, Avelino Mendes, Pedro Mendes Gabriel, Rosindo Ramos Matos, Ossolino Itero Gabriel, Francisco da Cruz Mendes.

RECURSOS NATURAIS: Os estoques pesqueiros estão sendo reduzidos e os principais responsáveis são invasores não índios e também os próprios ticunas. Os animais de caça, antes abundantes, são raros atualmente e correm risco de extinção. Os estoques de madeira estão reduzidos. Com relação à agricultura, há limitações ambientais ao crescimento da produção nas restingas da várzea.

*“Pesca: Na comunidade indígena de Ourique na área Évare I do município de Tabatinga, nos lagos Torquato, Coatá, Nazaré, Jurupari, o igarapé de Ourique, igarapé Tacana está havendo muita invasão de pescadores de várias comunidades ticunas e não índias de várias localidades, praticando pesca predatória porque essas pessoas não têm orientação técnica. Igualmente acontece nas comunidades de Nossa Senhora de Nazaré na área Évare I, no município de Tabatinga, Bom Jesus, Vila Bahia, Paranapara I e II, Bibiano do Açacai, Lago do Uruá, na área indígena Évare II, no município de São Paulo de Olivença. As outras comunidades do mesmo município, do Igarapé Jacurapá, na área indígena Évare I sofrem os mesmos problemas de depredação da pesca.*

*Caça: Há 35 anos atrás, na área indígena Feijoal, São Leopoldo, Espiritual, Bom Intento, município de Benjamim Constant. Nas áreas indígenas Évare I e II, no município de Tabatinga e S. Paulo de Olivença. As áreas indígenas Vui-uata-in, Betânia I e II, no município de S. Antônio do Içá, Amaturá, Auati-paraná, no município de Tonantins, Estrela da Paz, no município Foz do Jutáí, havia muitas caças, animais de todas as espécies, tanto répteis e quadrúpedes, esses animais andavam de grande rebanho pelas margens do rio Solimões. Os caciques Ticuna entendem que daqui a 10 anos todas essas espécies vão ser extintas por causa da grande depredação avançada das aves, como as garças, maguari, socós, mergulhão, carará, jaburi, tuiyuyu, todos os locais de produções estão sendo violados. Essa história foi narrada pela senhora Francisca Augustinho Félix, esposa do cacique da comunidade Cidade Nova, Elsen Felix, quando ela tinha 10 anos de idade.*

*Madeira: As madeiras de lei não existem mais em grande quantidade como acapu, cedro vermelho, cedro branco, cedrorana, macacaúba, louro branco, louro preto, jacareúba, maçaranduba, itaúba, caivichi, maúba etc. Da mesma forma, as madeiras que servem de materiais para construção de casas etc.*

*Terra para plantio: Nas áreas indígenas há duas espécies de terra firme e as áreas de várzea têm duas espécies de terra, chavascal e restinga. Os ticunas usam sempre as terras da várzea mas usam mais as restingas porque é mais fértil e não inundam. Essas áreas são insuficiente para grande quantidade da população Ticuna da várzea. Produções: melancia, macaxeira, banana, milho, feijão, cacau. Nessa terra não dá para plantar laranja, cupuaçu, abacaxi, limão, pupunha. Na terra firme são plantadas a pupunha etc., devido a que a terra é diferente em relação a sua aridez. Mas nós vemos que temos necessidades de plantas para produzir mais e algumas áreas são insuficientes”.*

CONFLITOS: A pesca clandestina e a sobre pesca foram apontadas como os maiores problemas.

*“Os maiores problemas com os recursos naturais são com os peixes que a maior quantidade desse peixes nobres como o surubim, dourado, piraíba, pacamu, pirarara, pirabutão, piramutaba, chamados peixes de couro (liso), o tambaqui, pirarucu, tucunaré, os filhotes de aruanã como peixe ornamentais são retirados das áreas indígenas Ticuna clandestinamente, cará pintado, cardinais que são levados para fora do Brasil clandestinamente”.*

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

*“Não existe nenhum tipo de projeto mas pode ser que com o apoio do PCE vamos ter? Não recebemos apoio nem da prefeitura, Ibama, Funai, exércitos, missionários pior com os políticos”.*

SUGESTÕES PARA O PCE: Capacitação das lideranças nas áreas de contabilidade, administração e desenho de projetos. Apoio material para a Focitt atuar melhor na fiscalização das áreas. Apoiar e fortalecer a Funai, Ibama e P.F. para que possam exercer seus papéis na fiscalização das áreas. Concluir a demarcação das áreas Ticuna. Desenvolver um projeto específico de proteção para a área sagrada dos Ticunas (Évare) e outras áreas sagradas. Envolver os ribeirinhos nos trabalhos de conscientização ecológica e preservação.

- Abrir cursos de capacitação de várias áreas par os líderes indígenas como contabilidade, administração e preparo de fiscais e projetistas.
- Estruturar com infra-estrutura atuais a Focitt para melhor viabilizar a fiscalização das áreas.
- Fortalecer os aliados Funai, Ibama, P.F. e outros para que os mesmos não venham negar algumas solicitações dos cacique dizendo que não têm dinheiro.
- Demarcar as áreas indígenas que ainda não estão demarcadas.
- Criar um projeto específico de proteção para a área sagrada dos ticunas aonde Yo'i pescou o povo Ticuna e outras áreas sagradas.
- Criar um projeto específico para os ribeirinhos para resgatar também os ensinamentos sobre preservação da natureza.

- Que seja criado um grupo de técnicos projetistas não-índios bem remunerados para dar assessoria aos trabalhos até que os técnicos indígenas estejam preparados.”.

---

**GRUPO 9. T.I. SANTO ANTÔNIO, BOM INTENTO, PORTO ESPIRITUAL, SÃO LEOPOLDO, LAURO SODRÉ E UMARIAÇU- MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT**

(REUNIÃO DA FOCCITT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Filadélfia, Bom Caminho, Bom Jardim, Porto Cordeirinho, Bom Intento, Novo Paraíso, Porto Espiritual, Vida Nova, São Leopoldo, Porto Lima, S. Francisco, Bom Pastor I, Lauro Sodré, São João de Veneza, Guanabara III, São Luiz, Umariçu I, Umariçu II.

PARTICIPANTES DO GRUPO: Atos F. Vasques, Floriano Pinto de Souza, Alcila Joaquim Estevão, Augusto F. Dique, Dudu Moçambite, Manoel Pereira Santos, Juvenal Lisbão Galdino, Leôncio Fernandes Pinto, Valdir Manduca Ramos, Porfírio Joanico Clemente, Francisco Moiarare Pissango Filho, Augusto Manoel Pinheiro, Reginaldo Sebastião Miguel, Álvaro Bastos Auate, Aldemício Suzano Bastos (Adir), Júlio Pedro Almeida Filho.

RECURSOS NATURAIS: Não declararam.

CONFLITOS: Não declararam.

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

*“Todas as áreas Ticuna demarcadas no Alto Solimões não possuem nenhum tipo de projeto ou programa dessa natureza que esteja em atividade ou fase de execução e experiência pois o PCE vai ser o primeiro grupo que vem a ter com a tribo Ticuna. Logo a título de sugestão gostaríamos que fosse executado seu recurso financeiro através da Focitt”.*

SUGESTÕES PARA O PCE:

- Todas as áreas proponentes e comunidades localizadas nestas seis áreas acham a iniciativa do governo de suma importância. As áreas estão em situações de extrema dificuldade em relação aos seus recursos naturais. Enfrentam grande número de invasões, ameaças dos não indígenas como fazendeiros, posseiros, pescadores clandestinos e caçadores. Por essa razão sugerimos que seja elaborado um projeto de fiscalização, preservação, reflorestamento, repovoação de lagos e conservação dos recursos naturais das referidas áreas.
- Que seja feito em todos os perímetros das áreas demarcadas, o plantio com árvores nativas ou com plantas frutíferas, servindo como marco vivo das terras demarcadas.
- Construção e elaboração de projetos de piscicultura das áreas onde não existem lagos, como alternativa econômica para gerar renda própria para as comunidades.
- As áreas não demarcadas têm que ser demarcadas como Lauro Sodré, Umariçu, Nova Esperança (Jandiatuba), Matintim etc.

- Solicitamos às organizações e entidades do governo como Ibama, Funai, Corredores Ecológicos, Polícia Federal e Focitt que se unam em um acordo comum de somar a força conjunta para alcançar os objetivos deste projeto.
- Preservar, fiscalizar e elaborar Projetos de Conservação da Área Sagrada Ticuna Évare no igarapé da Aldeia Vendaval e todas as áreas pertencentes à tribo Ticuna com projetos de fiscalização, preservação, de alternativa econômica, de renda própria das comunidades da tribo Ticuna.
- Para melhor execução, desenvolvimento e retorno satisfatórios deste inédito projeto, é preciso que cada comunidade tenha os meios de transporte exclusivo para esse fim (motor marca Yamaha 40 HP) com seu bote de alumínio assim como ter recurso para despesa com a gasolina e conserto dos motores em caso de algum dano de suas peças.
- Solicitamos também ajuda de custo (alimentação) para os caciques e voluntários ecológicos ticunas.”

---

**GRUPO 10. T.I. FEIJOAL- MUNICÍPIO DE S. P. DE OLIVENÇA**

(REUNIÃO DA FOCCITT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Feijoal

**PARTICIPANTES DO GRUPO:** Esmeraldo Bastos, Isabel Fernandes (Filadelfia), Leonardo Manoel, Abelito Fernandes, Bichara Ramos, Gilberto Fernandes, Jukio Angarito, Juvita Augustinho, Alipe Fernandes, Ozébio Feli, Abelardo Lourenço, Bichara André, Sildomar F. de Almeida, Nazita Fernandes, Maria Mendes. Luzia Daniel, Undino Pedrosa, Lalita de Almeida, Adney Francisco José, Pitásio A. Pacajo, Valdir Almeida, Sebastião Cândido, Plínio Florentino, Daniel Felix, Cicílio Torres, Jadio André Florentino, Eduardo Caetano, Jorge Manoel Pedro, Ernesto João Fernando, Edir Gomes Ramos, Cândido Augustinho Felix, J. Bentes de Almeida, J. Reno Cecílio, Calisto Parente.

**RECURSOS NATURAIS:** A pressão da extração dos recursos naturais tem aumentado bastante nos últimos anos, tanto a que é realizada por invasores brancos quanto a que decorre do aumento da própria população Ticuna. Forneceram testemunhos de várias espécies antes abundantes que agora são difíceis de achar. Com relação ao comércio com os colombianos, relataram que os pescadores, como os agricultores, são produtores rurais de pequena escala. Vendem mais para os colombianos porque eles pagam melhor. Benjamin e Tabatinga não têm frigorífico e lá não há um bom mercado para o peixe. Até peixeiros de Manaus vêm vender na Colômbia. Pescam para comercializar porque precisam comprar vários artigos básicos. Mas se preocupam: *“Como vamos repor o que perdemos?”*

*“A situação atual dos recursos naturais: nas terras indígenas estão sendo ameaçados, escassos e até mesmo extintos por causa dos invasores estrangeiros como colombianos e até pelos moradores ribeirinhos.*

*Recursos escassos, diminuindo ou ameaçados: Caça: anta, catitu, onça pintada, veado, guariba, capivara e outros. Pesca: pirarucu, peixe-boi, tartaruga, tracajá, piraíba, jaú, pirarara e está mesmo ameaçado de extinção é o dourado. Madeira: cedro, jacarandá, louro, mogno,*

*jacareúba, gariúba. Terra para plantio: na área estão em risco de erosão fluvial por falta de educação e não podemos mais derrubar as matas virgens porque está proibido pelo Ibama”.*

CONFLITOS: Invasões por pescadores e madeireiros.

*“O conflito que enfrentamos em relação aos recursos naturais nas áreas indígenas são: invasão dos lagos e rios para exploração de madeira e falta de recursos para nos desenvolvermos outros ramos de atividades que não ponham em risco os recursos naturais existentes nas nossas áreas”.*

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

*“Na nossa área, nós não temos nenhum tipo de projeto de conservação, manejo ou desenvolvimento e no momento nós povos da comunidade indígena Feijoal desejamos ajuda do PCE.”*

SUGESTÕES PARA O PCE: Como Feijoal é a aldeia mais central, propõem que centralize um trabalho de vigilância das aldeias Porto Alegre, Canaã, Cidade Nova e o próprio Feijoal. Gostariam de conseguir cinco rádios para essas aldeias e um motor 40 HP e bote de alumínio de 9m para a fiscalização do manejo do lago. Solicitam recursos para combustível e outros gastos com a preservação ambiental (como treinamento de fiscais, construção de casas de vigilância, computador e até de um helicóptero para fiscalizar a área do CE). Sugerem investimento em alternativas econômicas de produção (piscicultura, avicultura, reflorestamento e plantio de ervas medicinais) para diminuir a pressão extrativa dos recursos naturais. Entendem que o PCE deve também financiar saneamento básico, abastecimento de água e tratamento do lixo, principalmente em aldeias grandes como Feijoal (1.840 habitantes). Refletiram sobre a relação entre o tamanho da área de Feijoal (46.000) e as possibilidades de exploração econômica. Reconhecem a necessidade de manejo para garantir a sobrevivência pois há o risco da terra demarcada servir apenas *“para morarmos mesmo”*.

- Criar um fundo destinado à proteção e preservação do meio ambiente. Esse fundo deverá ser administrado pela comunidade que já tem seu cadastro na receita federal.
- Investimento para desenvolver outros ramos de atividade que não ponha em risco os recursos naturais como piscicultura, avicultura, reflorestamento e plantações das ervas medicinais.
- Fundo para instalação de saneamento básico na comunidade, abastecimento de água e coletor de lixo.
- Aquisição de equipamentos para vigilância da área envolvida pelo PCE como rádios de comunicação, treinamento de vigilantes voluntários pelo Ibama, construção de casas de vigilância entre o limite de baixo e de cima de Feijoal, compra de computador que visa a programar e identificar as áreas onde está sendo ameaçado pelos invasores e aquisição de um helicóptero para vigilância na área de atuação do PCE.”

---

(REUNIÃO DA FOCCITT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Umarirana, Betânia, Monte das Oliveiras, Canaã, Vista Alegre, Gaspar (Nova Esperança) e Varvener (?).

PARTICIPANTES DO GRUPO: João Pereira, Irineu Manduca, Francisco Manduca, Fernando Chico Miguel, Manoel Santos, Quirino Santiago, Giovenzo Chico Miguel, Edson Felipe da Costa, Cesário Marco Ramos, Ovídio Manoel Inácio, Rufino Ovídio, Benigno Elautério, Jeremias Avelino Elautério, Augusto Paulo Rosindo, Nascimento Candido Luiz, Manoel Salvador, Otávio Gonzaga, Malaquias Manoel Sales, Elis Isaac.

RECURSOS NATURAIS: Animais de caça estão se tornando escassos. A redução da população das principais espécies de peixe comercializadas é evidenciada pela diminuição no tamanho dos peixes vendidos, que reconhecem comprometer mais ainda os estoques. Principais tipos de madeira também são difíceis de encontrar. A agricultura não é um problema.

*“Nós queremos a preservação das nossas áreas já demarcadas. Está faltando tartaruga, peixe-boi, pirarucu, tambaqui, queixada, anta, jabuti, paca e demais outros como macaco, cutia, araras, papagaio, filhote de maguari, macaco barrigudo, em algumas áreas falta jacaré, onça.*

*Antes os pirarucus eram grandes, de 50 a 80kg, até de 100kg. Agora já estão vendendo pirarucu de 2-3kg. Da onde vêm os filhotes de pirarucu? Tambaqui, mesma coisa. Antes agente olhava tambaqui de 20kg, agora já vendem de 2-3kg.*

*Também falta madeira como andiroba, cedro, jacareúba, itaúba, maúba, carbiche, outras.*

*Agora, as terras para plantio não faltam. Tem bastante terra para plantar o que quiser dentro da área já demarcada”.*

CONFLITOS: Invasões principalmente por madeireiros mas também com posseiros.

*“Os brancos estão de olho na madeira da nossa área que é o que dá mais dinheiro para eles e por isso estão de briga com agente porque nossa área está demarcada. E nossa área é rica de todo tipo de madeira e as áreas dos brancos já não têm mais madeira boa. Também ocorrem problemas com peixeiros. Às vezes os cacique fala para eles irem embora mas eles não respeitam. Também tem pequenos invasores para fazer roça na comunidade de Japecoa, na área da Betânia”.*

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Nenhuma.

SUGESTÕES PARA O PCE: Apoio material para fiscalização das áreas para ajudar o povo Ticuna a preservar.

- O projeto pode ajudar para que o povo Ticuna se preocupe em preservar os recursos naturais, para cuidar de lagos, de sua área já demarcada.
- Também é preciso melhorar a vigilância das áreas por nós mesmos, dando os meios necessários para isso como voadeira, ou barco, e o combustível para o motor durante a fiscalização”.

---

GRUPO 12. T.I. ÉVARE I E ÉVARE II - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA  
(REUNIÃO DA FOCCITT).

---

ALDEIAS REPRESENTADAS: Campo Alegre, Bom Jesus, N. S. Nazaré, Parana para I, Vila Bahia..

PARTICIPANTES DO GRUPO: Adércio Custódio Manuel, Nelson Pedrosa Mariano, Augusto Basílio José, Abdão Salvador Gomes, Alfredo Guimarães Castro, Berezinho Anastácio, Manduquinho Guedes Batalha, Filadelfo Bartolomeu Olímpio.

RECURSOS NATURAIS: Evidência de escassez dos recursos naturais explorados por métodos extrativos enquanto que a produção agrícola é reconhecida como diferenciada de acordo com as condições ambientais e tipos de terreno.

*“Ainda há peixe mas bem pouco, não como era antigamente que tinha com facilidade. A caça também está ficando pouca, só encontra bem longe, tem que andar muito mesmo para encontrar. A madeira também está ficando bem pouca, como as que servem para fazer canoa, casa, como cedro, andiroba, acapu, jacareúba, louro e outras. Estão diminuindo e só existem já for a da reserva indígena. Alguns lagos da reserva ainda têm bastante tambaqui, pirarucu e outras espécies de peixe. Escassos estão a tartaruga, o tracajá e o famoso peixe-boi.*

*Para agricultura a terra firme é boa porque primeiramente plantamos mandioca, banana, abacaxi, batata e depois de colhido ficam as frutas como laranjeiras, abacateiro, ingá, abiu, mapati e outras fruteiras permanentes. A terra da várzea também é bastante importante porque dá muito bem mandioca, melancia, milho, melão, pepino, banana, feijão e verduras em geral. Por isso a várzea é também muito importante, só que é temporário e não permanente como a terra firme”.*

CONFLITOS: Mencionaram a participação dos ticunas em atividades de mercado e o uso do timbó como fonte de problemas em relação aos recursos naturais, além da invasão de peixeiros e madeiros.

*“Em algumas áreas Ticuna estão acontecendo conflitos em relação aos recursos naturais. Alguns índios mesmo pescam com timbó nos lagos, igarapés e lagoas que ficam nas florestas e ilhas. Também há pesca predatória nas reservas com redes e malhadeiras para vender em cidades como Tabatinga e Letícia – Colômbia. A madeira também está sendo explorada pelos brancos que compram madeira dos índios para revendê-las nos municípios de Tabatinga, S.P. de Olivença, B. Constant e no Peru e Colômbia”.*

EXPERIÊNCIA COM PROJETOS: Não relataram nenhuma experiência e quando indagados sobre a experiência da construção de açudes, relataram as dificuldades com relação à tubulação e as fortes chuvas mas não refletiram sobre a experiência como tendo sido um projeto, nem exploraram as lições aprendidas.

SUGESTÕES PARA O PCE: Dar apoio à fiscalização e à realização de reuniões regulares para acompanhar os trabalhos e mediar eventuais conflitos. Treinar agentes ambientais voluntários. Realizar projetos ecológicos cuja composição seja “pluri-étnica”, envolvendo brancos e Kokamas, para garantir a efetividade dos esforços da preservação.

- Apoiar a preservação ajudando na fiscalização das áreas e na organização de reuniões para acompanhar o trabalho de preservação e resolver conflitos.
- Treinar agentes ambientais.
- Fazer projetos em parceria com ribeirinhos e Kokamas para garantir a preservação”.

#### 5.4 PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS, ENTENDIMENTO DO PROJETO E SÍNTESE DAS SUGESTÕES APRESENTADAS PELAS LIDERANÇAS TICUNA DO ALTO SOLIMÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PCE

Os principais problemas ambientais nas terras Ticuna do Alto Solimões são semelhantes aos relatados no Médio Solimões. O esgotamento dos principais recursos naturais – caça, pesca e madeira – se deve tanto ao problema da invasão de suas terras e pressão de exploração por pessoas de fora, quanto ao crescimento da população indígena. Esta última causa tem maior prevalência nas terras de alta densidade demográfica como Santo Antônio, Umariáçu e Bom Intento, que possuem respectivamente densidades demográficas de 112, 50 e 12 hab/km<sup>2</sup>, como mostra a tabela 3.

Tabela 3. Densidade demográfica das TI do Alto Solimões, segundo os dados populacionais do “Atlas Ticuna” (1998, diversas fontes).

Terra Indígena	Populaçã o*	Área (ha)	Hab./km <sup>2</sup>
Tukuna Sto. Antônio	1.192	1.065	111,9
Tukuna Umariáçu	2.450	4.900	50,0
Bom Intento	195	1.613	12,1
Tukuna Feijoal	1.840	40.948	4,5
Tukuna Porto Espiritual	102	2.839	3,6
Tukuna Lauro Sodré	317	9.600	3,3
Nova Esperança	150	6.400	2,3
Betânia	2.446	122.769	2,0
Évare I	7.546	548.177	1,4
Vui-Uatá-In	1.452	121.199	1,2
São Leopoldo	815	69.271	1,2
Évare II	1.299	176.206	0,7
Maraitá	137	46.941	0,3
	Σ=19.941	Σ=1.151.9 28	χ=15,0

Em comparação com as terras do Médio Solimões, a densidade demográfica no Alto Solimões é muito elevada, apresentando uma média geral de 15 habitantes por km<sup>2</sup> ao passo que naquela região a densidade não chega a 5 hab/km<sup>2</sup>. Deve-se notar que os dados populacionais não são recentes e que as densidades demográficas podem estar subestimadas.

Um problema específico do Alto Solimões é a invasão de lagos por pescadores ligados direta ou



indiretamente a comerciantes (patrões) colombianos. (Este problema é um dos temas de trabalho do projeto Várzea/PPG7 e seu desenvolvimento deve ser acompanhado).

As sugestões apresentadas pelos grupos do Médio e Alto Solimões são também semelhantes – ênfase na fiscalização das terras, formação de agentes ambientais, fortalecimento das instituições governamentais de apoio, apoio ao desenvolvimento da produção agrícola e à comercialização da produção.

Ao contrário do Médio Solimões, o papel de instituições parceiras (Igreja, Cimi etc) não foi mencionado. Em seu lugar foi enfatizada a intenção de alcançar a auto-sustentabilidade de suas próprias organizações. Cada uma das organizações demandou apoio para seu próprio fortalecimento e designou papel central à sua organização no desenvolvimento do PCE. Demandam tanto apoio para equipamentos quanto contratação de assessores brancos para fornecerem treinamento na área de administração. Requerem treinamento em contabilidade e para a função de 'projetistas' até que se tornem autônomos na criação e gerenciamento de projetos para suas terras.

Duas sugestões se mostraram originais – o desenvolvimento de ações de conservação integrando ribeirinhos e índios Kokama, e o apoio à preservação de sua área sagrada Évare. Estas duas propostas atendem a orientação do PCE para a promoção da conservação da biodiversidade e a definição de ações abrangendo diversos segmentos sociais. A integração inter-étnica em projetos como educação ambiental, vigilância e manejo pode reduzir os conflitos relacionados à competição por recursos naturais - como as denúncias recíprocas de invasão. Acordos inter-étnicos de colaboração podem ser promovidos bem como a convocação conjunta em reuniões destinadas a definir as ações do PCE.

A área sagrada dos Ticuna, localizada nas proximidades do igarapé de São Jerônimo na área de Évare I é descrita na sua mitologia como sendo o local onde foram pescados por seu deus Yo'i (como descrito na citação da página 22). Conforme conversas anteriores com a antropóloga Neila Soares e seguindo a proposta do PCE de apoiar as demandas indígenas "em troca" de seu compromisso de reservar áreas destinadas à conservação da biodiversidade, foi perguntado aos dois grupos o que pensavam de requerer apoio à preservação de sua área sagrada. Como mostram os relatórios dos dois grupos, a proposição foi incorporada sem questionamento. A importância dada ao Évare é comum a toda a etnia e os Ticuna dos três países reconhecem sua mesma localização. Na reunião da Cggt estava presente um grupo de Ticunas colombianos que tinha vindo ao Brasil especificamente para tentar chegar à área sagrada. Vieram também discutir com os brasileiros a idéia de construir um templo no local, para visitas religiosas do povo. Conforme explicaram, poucos Ticuna já viram o Évare e poucos poderão vê-lo pois é preciso estar ritualmente purificado para poder enxergar a casa, o anzol e o caniço usados por Yo'i , que ainda estariam localizados no igarapé Évare. A área sagrada é culturalmente preservada – há tabus proibindo a caça e a moradia na região. A vegetação é descrita como baixa, nunca cresce nem morre, os animais que lá habitam são encantados e, conforme a versão do mito, os irmãos Yo'i e Ipi teriam retornado à área e lá estariam habitando.

As sugestões para o "urbano" Ticuna – saneamento básico, tratamento de água e lixo, tem fundamento. Aldeias como Belém do Solimões, Campo Alegre e Betânia são maiores que algumas das sedes municipais. A pertinência de alguma ação neste sentido dentro das propostas do PCE precisa ser esclarecida.

## **5.5 OBSERVAÇÕES FINAIS – POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES À DEFINIÇÃO DE UM PLANO**

## **DE DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS (PDPI) NO ALTO SOLIMÕES**

O fato das sugestões que os capitães apresentaram para o PCE terem focalizado principalmente projetos de aldeia e não as Terras Indígenas, sugere que não existe atualmente unidades políticas centradas nas Terras Indígenas, como ocorre no Médio Solimões. Além dos Ticuna do Alto Solimões estarem dispersos em várias terras, estão também distribuídos entre duas organizações políticas. Apesar da síntese das sugestões mostrar semelhanças nas ações propostas, há problemas para definir sua implementação.

Considerando apenas a amostra da distribuição das lideranças entre as organizações baseada na lista de presença das duas reuniões, observa-se que há sobreposição das organizações em quatro terras, Évare I, Sto. Antônio, Évare II e Vui-Uata-In, e exclusividade de afiliação a uma ou outra organização nas outras terras. Esta distribuição é apresentada na tabela 4. Este quadro deve ser visto como indicativo da situação política atual dos Ticunas do Alto Solimões - não como sugestão de divisão das ações entre os dois grupos.

Tabela 4. Distribuição das lideranças presentes às duas reuniões do Alto Solimões segundo sua afiliação política.

Terra Indígena	Mun.	N Aldeias representadas na reunião da Cggt	N Aldeias representadas na reunião da Foccitt	Pop.	Área (ha)
Betânia	SAI		2	2.446	122.769
São Leopoldo	BC		4	815	69.271
Feijoal	SPO		2	1.840	40.948
Lauro Sodré	BC		3	317	9.600
Umariçu	TBT		2	2.450	4.900
Porto Espiritual	BC		1	102	2.839
Bom Intento	BC		2	195	1.613
Nova Esperança	(?)		1	S.I	S.I
Évare I	TBT/ SPO	21	6	7.546	548.177
Sto. Antônio	BC	2	1	1.192	1.065
Évare II	SPO	7	5	1.299	176.206
Vui-Uatá-In	AMT	2	1	1.452	121.199
Maraitá	AMT	1		137	46.941
S.Fco. do Canimari	AMT (?)	1		S.I	S.I.
.....					
		<b>CGTT</b>		<b>FOCCITT</b>	
Total de aldeias em cada reunião		34		29	
Total de terras em cada reunião		6		12	
Terras em que são maioria		6		8	
Terras em que são exclusivas		2		8	

A questão da implementação de ações do PCE junto aos Ticuna do Alto Solimões deve ser objeto de discussão ampla com os próprios Ticunas e assessores e mediadores que trabalham com eles há longa data. Este mapeamento geo-político pode servir para nortear os debates sobre as possibilidades de implementação do PCE no Alto Solimões, mostrando que até para definir quem tem a maioria depende do critério de avaliação – aldeia, terra, hectares ou população. A título de informação também, é importante notar que a ADR de Tabatinga tem bom trânsito com as duas organizações. De qualquer modo, acreditamos que qualquer ação deve ser conjunta, integrando os Ticuna de ambas as organizações para que as medidas de conservação sejam efetivamente definidas e implementadas, sem que se tornem, elas mesmas, alvo de disputa política.

## 6. SOBREPOSIÇÕES ENTRE TIs E UCs

Há 11 unidades de conservação na região do Médio e Alto Solimões e no Japurá que estão localizadas contigualmente ou sobrepostas a Terras Indígenas. Além das 7 unidades de conservação apontadas no 3ª versão do PCE, existe também a Reserva Extrativista do Médio Juruá, Reserva Extrativista do Baixo Juruá, Reserva Extrativista do Baixo Jutaí e a Reserva Extrativista Auati-Paraná, estas três últimas aguardando decretação.

Segundo também a 3ª versão do PCE, entre estas unidades de conservação, receberão apoio para elaboração e/ou implantação de seu plano de manejo a Estação Ecológica (Federal) Juami-Japurá, Floresta Nacional de Tefé, Reserva de Desenvolvimento Sustentado de Mamirauá (Estadual), Reserva Ecológica (Federal) Juami-Japurá, Reserva Ecológica (Federal) Jutaí-Solimões e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (Estadual).

A tabela 5 indica a relação das unidades de conservação e as terras indígenas a elas sobrepostas ou contíguas. Desta lista, apenas as terras indígenas Jaquiri, Porto Praia, Cuiu-Cuiu e Tupã Supé se relacionam efetivamente e participam dos trabalhos realizados por uma unidade de conservação, a RDS Mamirauá. Estão localizadas na área focal desta unidade que teve seu plano de manejo elaborado, enquanto que as terras indígenas P.L.Paricá e Auati-Paraná se localizam na região subsidiária do Mamirauá, que será implantada com apoio do PCE. A sobreposição entre as terras indígenas e as Resex que serão decretadas, listadas na tabela, requerem confirmação do Cnpt/Ibama.

Tabela 5: Sobreposição ou contiguidade entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Corredor Central da Amazônia localizadas no Médio e Alto rio Solimões e no rio Japurá.

N	Unidades de Conservação	Município	Área (ha)	T. Indígenas Relacionadas
1	Área de Relevante Interesse Ecológico Javari-Buriti	Sto Antônio do Içá?	15.000	T.I. Betânia
2	Estação Ecológica (Federal) Juami-Japurá (**)	Japurá	572.650	T.I. Matintim
3	Floresta Nacional de Tefé (**)	Tefé, Alvarães?	1.020.000	T.I. Juruá
4	Reserva de Desenvolvimento Sustentado de Mamirauá (Estadual) (**)	Uarini/Fonte Boa	1.124.000	T.I. Jaquiri, Porto Praia, Cuiu-Cuiu, Tupã Supé, Paraná do Lago Paricá e Auati-Paraná

5	Reserva Ecológica (Federal) Juami-Japurá (**)	Japurá	173.18 0	TI Paraná do Boá Boá
6	Reserva Ecológica (Federal) Jutaí-Solimões (**)	Jutai	284.28 5	T.I. Betânia
7	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (Estadual) (**)	Maraã	2.377	T.I. Cuiu-Cuiu
8	Reserva Extrativista do Médio Juruá	Caraua ri	253.22 6	T.I Rio Biá
9	Reserva Extrativista do Baixo Juruá *	Juruá	165.00 0	T.I. Rio Biá, Betânia e Macarrão ?
1 0	Reserva Extrativista do Baixo Jutaí *	Jutaí	160.00 0	T.I. Kumaru do Lago Ualá e Miratu?
1 1	Reserva Extrativista Auati- Paraná *	Fonte Boa	90.000	TI Auati-Paraná e P.Boá Boá ?

(\*) Resex em fase de decretação. Cnpt/Ibama e Prelazia de Tefé.

(\*\*) Unidades de conservação localizadas no Médio e Alto Solimões e Japurá que receberão o apoio do Projeto Corredores Ecológicos para a preparação e implantação de Planos de Manejo, segundo a 3ª versão do PCE/MMA/Ibama/PPG7.

Com exceção do Mamirauá, as outras unidades de conservação são desconhecidas pelos líderes indígenas – mesmo a existência da Flona de Tefé, quando apresentada no mapa, causou surpresa. Um amplo trabalho de divulgação destas unidades entre a população indígena deve ser realizado para permitir a integração dos esforços de manejo e conservação entre os componentes do PCE.

## 7. OBSERVAÇÕES FINAIS - ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS NO PCE

A maioria dos participantes fez questão de observar que esta era a “primeira vez que agente ouve falar...” do PCE. Mesmo com pouco tempo para desenvolver maiores discussões sobre as possibilidades do projeto, os grupos apresentaram sugestões concretas para a definição de um plano para os povos indígenas no PCE. Como resumidas na tabela 6, as sugestões dos grupos do Médio e do Alto Solimões têm pontos em comum.

Tabela 6. Síntese das sugestões apresentadas pelas lideranças do Médio e do Alto Solimões.

SUGESTÕES DOS POVOS DO MÉDIO SOLIMÕES	SUGESTÕES DOS TICUNAS DO ALTO SOLIMÕES

- Criação de um sistema regional de fiscalização das terras indígenas.
- Acelerar as demarcações, consideradas condição prévia a qualquer esforço de conservação.
- Fortalecer as instituições governamentais responsáveis pelo apoio e efetivação das atividades de vigilância (Ibama, Funai, Polícia Federal, Ministério Público, Incra, Idam etc).
- Fortalecer as parcerias existentes entre os povos indígenas e não governamentais como Cimi, Prelazia, Uni-Tefé, Projeto Mamirauá etc.
- Realizar estudos de potencial econômico nas diversas regiões para assessorar projetos que visem a geração de alternativas econômicas, redução da dependência e da pressão de exploração dos recursos naturais e melhoramento da renda econômica dos povos indígenas.
- Criação de entrepostos comerciais e redes de comércio indígena para reduzir a dependência do comércio com o regatão e aumentar a renda.
- Apoio material (rádios e motores) e treinamento de agentes ambientais para fiscalização das áreas.
- Conclusão dos trabalhos de demarcação
- Fortalecimento das instituições de apoio – Funai, Ibama, Polícia Militar.
- Apoio e capacitação para gerenciamento de projetos para as organizações indígenas (Amit, Cggt, Focitt).
- Desenvolvimento de alternativas econômicas (agricultura, piscicultura, artesanato) e apoio à comercialização.
- Envolver ribeirinhos e índios de outras etnias nos trabalhos de conscientização ecológica e preservação ambiental.
- Projetos de urbanização (saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo) para as aldeias com populações maiores.
- Valorização da cultura Ticuna.
- Projeto específico para proteção da área sagrada dos Ticunas (Évare) e outras áreas sagradas.

As ações do Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas no PCE devem contribuir para que as Terras Indígenas consigam ser ou se mantenham auto-sustentáveis. A maioria das terras indígenas ainda não tem a sua demarcação de fato concretizada - a demanda geral pela implantação de sistemas de fiscalização revela que elas não têm existência social reconhecida ou respeitada. Somente após a finalização das demarcações e a imposição de sua existência através de sistemas de fiscalização efetivos é que a implantação de medidas de conservação e de sistemas de manejo sustentáveis poderá ter resultados seguros.

Pode-se dizer que o principal elo que une as diferentes terras e segmentos sociais do corredor é o mercado, que tem maior poder de definir usos do meio ambiente do que o próprio estado brasileiro. Enquanto que nas unidades de conservação é possível implantar um “governo ecológico”, que regule o uso dos recursos naturais para garantir a conservação da biodiversidade e o uso sustentável do meio ambiente, nas outras áreas, o uso do meio ambiente é submetido à determinação do mercado. Embora sejam também territórios de jurisdição diferenciada, ao contrário das unidades de conservação, as terras indígenas não possuem uma legislação que assegure a integridade ambiental, sendo necessário criar uma “mentalidade ecológica” a partir da definição de regras de uso e acordos internos feitos pelos próprios índios. Devido à sua vinculação ao mercado e restrição a territórios fixos, os povos indígenas tem consciência da necessidade de discutirem e definirem regras de uso comum do seu ambiente. A participação dos povos indígenas no PCE atende portanto, a uma demanda às vezes latente outras vezes reconhecidas pelos povos indígenas.

A importância do consumo de mercadorias para a sobrevivência e reprodução dos grupos indígenas deve ser levada em conta nos estudos para a definição de sistemas de manejo. A quantidade e qualidade das mercadorias consumidas é variável entre os povos mas há um básico comum a todos (chamam às vezes de “necessidades”) como o açúcar, o sabão, sal, óleo, roupas, combustíveis e equipamentos de trabalho. As mercadorias são obtidas através de uma produção para a venda de modo que o uso dos recursos naturais e o consumo de mercadorias estão intimamente ligados e geralmente baseados em uma única relação comercial (com o regatão).

A relação dos povos indígenas com o mercado, como acontece entre os ribeirinhos, define suas intenções econômicas e grande parte do uso que fazem do ambiente. A “ecologia” deve ser, por esse motivo, entendida como um recurso econômico adicional ou alternativo para estes povos e, como recurso econômico, deve trazer benefícios utilitários tangíveis.

Como mostram os depoimentos das lideranças indígenas, melhores condições de comercialização e assessoria técnica para incrementar a produção agrícola são demandas recorrentes entre eles. Se não forem criadas alternativas econômicas que reduzam a pressão das atividades extrativas sobre os recursos naturais, o aumento das necessidades de consumo de mercadorias - uma tendência praticamente irreversível - vai acarretar na degradação das condições ambientais (e portanto sociais) das terras indígenas.

A competição pelos recursos naturais da região pode ser apontada como questão central e urgente para a definição de um plano de ação para o PCE na região. Esta competição, que condensa os principais problemas ambientais e sociais da região, apresenta uma complexa lista de causas e implicações sócio-ambientais. Por esse motivo, deve ser objeto de análise cuidadosa no decorrer da definição do plano.

Algumas características desta competição podem ser listadas, a título de citação somente. As principais causas do aumento da pressão sobre os recursos são o crescimento populacional (principalmente urbano mas também rural), o crescimento do mercado e o avanço tecnológico.

A indefinição das propriedades (tanto na terra firme quanto na várzea) e a falta de obediência aos limites de terras indígenas e unidades de conservação, aliadas à ênfase no extrativismo como principal sistema de produção, dificultam a definição de soluções para os conflitos que decorrem da competição por recursos naturais.

O esgotamento dos recursos naturais - com casos de extinção localizada de várias espécies de peixe, madeira e caça - é a principal consequência ambiental desta competição, que, para as populações, leva a uma deterioração de suas condições de sobrevivência e ao aumento do êxodo rural (principalmente para os ribeirinhos).

Estes problemas são reconhecidos pelos povos desta região que por isso apresentaram demandas claras para o PCE, apresentadas acima. Estas sugestões refletem o reconhecimento dos problemas sócio-ambientais que enfrentam e expressam sua opinião sobre possíveis soluções.



## 8. LISTA DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS PRESENTES NAS TRÊS REUNIÕES DO SOLIMÕES

### REPRESENTANTES DO MÉDIO SOLIMÕES

#### **TI Ticuna Estrela da Paz**

Aldeias: Bugaio (Estrela da Paz) e Boa Vista.

1. Afonso Maricaua (Kokama)
2. Francisco Romão dos Santos (Ticuna)

#### **TI Acapuri de Cima (Kokama) e TI Ticuna Espírito Santo**

Aldeias: Acapuri de Cima e Novo Progresso

3. Benjamim Santiago (Acapuri de Cima)
4. Jucelino Neves Ferreira (Kokama de Espírito Santo)

#### **TI Ticuna Porto Praia e TI Jaquiri (Kambeba)**

Aldeias: Jaquiri e Porto Praia

5. Adelmo Sevalho Pinto
6. Juvenal Macário
7. Ademar da Rocha
8. Elane da Silva Ferreira
9. João Fernandes Cruz
10. Antônio Barbosa
11. José Nivaldo Pontes
12. Roberto Fernandes Cruz
13. Maria Celina dos Santos
14. Solange Fernandes Cruz
15. Inês Marques
16. Maria Lúcia Fernandes Cruz
17. Leonilda Cruz
18. Marilene F. Cruz

#### **19. Andrina Marques Cruz. TI Méria (Miranha) e TI Igarapé Grande (Kambeba)**

Aldeias: Méria e Igarapé Grande

20. Raimundinho Cruz (tuxáua Kambeba)
21. Raimundo Cardenes (AIS)
22. Gercino Farias (tuxáua Miranha)
23. Oquimar Maia Farias

#### **24. Maria Alice Maia Farias. TI Marajaí (Mayouruna) e Ticuna Tupã Supé**

Aldeias: Marajaí e Tupã Supé.

25. Manoel Rigoberto
26. Genival de Oliveira
27. Lourival de Oliveira
28. Otinelson
29. João Neves
30. Idalena
31. Genisse
32. Zuza dos Santos Cavalcante
33. Maria Marlene da Silva Castro (Mayouruna)
34. Sebastiana
35. Esmeralda Vieira
36. Maria Nazaré
37. Deodoro Vieira

38. Francisco das Chagas (Ticuna). **TI Ticuna Macarrão**

Aldeias: Santa Fé (Ticuna e Kokama), Bacabal e Castanhal (Ticuna)

39. Raimundo dos Santos Lima (capitão Santa Fé)

40. Ivo Albina (Castanhal)

41. Euzébio dos Santos (Bacabal) **TI Paraná Paricá (Kanamari), TI Urubaxi (Kanamari – Maku) e TI Cuiu-Cuiu (Miranha)**

42. José Ramos Aparício (Miranha)

43. Maria de Nazaré de Benjamim

44. Meire Terezinha Kanamari e Irene da Silva (Kanamari) **TI Ticuna (Kambebe e Kokama) Barreira das Missões**

Aldeias: Betel (Kambebe), Nova Esperança (Kokama) e Barreira de Cima (Ticuna)

45. Brás de Paula

46. Josaiás Medeiro Ribeiro

47. Zacarias Medeiro

48. Jari dos Santos Medeiros

49. Francisco dos Santos

50. Paulo dos Santos (Kambebe)

51. Evanildo Ramos

52. Antônio Santos

53. Aldemir Cordeiro

54. Raimundo Cruz

55. Cristóvão Codeiro

56. Magnólia (Kokama)

57. Francisco Ramos

58. João Boaventura da Silva

**59. Raimundo Boaventura e Martinha (Ticuna). TI Kulina Kumaru Lago do Ualá**

Aldeia Maapiranga.

60. Jodsino

61. Dsomami Birango

62. Adsalo

63. Jodso.

**Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões (Amims).**

64. Sebastiana da Silva Vieira

65. Maria Marlene da Silva Castro

66. Maria Nazaré Pinto de Oliveira

67. Inês Marques

68. Magnólia

**69. Maria Alice. Cimi, Funai, Uni-Tefé e Assessoria Jurídica da Prelazia de Tefé**

70. Jean R. P. Jacintho (Cimi-Tefé)

71. André da Cruz Kambebe (UNI-Tefé)

72. Caludemir Queiroz (Ass. Jurídica Prelazia de Tefé)

73. Eurípedes A. Brito (PIN-Juruá) e Walter da Silva Siqueira (PIN-Jutaí).

REPRESENTANTES DAS T.I DO ALTO SOLIMÕES

REUNIÃO DA CGTT

**T.I. Sto. Antônio** - município de Benjamin Constant Aldeias: Filadélfia e Porto Cordeirinho.

74. Danilo Fernandes

75. Carmem Tamaia

76. Bernaldo Moçambique

77. João Vasquez

78. Luciana Almeida

79. Ademir Aiambo
80. Pedro Agostinho
81. Ademar Fernandes
82. Izelina Guilherme
83. Hilda Feliz
84. Paulino Aiambo

85. Josiane Guilherme. **TI Évare I**

Aldeias: Belém do Solimões, Piranha, São Fernando, Novo Maranhão, Boa Vista, Nova Esperança do São Jerônimo, Barro Vermelho, Porto Água Limpa, Cajari II, Santa Rosa, Cajari I.

86. Manoel S. Eduardo
87. Clóvis Isídio
88. Juvito Ricardo
89. Francisco P. Cruz
90. Arnaldo C. Marco
91. Melito Arapaso
92. Alberto Jonas
93. Manelito J. Cersa
94. Benedito André
95. Artur Firmino
96. Manoel Elizardo
97. Manduca M. Jonas
98. Juvenal M. Jonas
99. Fernando Saldanha

100. Abidão Zaguri. **T.I. Évare I**

Aldeias: Vendaval e Dere güne.

101. Viviano Arapago
102. Manuel Domingo
103. Jordão Alfredo
104. Hilson Otávio
105. Hilto Abraltar
106. Marcelino Manuel. **T.I. Évare I**

Aldeias: Campo Alegre, Santa Clara, Floresta Amazônica, Marco da Redenção, Torre da Missão, São Domingos I, São Domingos II e Santa Terezinha.

107. Jorge Tomás
108. Plínio A. Jerônimo
109. Ernesto M. Santiago
110. Milton da Silva
111. Jeconio F. da Silva
112. Amado Batalha
113. Miguel Gomes
114. Morango Miguel da Silva
115. Ricardo José da Silva
116. Nestor G. Euzébio
117. Getúlio C. Euzébio
118. Jeremias Xisto Hilário
119. Daniel Olímpio
120. Claudinor V. Macário
121. João G. Macário
122. Lauriano
123. Sizino

124. Danilo Macário
125. Valdir Marco
126. Augustinho Basílio
127. Evandro S. Macário
128. Mário Trindade
129. Aquinello Pereira
130. Abel M. Macário
131. Dozário Macário Mariano
132. Jorge D. Domingo
133. Sancir R. Luizinho
134. Azário Luiz Roque.**T.I. Évare II**

Aldeias: Paraná do Ribeiro, Vera Cruz, Nazaré, Novo Jerusalém, Centro Bom Jesus, Porto Alegria, Novo Lugar.

135. Pedro Inácio Pinheiro
136. Sílvio M. Lopes
137. Celso M. Rufino
138. Sebastião G. Luciano
139. Orlando L. Geraldo
140. Arante J. Rabelo
141. Hirino Gomes
142. Olício da S. Gomes
143. Paulino M. Nunes
144. Duque S. Gaspar
145. Zilto S. Ataíde
146. Aroldo Carvalho
147. Eduardo J. Rabelo
148. Sildo S. Doroteio
149. Alfredo Q. Geraldo
150. Oscar M. Z. Luciano.**T.I. Vui-uata-in, Maraitá e S.Fco. do Canimari**

Aldeias: Canimaru e Nova Itália

151. Juvenal A. Augusto
152. Manuel C. Mendes Rabelo
153. Deolindo Líbano
154. Zenóbio Sales
155. José dos Santos.**Associação das Mulheres Ticuna (Amit) (Reunião da CGTT).**Aldeias: Cajari II, Vendaval, Filadélfia e Porto Cordeirinho.

156. Carmem
157. Judina
158. Josiane
159. Juliane
160. Izelina
161. Maria
162. Chica

**REUNIÃO DA FOCCITTT.I. Évare I, Évare II, Umariáçu, Feijoal**

Aldeias: Ourique, Emaú, Cidade Nova, Supão, Vendaval, Umariáçu.

163. Aureliano Mendes Gabriel
164. Duque L. Araújo
165. Elson J. Felix
166. Maciel Tauana
167. Paulo H. Mendes

168. Amauri Parente Forte
169. Avelino Mendes
170. Pedro Mendes Gabriel
171. Rosindo Ramos Matos
172. Ossolino Itero Gabriel
- 173. Francisco da Cruz Mendes.T.I. Santo Antônio, Bom Intento, Porto Espiritual, São Leopoldo, Lauro Sodré e Umariçu**

Aldeias: Filadélfia, Bom Caminho, Bom Jardim, Porto Cordeirinho, Bom Intento, Novo Paraíso, Porto Espiritual, Vida Nova, São Leopoldo, Porto Lima, S. Francisco, Bom Pastor I, Lauro Sodré, São João de Veneza, Guanabara III, São Luiz, Umariçu I, Umariçu II.

174. Atos F. Vasques
175. Floriano Pinto de Souza
176. Alcila Joaquim Estevão
177. Augusto F. Dique
178. Dudu Moçambique
179. Manoel Pereira Santos
180. Juvenal Lisbão Galdino
181. Leôncio Fernandes Pinto
182. Valdir Manduca Ramos
183. Porfírio Joanico Clemente
184. Francisco Moiarare Pissango Filho
185. Augusto Manoel Pinheiro
186. Reginaldo Sebastião Miguel
187. Álvaro Bastos Auate
188. Aldemício Suzano Bastos (Adir)
189. Júlio Pedro Almeida Filho.

#### **T.I. Feijoal**

Aldeia: Feijoal

190. Esmeraldo Bastos
191. Isabel Fernandes (Filadelfia)
192. Leonardo Manoel
193. Abelito Fernandes
194. Bichara Ramos
195. Gilberto Fernandes
196. Jukio Angarito
197. Juvita Augustinho
198. Alipe Fernandes
199. Ozébio Feli
200. Abelardo Lourenço
201. Bichara André
202. Sildomar F. de Almeida
203. Nazita Fernandes
204. Maria Mendes
205. Luzia Daniel
206. Undino Pedrosa
207. Lalita de Almeida
208. Adney Francisco José
209. Pitásio A. Pacajo
210. Valdir Almeida
211. Sebastião Cândido

212. Plínio Florentino
213. Daniel Felix
214. Cicílio Torres
215. Jadio André Florentino
216. Eduardo Caetano
217. Jorge Manoel Pedro
218. Ernesto João Fernando
219. Edir Gomes Ramos
220. Cândido Augustinho Felix
221. J. Bentes de Almeida
222. J. Reno Cecílio
223. Calisto Parente. **T.I. Vui- uata-in, Betânia, Feijoal, Évare I e Nova Esperança** Aldeias: Umarirana, Betânia, Monte das Oliveiras, Canaã, Vista Alegre, Gaspar (Nova Esperança) e Varvener (?).
224. João Pereira
225. Irineu Manduca
226. Francisco Manduca
227. Fernando Chico Miguel
228. Manoel Santos
229. Quirino Santiago
230. Giovenzo Chico Miguel
231. Edson Felipe da Costa
232. Cesário Marco Ramos
233. Ovídio Manoel Inácio
234. Rufino Ovídio
235. Benigno Elautério
236. Jeremias Avelino Elautério
237. Augusto Paulo Rosindo
238. Nascimento Candido Luiz
239. Manoel Salvador
240. Otávio Gonzaga
241. Malaquias Manoel Sales
242. Elis Isaac. **T.I. Évare I e Évare II** Aldeias: Campo Alegre, Bom Jesus, N. S. Nazaré, Paranapara I, Vila Bahia.
243. Adércio Custódio Manuel
244. Nelson Pedrosa Mariano
245. Augusto Basílio José
246. Abdão Salvador Gomes
247. Alfredo Guimarães Castro
248. Berezinho Anastácio
249. Manduquinho Guedes Batalha
250. Filadelfo Bartolomeu Olímpio.

## 10.2. RELATÓRIO DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS PARA OS ÍNDIOS MAKU NADÖB DO RIO JAPURÁ

*Jorge Pozzobon, agosto de 1998.*

---

### 1. INTRODUÇÃO

---

Tendo em vista a vasta extensão do Corredor Central da Amazônia, decidiu-se, em reunião realizada no dia 11 de junho de 1998 no escritório do Banco Mundial em Brasília, dividi-lo em quatro núcleos populacionais distintos, a saber, os Waimiri-Atroari e outros índios da banda leste do corredor, cuja consulta ficou sob a responsabilidade de Márcio Santilli; os índios do médio Solimões, cuja consulta tocou a Deborah Lima e a mim;<sup>1</sup> os índios do alto Solimões, cuja consulta ficou sob a responsabilidade de Deborah Lima e os índios da bacia do Japurá, consultados por mim.

A parte referente ao médio Solimões será abordada no relatório de Deborah Lima, contendo dados levantados por nós dois entre 11 e 13 de julho de 1998, em Barreira da Missão (Tefé, AM). Nesta ocasião tivemos oportunidade de entrar em contato com índios de duas terras indígenas do baixo Rio Japurá (Cuiú-Cuiú e Maraã/Urubaxi), que estavam presentes em Barreira da Missão a convite da Uni-Tefé. Em virtude disso, não me foi necessário visitar outras terras indígenas do Japurá além da TI Paraná Boá-Boá, habitada pelos Maku do subgrupo Nadöb.

Inicialmente, eu previa uma estada de 10 dias entre os Maku, pois, sendo pouco sedentários em função da grande importância que dão à caça, é freqüente que as famílias de uma aldeia estejam espalhadas simultaneamente em vários acampamentos de caça, de modo que para visitar todos os habitantes, o pesquisador é obrigado a cobrir vários quilômetros em trilhas ou cursos d'água. Felizmente, os Maku do Japurá estavam reunidos na aldeia do lago do Jutai para o ritual da distribuição da farinha (veja adiante), de modo que em quatro dias de trabalho, isto é, de 17 a 20 de julho, foi possível realizar a consulta.

Esta, segundo os Termos de Referência do Projeto Corredores Ecológicos, tinha dois objetivos principais, quais sejam, (1) informar os índios sobre o Projeto, enfatizando a conservação da biodiversidade em larga escala para o usufruto indígena dos recursos naturais existentes em suas terras e (2) levantar informações disponíveis sobre o contexto sócio-econômico e ambiental das terras indígenas e do entorno, tendo em vista a preparação e a implementação de estratégias de conservação e de manejo comunitário, a serem desenvolvidas em parceria com as populações indígenas durante a efetividade do projeto.

---

<sup>1</sup> Veja Lima (1998: 3 et passim).



Figura 1. Índio Maku fazendo fogo (foto tirada por mim em julho de 1997): bate-se um pedaço de cristal de quartzo na ponta do terçado; as faíscas caem num talo de bambu que o índio prende entre as pernas; dentro do talo há pó de tururi, que logo pega fogo.

O contato entre os Maku e a sociedade nacional é marcado por um ritmo lento intermitente. Assim, qualquer processo de consulta a eles deve ser realizado com muita cautela, pois, sendo bastante precário seu conhecimento sobre a economia de mercado, é desaconselhável aplicar a eles a mesma metodologia usada em Barreira da Missão, onde os índios participam há vários anos do comércio local e regional. Nas reuniões mantidas com os Nadöb do Paraná Boá-Boá, as questões relevantes para a consulta tiveram de ser abordadas de modo indireto e informal. Em particular, o fato de vagarem freqüentemente entre o Rio Negro e o Rio Japurá — algo que eles sabem ser um traço



cultural que os diferencia dos outros índios da região — serviu de leit motiv para minha explicação dos conceitos de corredor ecológico e conectividade.

Nas páginas que seguem, deverei inicialmente caracterizar o trabalho de campo. A seguir, faço uma exposição sobre a especificidade dos índios Nadöb, com vistas à questão da conectividade. Feito isto, passo aos resultados do levantamento socioambiental, abordando questões como: atividades econômicas tradicionais e comercialização; escassez de recursos e eventuais conflitos com habitantes do entorno; demandas indígenas quanto à fiscalização do território e quanto à aquisição de mercadorias. Segue-se uma avaliação das relações entre os Nadöb e a sociedade envolvente, com vistas a possíveis parcerias. Após apresentar as propostas surgidas na discussão com os índios e setores envolvidos da sociedade regional, o relatório termina com algumas recomendações.

---

## 2. O TRABALHO DE CAMPO ENTRE OS MAKU

---

Para apresentar a proposta de criação dos Corredores Ecológicos aos Maku do Paraná Boá-Boá, fizemos três reuniões onde esteve presente a totalidade dos 24 grupos domésticos<sup>2</sup> que habitam a terra indígena Paraná Boá-Boá. Dado que se expressam melhor que suas esposas em português, a participação dos homens foi mais intensa. Por outro lado, meus conhecimentos da língua Hupda (uma das seis línguas que compõem a família lingüística Maku, menos distante do Nadöb do que eu mesmo suponha) propiciaram contatos informais com mulheres e homens mais velhos, o que aumentou seu interesse no que eu tinha a dizer.<sup>3</sup>

Essas três reuniões foram realizadas nos dias 17, 18 e 19 de julho numa aldeia denominada Lago do Jutaí, onde moram todos os Maku do Paraná Boá-Boá quando não estão espalhados pelos cerca de 20 acampamentos de caça que mantêm dentro da terra indígena.

Por razões de padronização, procurei seguir, tanto quanto possível, o roteiro geral já empregado pela equipe de consultores em Barreira da Missão, porém o andamento foi constantemente interrompido pelos preparativos do ritual de distribuição de farinha (realizado na noite do dia 18). Isto envolvia freqüentes excursões masculinas na floresta em busca de caça e peixe, bem como o preparo de instrumentos musicais. Ademais, era difícil convencê-los a interromper as “fofocas” sobre a festa, tanto na véspera quanto nos dias que se seguiram. Por fim, houve um jogo de futebol entre os Maku e os regionais da comunidade de Saracura, situada na margem esquerda do Japurá, à jusante da “boca de cima” do Paraná Boá-Boá.

Para se ter uma idéia do caráter descontínuo das reuniões, leve-se em conta o fato de que os Maku constituem comunidades tradicionalmente anárquicas, em que o índio apontado como “chefe” cumpre muito mais o papel de se apresentar como tal aos forasteiros do que o de um organizador da vida coletiva.

---

<sup>2</sup> Grupo doméstico = família nuclear eventualmente acrescida de algum parente viúvo ou solteiro do marido ou da esposa. Cada grupo doméstico Maku tem sua própria cozinha. Alguns moram em casas separadas, porém a maior parte divide a mesma casa com dois ou três outros grupos domésticos aparentados entre si por laços de consangüinidade ou de afinidade.

<sup>3</sup> A consulta aos Nadöb do Paraná Boá-Boá só contou com a minha presença, não havendo representantes da FUNAI ou do IBAMA que me acompanhassem. Já a consulta aos outros povos indígenas do Japurá (Cf. Lima, 1998: 3), ocorrida em Barreira da Missão entre 11 e 13 de julho de 1998, contou, além de mim, com a presença da antropóloga Deborah Lima, responsável pela consulta aos povos indígenas do baixo e alto Solimões, bem como da antropóloga Ana Costa (Funai/Pptal - Brasília) e do geólogo Leonardo Resende (Departamento de Meio Ambiente/Funai - Brasília).

No primeiro dia (tarde de 17 de julho), apresentei os aspectos mais relevantes do Projeto e suas conseqüências para os povos indígenas. Tal como em Barreira da Missão, as explicações foram ilustradas com a apresentação de um mapa elaborado pelo ISA, contendo a localização dos corredores ecológicos planejados e do Corredor Central da Amazônia. Enfatizei a noção de conectividade e seu significado especial para os Maku, já que eles ocupam áreas interfluviais. Distribuí o material de divulgação do Projeto, o que não surtiu muito efeito, dado o precário conhecimento do português escrito e das questões ambientais mais abrangentes, além do caráter usualmente dispersivo do cotidiano Maku.

A exemplo do que havia sido feito em Barreira da Missão, tentei explicar a dimensão e a especificidade dos projetos a serem financiados pelo PCE, porém a inexperiência que estes índios têm na elaboração de projetos tornou bastante difícil a compreensão da diferença entre projetos comunitários (a serem financiados pelo PPTAL, no componente PDI) e projetos integrados de preservação ambiental (a serem financiados pelo PCE). A linguagem em que se expressa essa diferença requer melhor conhecimento de português e um mínimo de experiência acumulada na elaboração e execução de projetos.

Face a essas dificuldades, no dia seguinte (18 de julho) passei diretamente ao levantamento sócio-econômico da comunidade, na esperança de que a discussão sobre as informações recolhidas desse oportunidade para explicar melhor a noção de corredor ecológico. Efetivamente, foi o que ocorreu: o diálogo que mantivemos sobre suas atividades diárias de subsistência ensejou a discussão sobre o papel dos corredores. A reunião durou da manhã até o meio da tarde, com as devidas pausas para refeições. Por volta das 16 h, já não foi mais possível mantê-los reunidos, pois estavam já bastante excitados com a perspectiva da festa.

Devido à festa, que durou até o amanhecer do 19 de julho, todos dormiram quase até o meio dia. E pelo meio da tarde, houve o jogo de futebol entre os Maku e os regionais de Saracura. Dois jogos, na verdade: mulheres Maku x mulheres de Saracura e homens Maku x homens de Saracura. Mesmo assim, ainda foi possível realizar uma reunião, desta vez envolvendo índios e não-índios. Procurei enfatizar os pontos de comum interesse entre ambas as partes e creio que dessa conversa, como veremos adiante, poderá surgir uma efetiva parceria.

No dia 20 de julho, antes de iniciar a viagem de volta a Tefé, ainda foi possível realizar uma pequena reunião com alguns Maku e os habitantes de Saracura, a fim de esclarecer dúvidas e fixar as principais idéias concernentes aos corredores ecológicos.

Após o trabalho com os Nadöb do Boá-Boá, mantive reuniões com a diretoria da Uni-Tefé e com os funcionários do Posto Indígena da FUNAI em Tefé, a fim de trocar informações sobre a situação dos Maku (volto ao assunto mais adiante).

Lamentavelmente, não foi possível atravessar a pé da TI Paraná Boá-Boá para a TI Uneiuxi, também habitada pelos Maku Nadöb e incluída no Corredor Central da Amazônia. O varadouro que liga as duas terras indígenas é muito extenso: envolve quatro dias de caminhada da aldeia do Lago Jutai até o Rio Uneiuxi, já dentro da TI Uneiuxi. Antigamente, havia uma aldeia Nadöb na boca deste caminho, na margem direita do Uneiuxi. Porém, os habitantes se mudaram para uma aldeia chamada Roçado, que fica a dois dias e meio (a remo) à jusante da boca do caminho. Não havendo mais aldeia na boca do caminho, o viajante, após caminhar por quatro dias, ficaria indefinidamente num lugar desabitado à espera de uma eventual embarcação que o conduzisse por mais dois dias e meio até a aldeia Roçado. Como alternativa, poder-se-ia construir uma jangada e descer o Uneiuxi ao sabor das águas, o que exigiria de seis a oito dias de viagem. Isto envolveria demasiada perda de tempo para um resultado incerto, posto que os Nadöb da TI Uneiuxi poderiam não estar no Roçado, mas

espalhados em seus vários acampamentos de caça e pesca. Felizmente, os Nadöb do Boá-Boá mantêm contatos freqüentes com os do Uneiuxi. Disseram-me os primeiros que vão contar tudo sobre o corredor para seus “parentes do Uneiuxi”. Porém, isto não exclui, num futuro próximo, uma visita à TI Uneiuxi com o fito de divulgar o projeto. Nesta ocasião, poder-se-ia fazer o caminho inverso: começar pela TI Uneiuxi e varar de lá, a remo e depois a pé, para a TI Paraná Boá-Boá, onde não ocorreria o problema de falta de embarcação, dado que, vindo do Rio Uneiuxi, o caminho corre inteiramente por terra firme e desemboca diretamente na aldeia do Lago Jutaí, onde moram os Nadöb do Boá-Boá.

---

### 3. OS NADÖB, OS DEMAIS MAKU E A CONECTIVIDADE

---

Os Nadöb formam um dos seis grupos da família lingüística Maku. De noroeste para sudeste, temos os seguintes grupos:

1. **Nukak**, no divisor d'águas entre os rios Guaviare e Inírida, na Colômbia.
2. **Bara** ou **Kakwa**, no divisor d'águas entre os rios Vaupés e Papuri, na Colômbia.
3. **Hupda**, no divisor d'águas entre os rios Papuri e Tiquiê, no Brasil.
4. **Yuhupde**, no divisor d'águas entre os rios Tiquiê e Traíra, no Brasil.
5. **Dow**, no divisor d'águas entre os rios Curicuriari e Negro, no Brasil.
6. **Nadöb**, no divisor d'águas entre os rios Negro e Japurá, no Brasil.

Dos grupos brasileiros, dois (Hupda e Yuhup) se distribuem entre as TIs Alto Rio Negro e Rio Apapóris; um outro (Dow) habita inteiramente dentro da TI Médio Rio Negro I. Quanto aos Nadöb, há um subgrupo na TI Rio Têa, outro na TI Rio Uneiuxi e um outro na TI Paraná Boá-Boá.<sup>4</sup> Como se vê, apenas os dois últimos subgrupos Nadöb (TI Uneiuxi e TI Paraná Boá-Boá) estão dentro dos limites previstos para o Corredor Central da Amazônia. O restante dos Maku brasileiros se encontra inteiramente dentro dos limites previstos para o Corredor do Norte da Amazônia.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Quanto aos Nadöb que moram na TI Maraã/Urubaxi, soube pelos Nadöb do Boá-Boá que são apenas dois indivíduos, uma mulher e um seu primo, ambos casados com indivíduos Kanamari.

<sup>5</sup> Veja ISA (1998).

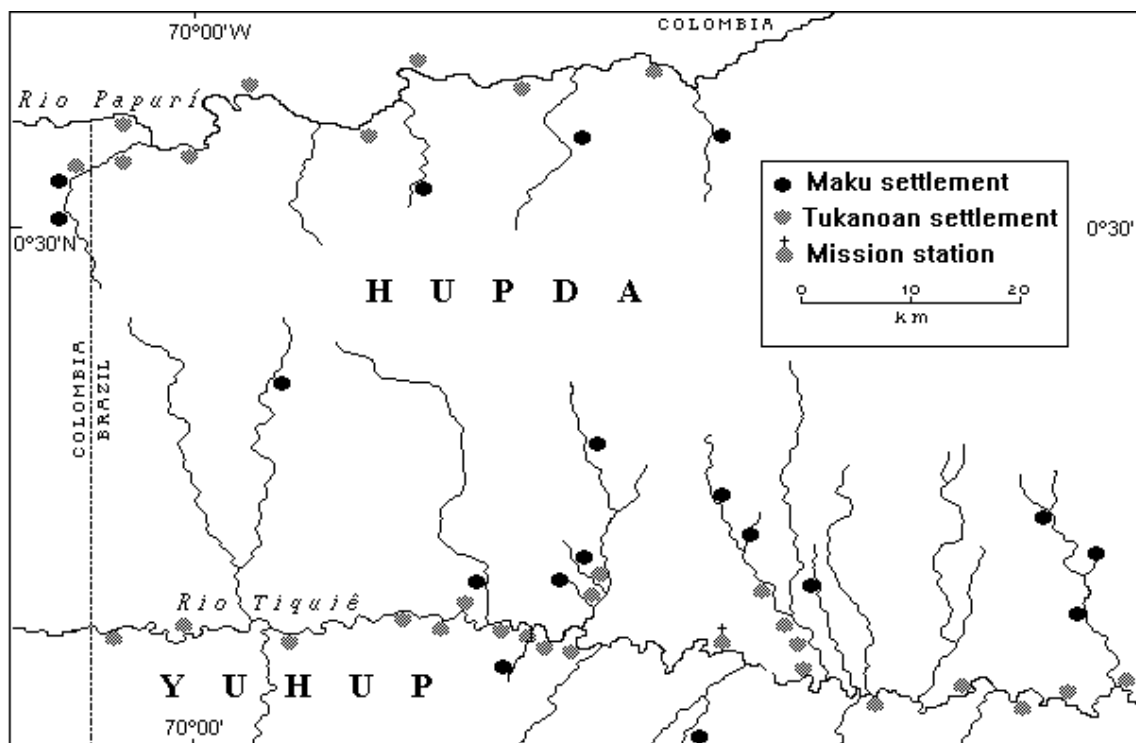


Figura 2. Algumas aldeias Tukano e Maku (Hupda) na região do alto Rio Negro. Os círculos representam a grosso modo os territórios de caça em torno das aldeias Maku (Pozzobon, 1997).

Já é lugar comum na etnologia do noroeste da Amazônia opor a orientação ribeirinha dos Tukano e Aruak — povos indígenas numericamente majoritários na região — à orientação florestal dos Maku. Estes últimos são definitivamente índios de terra firme, habitantes de divisores d'água. O contraste se deve a dois tipos distintos de economia e adaptação ao meio ambiente. Enquanto os Tukano sobrevivem quase que exclusivamente da roça de mandioca e da pesca, os Maku têm uma economia centrada na caça e na coleta. Em consequência, suas plantações são de tamanho mais modesto e suas aldeias costumam ser menores e mais móveis.

Na região do Rio Negro, as aldeias Maku têm em média 25 habitantes, isto é, uma média de cinco ou seis caçadores por aldeia (só os homens caçam regularmente). Em geral, esse pequeno grupo de caçadores faz suas excursões diárias de caça num raio de 7 a 10 km em volta da aldeia, o que implica em caminhadas de quatro a cinco horas, ida e volta. Enquanto isso, suas esposas trabalham nas roças de mandioca, nas proximidades da aldeia.

Quando as excursões diárias de caça começam a dar magros resultados — o que em geral coincide com as reclamações das mulheres a respeito da preguiça de seus maridos e com um aumento generalizado das tensões entre os habitantes da aldeia —, os grupos domésticos podem decidir se dispersar nos vários acampamentos de caça que mantêm no mesmo perímetro onde os homens fazem suas excursões diárias de caça. Isto ocorre em média a cada dois ou três meses.

A estadia num acampamento de caça pode durar de alguns dias a um mês, aproximadamente. Dado que os grupos domésticos ficam dispersos em vários acampamentos ao mesmo tempo e que se multiplicam deste modo os pontos de onde partem os caçadores, estes, em poucos dias, produzem muito mais carne de caça do que suas famílias são capazes de consumir. A caça é então defumada para o consumo posterior ou para trocar com os Tukano por farinha de mandioca, ipadu ou ainda

produtos industrializados de segunda mão (terçados, facas, anzóis, fósforos, etc.), aos quais estes últimos têm mais acesso por serem ribeirinhos. Os Maku do Rio Negro se caracterizam, assim, por uma relativa mobilidade espacial, alternando suas atividades econômicas em três ambientes distintos e complementares: suas próprias aldeias, os acampamentos de caça em plena floresta virgem e as aldeias Tukano.<sup>6</sup>

Os Nadöb diferem dos demais Maku em alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, eles não têm índios ribeirinhos na vizinhança, de modo que não estabelecem relações intertribais de troca. Ademais, desde há muito se sabe que suas aldeias são bem mais populosas e suas roças bem maiores do que as roças dos Maku do Rio Negro.<sup>7</sup> As notícias a este respeito datam de épocas bem anteriores à presença de missionários entre os Nadöb.<sup>8</sup> Portanto, não se pode atribuir o maior tamanho de suas aldeias e roças a influências missionárias.

ALDEIA	TERRA INDÍGENA	POPULAÇÃO	FONTE
Lago do Jutai	Paraná Boá-Boá	107	Pozzobon, 1998
Roçado + Terra Comprida	Rio Uneiuxi	350	ISA, 1996
Uaicoari	Rio Têa	30	Meira, Oliveira e Pozzobon, 1994
Bom Jardim	Rio Têa	160	Meira, Oliveira e Pozzobon, 1994
<b>Total</b>		<b>647</b>	

A população atual das aldeias Nadöb pode ser visualizada na tabela acima. A média é de 129,4 habitantes por aldeia, o que representa simplesmente cinco vezes mais do que a média das aldeias Maku no alto Rio Negro. Quanto ao tamanho das roças Nadöb, eu mesmo tive a oportunidade de medir seis delas no dia 18 de julho do corrente. Tal como entre os Maku do alto Rio Negro, cada grupo doméstico Nadöb mantém uma ou duas roças, a depender do número de pessoas que compõem o grupo doméstico. No entanto, as roças Nadöb são bem maiores: enquanto as roças dos demais Maku medem no máximo 0,5 ha, as dos Nadöb têm cerca de 1 ha — nada menos que o dobro.

Em vista do maior tamanho das aldeias e roças Nadöb, alguns autores levantaram a hipótese de que os demais Maku teriam sofrido um processo de perda progressiva da agricultura, ao passo que os Nadöb teriam mantido uma produtividade agrícola outrora comum a todos.<sup>9</sup> Minha estada entre os Nadöb, ainda que breve, permitiu levantar uma outra hipótese, que considero bem mais plausível (logo veremos o que isso tem a ver com os corredores ecológicos): não tendo mais índios ribeirinhos em sua vizinhança, de quem possam obter produtos agrícolas através das trocas intertribais, os Nadöb passaram a intensificar os trabalhos agrícolas.

<sup>6</sup> Cf. Pozzobon (1992), Silverwood-Cope (1990) e Reid (1979).

<sup>7</sup> Cf. Steward (1949), Shultz (1959), Münzel (1969).

<sup>8</sup> Linguístas-missionários do SIL começaram a atuar entre os Nadöb do Boá-Boá e do Uneiuxi por volta de 1973. Depois da saída do SIL, outros missionários protestantes se estabeleceram sucessivamente em ambas as Tís, como veremos adiante.

<sup>9</sup> Para uma discussão sobre o assunto, veja Reid (1979).

É muito provável que essas trocas existissem num passado não muito distante. Até o século XIX, no lado do Japurá, os Nadöb tinham vizinhos Yuri e Passé, de fala Aruak. No lado do Rio Negro, havia os Yabahana e outros, também de fala Aruak.<sup>10</sup> Não há outra explicação para a presença, entre os Nadöb, de alguns rituais de origem Aruak, que são praticados igualmente por todos os índios do alto Rio Negro, sejam eles Maku, Tukano ou Aruak.<sup>11</sup>

Ao intensificarem os trabalhos agrícolas, os Nadöb teriam logrado manter maiores concentrações humanas num mesmo local, daí serem maiores as suas aldeias. Esta é provavelmente a razão de apresentarem, relativamente aos outros Maku, algumas particularidades no que diz respeito à pesca, à caça e à mobilidade espacial.

Com relação à pesca, dado o despovoamento indígena ocorrido às margens do Japurá ao longo dos séculos XVIII e XIX,<sup>12</sup> os Nadöb passaram a ser os únicos índios a explorar os piscosos lagos situados na margem esquerda daquele rio, nas vizinhanças do Paraná Boá-Boá. Pelo que pude constatar em minha recente estadia, eles pescam bem mais do que os Maku do alto Rio Negro, distribuindo-se, sobretudo na estação seca (agosto a fevereiro), nos vários acampamentos de pesca que mantêm à beira desses lagos. Com relação à caça, eles mantêm cerca de 20 acampamentos distribuídos no divisor d'águas que separa o Japurá do Rio Uneiuxi. Ao realizarem suas expedições de caça, ocupando esses acampamentos independentemente da estação do ano, os Nadöb costumam cobrir distâncias bem maiores do que as distâncias percorridas pelos Maku no alto Rio Negro: ao passo que estes últimos realizam suas expedições de caça num raio de no máximo 10 km em torno das suas aldeias (veja acima, Figura 2), os Nadöb do Japurá mantêm acampamentos distantes até 50 km do local onde moram.<sup>13</sup>

Por outro lado, não são raras as visitas aos seus parentes do Uneiuxi, visitas estas em que aproveitam para caçar, pescar, coletar produtos da floresta e tomar conhecimento da localização atual das outras aldeias e seus acampamentos de caça. Além disso, são freqüentes os casamentos de pessoas nascidas no Boá-Boá com pessoas nascidas no Uneiuxi ou no Têa. Pelo que pude depreender das conversas que mantive com os moradores do Boá-Boá, **há um verdadeiro corredor Maku entre o Rio Japurá e o médio Rio Negro**, ligando a Terra Indígena Paraná Boá-Boá à Terra Indígena Uneiuxi e esta última à Terra Indígena Rio Têa.

Este fato tem implicações de muita importância para os corredores ecológicos. Mostra, em primeiro lugar, que o Coordenador da Consulta às Comunidades Indígenas estava certo ao incluir no mesmo corredor — no caso, o Corredor Central — as TIs Paraná Boá-Boá e Uneiuxi. Mas mostra também que o Corredor Central se liga ao Corredor Norte por meio dos Maku. Observe-se que a TI Rio Têa, incluída neste último corredor, não é contígua às outras TIs Nadöb, sendo delas separada por um trecho de floresta de apenas 20 km de largura sem qualquer definição jurídica.<sup>14</sup> Em outras palavras, há um aparente vazio fundiário entre os dois corredores, vazio este que os Maku ocupam em suas excursões de longo alcance. Se há uma **conectividade de fato**, dada pela presença Maku no

---

<sup>10</sup> Cf. Nimuendaju (1941).

<sup>11</sup> Ao retomar mais adiante a questão da conectividade, volto ao tema dos rituais em comum com os índios do Rio Negro.

<sup>12</sup> Cf. Tastevín (1923).

<sup>13</sup> Não estive pessoalmente nos acampamentos Nadöb, mas, conhecendo bem os acampamentos e os ritmos dos outros Maku, pude fazer o cálculo das distâncias comparando as horas de caminhada que me informaram os Nadöb.

<sup>14</sup> Cf. ISA (1998).

interstício entre os dois corredores, talvez seja conveniente estabelecer uma **conexão de direito**, criando nesse interstício uma unidade de conservação.<sup>15</sup>

Acrescente-se que a conexão referida acima não se restringe apenas à continuidade geográfica e ecológica entre os Nadöb do Japurá e os Nadöb do Rio Negro. Ela se estende a vários aspectos da cultura nativa, que demonstram serem os Nadöb do Japurá parte integrante da extensa e rica área cultural rio-negrina. Eis algumas evidências:

- **Proximidade entre as línguas Maku.** Todos os sub-grupos Maku falam línguas pertencentes sem dúvida alguma à mesma família lingüística, cujas afinidades com outras famílias ainda não foi provada. A princípio, pensava-se que as diferenças entre as línguas Maku fossem grandes (Cf. Pozzobon, 1992: 242). Em minha estada entre os Nadöb, verifiquei que sua língua é bastante próxima do Hupda, que conheço razoavelmente. Compare-se as alocações seguintes (tradução literal: “velho conhece essa música”):

wuhudn keyey tu nyaam (em Hupda)

wuhu makaya tu yamba (em Nadöb)

É evidente que todas as palavras possuem as mesmas raízes.

- **Itens da cultura material Maku presentes entre os Nadöb do Japurá.** Todos os subgrupos Maku, inclusive os Nadöb, confeccionam o aturá, um cesto cargueiro muito resistente, trançado com cipó titica. Na região do Rio Negro, os Maku trocam esses cestos por produtos agrícolas fornecidos pelos índios não-Maku, de modo que os aturás podem ser vistos em todas as aldeias rio-negrinas, embora só os Maku os confeccionem. Na verdade, é uma espécie de signo de identidade étnica Maku. Outro exemplo: todos os subgrupos Maku são conhecidos como excelentes fabricantes de zarabatana e curare. Os aturás, as zarabatanas e o curare são confeccionados segundo técnicas idênticas, tanto pelos Maku do alto Rio Negro quanto pelos Nadöb.
- **Itens da cultura material rio-negrina presentes entre os Nadöb do Japurá.** Os Nadöb do Japurá, os Nadöb do Rio Negro e todos os demais Maku aprenderam com os índios ribeirinhos (Tukano e Aruak) a confeccionar e usar alguns itens muito importantes do ponto de vista ritual: flautas de osso de veado, flautas de casco de jabuti, trombetas do ritual jurupari (de iniciação dos jovens), bastões de dança do caapi (alucinógeno usado em rituais de cura e benzimento). Embora já não tenham mais índios ribeirinhos em sua vizinhança, os Nadöb do Japurá continuam fabricando todos esses itens segundo técnicas idênticas àquelas empregadas pelos Tukano e Aruak do Rio Negro. Até os padrões decorativos dos instrumentos musicais são os mesmos.
- **Rituais de origem rio-negrina presentes entre os Nadöb Japurá.** Os rituais correspondentes aos instrumentos referidos acima são praticados até hoje pelos Nadöb. Tive a oportunidade de presenciar a dança do caapi, executada na festa da farinha durante a madrugada do dia 19 de julho do corrente. Pude constatar que a dança Nadöb do caapi em pouca coisa difere da dança Tukano, que eu já havia presenciado em outros trabalhos de campo. Porém, o mais curioso foi perceber a semelhança de certas palavras mágicas:

Caapi mari, pi mari, mariyeyo (canto Tukano)

---

<sup>15</sup> Volto ao assunto.

### Mi yaya, mi yaya, mariyeyo (canto Nadöb)

Essas palavras se difundiram de tal forma que se encontram nos cantos Tukano, Aruak, Maku do alto Rio Negro (Bara, Hupda, Yuhup, Dow), bem como nos cantos dos Nadöb do Rio Negro e dos Nadöb do Japurá, embora as línguas da família Tukano e Aruak nada tenham em comum entre si ou com as línguas da família Maku.

Todos esses exemplos atestam o vigor dos laços histórico-culturais que ligam os Nadöb do Japurá às populações indígenas do Rio Negro, sejam elas Maku ou não. Talvez seja necessário falar em conectividade cultural, já que no caso dos humanos os laços culturais costumam dar sentido e cimentar os laços ecológicos que se estabelecem entre os diferentes segmentos de uma população.

## 4. SURVEY SOCIOAMBIENTAL DA TI PARANÁ BOÁ-BOÁ

### 4.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A TERRA INDÍGENA E SUA POPULAÇÃO

Trata-se de uma Terra Indígena delimitada em setembro de 1993, demarcada em agosto de 1997 e homologada em novembro de 1997 (Decreto de Homologação s. n. de 03/11/1997), possuindo um perímetro de 264 km e uma superfície de 240.546 ha.<sup>16</sup> Localiza-se entre a margem esquerda do médio Rio Japurá e a margem direita do alto Rio Uneixi, numa área sob a jurisdição do Município de Japurá (capital: Limoeiro), no Estado do Amazonas.

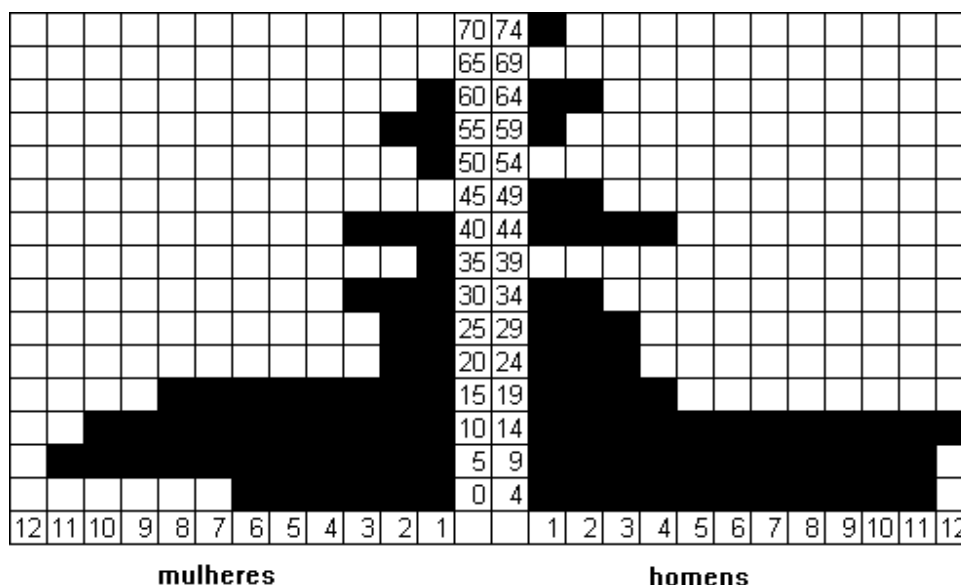


Figura 3. Pirâmide etária da população da TI Paraná Boá-Boá (cada quadrícula representa um indivíduo)

A população atual, de 107 indivíduos, pertence majoritariamente à etnia Maku do subgrupo Nadöb, embora haja quatro indivíduos Kanamari originários da TI Maraã/Urubaxi, cujos cônjuges são Nadöb nascidos no local. A pirâmide etária acima, construída a partir das fichas de vacinação da FNS, dá

<sup>16</sup> Cf. PPTAL (1998).



uma imagem do estado atual dessa população.<sup>17</sup> Percebe-se imediatamente o grande número de indivíduos abaixo dos 15-19 anos, o que pode significar tanto uma melhora recente nas condições de saúde (atribuível em parte às vacinações) quanto a emigração de adultos (suspeita confirmada pelas informações dos habitantes, segundo as quais vários teriam ido viver nos lados do Uneixi). Esses 107 cidadãos vivem todos numa única aldeia, localizada às margens do Lago Jutai, que, por sua vez, é formado pelo desaguadouro do igarapé homônimo e se liga por um “furo” curto ao Paraná Boá-Boá.<sup>18</sup> A aldeia Nadöb leva o nome de Lago do Jutai.



Figura 4. A Terra Indígena Paraná Boá-Boá (esboço feito a partir de ISA, 1977, escala 1:250.000)

Em geral, o ambiente é de terra firme, embora se encontrem trechos de várzea na margem do Japurá, naturalmente. A própria aldeia está em terra firme (as margens do Lago Jutai são bastante altas). Os Nadöb, como os outros Maku, dão maior preferência à terra firme, embora também freqüentem as margens do Japurá, sobretudo quando se deslocam da aldeia para os lagos que se ligam diretamente a esse rio, situados à montante da boca superior do Paraná Boá-Boá, ainda dentro da terra indígena (veja o mapa acima). Em torno dos lagos mencionados, o ambiente também é de terra firme.

#### Equipamentos disponíveis na comunidade:

<sup>17</sup> As fichas, em poder de um monitor Nadöb de saúde treinado por funcionários da Missão Novas Tribos do Brasil, são datadas de 1994, 1996 e 1998. Conferi com os Nadöb ficha por ficha, a fim de excluir os falecidos e de atualizar as idades dos sobreviventes. Nas fichas, a idade de muitos havia sido presumida pelos técnicos da FNS. Outros tantos (26 mulheres e 24 homens) possuíam registros de nascimento lavrados no Município de Japurá. Porém, em vários casos as idades também haviam sido presumidas.

<sup>18</sup> No mapa do RADAM e no do ISA, 1997, o Paraná Boá-Boá aparece com o estranho nome de Paraná Mirim Piraiauara, totalmente desconhecido na região.

- Embarcação com capacidade para 4 toneladas, provida de motor de centro de 10 HP, doado pela prefeitura de Japurá (capital, Limoeiro), na gestão anterior. Na época de minha visita, esta embarcação estava com o motor avariado e se encontrava em Tefé, para reparos custeados pela FUNAI. Mas quando está com os índios, eles a usam para colocar seus produtos no mercado de Limoeiro. O prefeito atual costuma fornecer manutenção e combustível.
- Farmácia fornecida pela Missão Novas Tribos do Brasil. O Posto Indígena da FUNAI em Tefé costuma manter atualizados os remédios. Há um monitor Nadöb de saúde.
- 24 casas de moradia dos índios, equipadas com teto de zinco obtido junto à Missão Novas Tribos. Além destas, há duas casas de missionários providas de telas anti-insetos. Atualmente, os missionários não estão no local, devido a terem contraído sucessivas malárias.
- Um gerador de luz doado pelos ribeirinhos habitantes da comunidade de Saracura.
- Um caitetu (ralador de mandioca, acoplável ao motor que movimenta o gerador de luz). Doado pelos missionários da NTB.
- Um aparelho de televisão, um decodificador e uma antena parabólica, que os Maku compraram com a renda da venda de um lote de zarabatanas. A TV funciona razoavelmente. Não é raro ver os habitantes assistindo novelas da rede Globo no início da noite.
- Um campo de pouso, que os índios construíram para a Missão Novas Tribos a troco de ferramentas e telhados de zinco para suas casas. O aeródromo, atualmente transformado em campo de futebol, foi interditado pelo então chefe de posto da FUNAI em Tefé, há cerca de seis anos. A parte que não é usada para o futebol já foi tomada pela vegetação secundária. Os helicópteros com as equipes da FNS descem no campo de futebol.

#### 4.2. ATIVIDADES ECONÔMICAS TRADICIONAIS E COMERCIALIZAÇÃO

- **Caça.** Principais produtos (em ordem decrescente de importância na composição da dieta): queixada, cateto, macacos, mutum, jacamim e outras aves, paca, cotia, tatu, anta, veado. As armas utilizadas são o arco e flecha, a zarabatana envenenada com curare, o porrete, bem como as armas de fogo que obtêm dos brancos (14 grupos domésticos possuem espingardas).<sup>19</sup> O tamanho das equipes de caça depende do animal perseguido: aves em geral, macacos, cotias, tatus, antas e veados são perseguidos solitariamente, aos pares ou aos trios; queixadas e catetos requerem equipes maiores, para encerrar os bandos e abater o maior número possível de indivíduos. A cotia e a paca são caçadas com ajuda de cachorros. As excursões diárias de caça, solitárias ou em grupo, são masculinas, porém a estadia nos acampamentos de caça envolve todo o grupo doméstico do caçador. A cada dois ou três meses, um grupo doméstico se estabelece num dos cerca de 20 acampamentos mantidos pelos habitantes da aldeia, distantes de 2 horas a um dia de caminhada. Alguns acampamentos se situam à beira dos lagos ligados ao Japurá (veja a Fig. 4, acima). Nesse caso, vai-se a eles de canoa. A permanência nos acampamentos varia de 2 ou 3 dias a um mês, dependendo da distância, da disponibilidade de caça. Numa situação típica, o visitante encontrará alguns grupos domésticos na aldeia, outros em acampamentos próximos, outros em acampamentos longínquos ou ainda atravessando o divisor d'águas entre o Japurá e o Rio Negro, para visitar os parentes de outras aldeias, caçar e pescar.

<sup>19</sup> Essas espingardas são as seguintes: uma cal. 36; três cal. 28; cinco cal. 20 e cinco cal. 16.

- **Pesca.** Principais produtos: matrinxã, pirarucu, pirapitinga, tambaqui, tucunaré, cará, traíra, pacu jumento, pacu galo, jaraqui, piaba, piranha, quelônios, jacaré (este último é considerado peixe pelos Maku). As técnicas utilizadas dependem do animal perseguido, bem como da estação do ano. Nas cheias (março a julho), a pesca é naturalmente menos praticada. Usa-se de preferência anzol e linha. Na seca (agosto a fevereiro), além do anzol e linha, usa-se o pulado, o espinhel, a zagaia e o timbó. O matrinxã, abundante na estação seca, principalmente em agosto, é motivo de um festejo coletivo que se repete a cada ano. Alguns dos acampamentos de caça, também são acampamentos de pesca, pois se situam à beira de lagos em plena terra firme, onde a caça é abundante. Os lagos, sobretudo o Lago Cumarú (veja Fig. 4, acima), são descritos como particularmente piscosos.
- **Coleta.** As excursões diárias de caça e pesca também são usadas para a coleta de alimentos (frutas selvagens, larvas, gafanhotos, castanha), matérias primas (cipó para os cestos, palhas e cascas de árvore para as casas, talos de embaúba para os instrumentos musicais; talos de paxiúba para as zarabatanas, etc.) ou remédios (certas cascas, raízes, ervas e parasitas). Porém, é durante as estadas nos acampamentos de caça e pesca que se coletam as maiores quantidades desses itens.
- **Agricultura.** Principais cultivares: mandioca, macaxeira, cará, batata doce, milho, cana de açúcar, taioba, banana, abacaxi, mamão, abiu, manga, açaí, bacaba, cuqui, curumã, pupunha, caju, abacate, laranja, limão, cupuaçu, tabaco. Os produtos da roça são cultivados segundo o método usual, de coivara. O trabalho de derrubada é masculino e coletivo, envolvendo homens de vários grupos domésticos. A colheita e a capina são praticadas pelos dois sexos e se restringem ao grupo doméstico proprietário da roça. Cada grupo doméstico, dependendo do número de seus componentes, mantém uma ou duas roças de 1 ha, em média, distantes no máximo de 2 h da aldeia.
- **Criações:** galinha (dos 24 grupos domésticos, cerca de 10 possuíam galinhas por ocasião da minha visita), porco (apenas um), pato.
- **Manufaturas tradicionais:** aturás, balaies, peneiras, tipitis, zarabatanas, vassouras, arco e flechas, chocalhos, flautas de osso, flautas de embaúba, trombetas de casca de turi, bastões de embaúba, esteiras, redes, etc.
- **Comercialização.** Principais produtos comercializados: castanha, farinha, abacaxi, banana, açaí, bacaba, cuqui, peixes, carne de caça, e manufaturas tradicionais (sobretudo aturás, balaies, vassouras, peneiras, tipitis e zarabatanas). Compradores: comerciantes de Limoeiro, de Maraã e de Tefé. Alguns ainda sobem os rios oferecendo produtos industrializados em troca de produtos regionais. Os Nadöb declararam que não são “fregueses” desses comerciantes, isto é, que não ficam devendo indefinidamente para os mesmos, segundo o sistema de “aviamento”, tradicional na Amazônia. Disseram já terem tido patrões na “época da seringa” (até o início dos anos 80 ainda era comprada), mas que agora já não querem mais trabalhar com patrões. Segundo declararam os moradores de Saracura, localidade ribeirinha do Japurá (veja Fig. 4, acima), os missionários das Novas Tribos do Brasil contribuíram muito para a quebra dos laços de dívida entre os Nadöb e os antigos patrões (veja adiante, seção sobre missionários). Atualmente, os Maku utilizam embarcação própria para colocar seus produtos no mercado em Limoeiro.

#### 4.3. PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS DA TI PARANÁ BOÁ-BOÁ

Dado o fim da demanda por borracha natural, as pressões atuais sobre a TI Paraná Boá-Boá se

resumem praticamente à pesca e à extração de madeira. Vejamos primeiro a pesca.

- **Pressão sobre os recursos pesqueiros.** Cerca de seis barcos pesqueiros, provenientes de Maraã, Tefé e Manaus, costumam explorar o Paraná Boá-Boá e os lagos circunvizinhos. Eles vêm ao local uma vez por ano, principalmente na época da desova do matrinxã (janeiro/fevereiro). Usam malhadeiras, de modo que capturam de tudo: fêmeas ovadas, machos, filhotes. Ora, o Paraná Boá-Boá define o limite meridional da terra indígena (veja Fig. 4), sendo que a margem direita está fora da mesma. Logo, não há direitos indígenas exclusivos sobre o paraná. Porém, os barcos exploram também os lagos que se encontram à montante e à jusante da aldeia Nadöb, praticando, portanto, o saque dos recursos naturais reservados aos índios. Além disso, os lagos que se ligam diretamente ao Japurá são explorados também pelos moradores de Limoeiro, particularmente o Lago Cumarú, tradicional fonte pesqueira para os Nadöb do Boá-Boá. Em vista disso, tanto no Paraná Boá-Boá quanto nos lagos, está diminuindo a população das seguintes espécies: matrinxã, tambaqui, pirarucu, pacu jumento, pacu galo e pirapitinga. Na época em que missionários das Novas Tribos habitavam entre os Maku em caráter permanente (voltarei ao assunto), havia maior controle, pois estes “não deixavam os peixeiros entrar.” Agora, a comunidade Nadöb está dividida: alguns membros são contra a presença de peixeiros, ao passo que outros favorecem a sua entrada em troca de produtos industriais (roupas, ferramentas, cartuchos).
- **Pressões sobre os recursos madeireiros.** Devido à maior presença de madeiras nobres em terra firme, a TI Paraná Boá-Boá, única área do médio Japurá com terras firmes bem próximas às margens, tem sido alvo de roubo de madeiras por parte das comunidades não-índias da várzea do Japurá e da cidade de Limoeiro. Em vista disso, as seguintes madeiras estão começando a escassear: miratauá, copaíba, jacareúba, inamuim, louro, andiroba e cedro. Três indivíduos de Limoeiro e cercanias, cada qual com sua equipe, costumam praticar este roubo com certa frequência, para vender o produto na cidade e nas comunidades ribeirinhas.

#### 4.4. DEMANDAS INDÍGENAS

Quando interrogados sobre o que pensam sobre o roubo de seus recursos naturais, os Nadöb em geral se mostram contrários, mesmo aqueles que eventualmente são acusados de facilitar a presença de pescadores e madeireiros. Há, portanto, uma certa demanda por fiscalização. Porém esta se choca à demanda indígena por mercadorias. Quando se trata de desejos coletivos, como o aparelho de televisão, adquirido com o resultado de um esforço comunitário na produção de um excedente comercial em zarabatanas, é possível um controle nativo espontâneo das pressões externas, dado que estas são mediadas pelos próprios índios. O problema reside nas demandas individuais. São estas que os madeireiros e peixeiros exploram quando querem obter autorização para a exploração desses recursos. Dado o caráter tradicionalmente anárquico das comunidades Maku, alguns dão autorização em benefício próprio e em detrimento dos outros. Não obstante, todos foram unânimes em declarar que se é questão de proteger a terra indígena, basta tomar as seguintes providências:

- Estabelecer um posto de vigilância em cada boca de lago, somando um total de 3 postos. De oeste para leste, na boca do Lago Cumarú, na boca do Jutá e na boca do lago à jusante deste último, cujo nome me escapou (veja Fig. 4). Esses três postos serviriam para controlar a pesca ilegal.
- Provê-los de um motor de rabeta, para que possam manter em contato os três postos e fiscalizar locais inatingíveis pela embarcação grande da comunidade. O motor de rabeta poderia fiscalizar também a presença de embarcações de madeireiros, que adentram a terra indígena tanto a partir

dos lagos, como a partir de certas barrancas altas à margem do Japurá.

- Aham que com a produção própria de artesanato, peixe, caça, castanha, cipó e vassouras podem comprar combustível. Porém, a cidade de Limoeiro passa por períodos de escassez de combustível, devido à constante demanda dos garimpeiros ilegalmente estabelecidos na RESEX Joami-Japurá. Dizem que é preciso provê-los de uma fonte segura de combustível, tanto para a embarcação comunitária, quanto para a embarcação de vigilância. No primeiro caso, trata-se de viabilizar a colocação de produtos Maku diretamente no mercado local, evitando com isto as alianças entre alguns deles e os invasores. No segundo caso, obviamente, trata-se de viabilizar a fiscalização.

---

## 5. OS NADÖB, A SOCIEDADE ENVOLVENTE E AS POSSIBILIDADES DE CONTROLE AMBIENTAL

---

Trata-se agora de apresentar algumas informações sobre as relações entre os Nadöb e a sociedade regional, a fim de identificar possíveis parcerias com vistas à preservação dos recursos naturais da terra indígena e seu entorno. Algumas dessas informações, tais como a demanda por educação e saúde, não dizem respeito diretamente à preservação ambiental. Mas foram mantidas porque mostram o estado das relações entre os índios e a FUNAI, os índios e o município, os índios e a missão e assim por diante. Ou seja, itens fundamentais como saúde e educação podem servir de índice da capacidade desses órgãos e agências de estabelecer parcerias com os índios visando o uso sustentável do meio ambiente.

### 5.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Os Nadöb demonstraram ter apenas uma vaga noção sobre as unidades de conservação das circunvizinhanças. Não sabem nada sobre a RESEX Joami-Japurá. Sabem apenas que o Rio Purê (nos mapas do RADAM, Puruê) se encontra infestado de garimpeiros e que estes, às vezes, são expulsos pela polícia. Quanto à REDES Mamirauá, souberam pelo rádio. Eis o que me disse um deles a respeito do que ouviu:

*Mandaram a gente matar só jacaré macho. Fêmea, diz que é pra deixar. Peixe boi, também só macho. Fêmea, deixa. E também é pra matar fora do tempo da desova, que é pra não estragar. O índio faz assim mesmo como eles mandaram. O peixeiro, não. Ele vem aqui de malhadeira, pega macho, fêmea, filhote... acaba com tudo.*

No mais, não sabem que se trata de um projeto visando integrar as comunidades locais, indígenas ou não, num esforço conjunto de preservação dos recursos naturais. Procurei explicar-lhes isto, mas obviamente é preciso reforçar a iniciativa com programas de educação ambiental envolvendo medidas concretas, a fim de quebrar as eventuais alianças indígenas com os depredadores do meio ambiente.

### 5.2. COMUNIDADES RIBEIRINHAS NÃO-ÍNDIAS

Já vimos que há laços bastante estreitos entre os moradores de Saracura (veja Fig. 4) e a aldeia Nadöb: além de participarem dos jogos de futebol, os moradores de Saracura costumam freqüentar as festas Nadöb, ocasião em que os índios aproveitam para pedir que os ribeirinhos cortem seus cabelos ou façam doações de roupa. Dada a melhor qualidade da área indígena para a agricultura, por se situar em terra firme, alguns moradores de Saracura mantêm ali os seus roçados, com

autorização unânime dos índios, pois a comunidade de Saracura (não mais que 100 habitantes) padece de escassez alimentar durante o período das cheias (março a julho).

Por outro lado, esses ribeirinhos se ressentem da presença dos peixeiros de Marañ, Tefé e Manaus no Boá-Boá. Os peixeiros, como se sabe, utilizam o arrastão, o que, além de capturar fêmeas ovadas e filhotes, estraga o equipamento de pesca dos ribeirinhos (espinhéis, poitas, pulados). Ao presenciarem minha conversa com os índios sobre suas demandas de fiscalização, julgaram muito boa a idéia dos postos de vigilância na boca dos lagos e acrescentaram ser preciso fiscalizar também o próprio Boá-Boá, para evitar que os peixeiros o depredem. Informaram que o Boá-Boá é um verdadeiro refúgio para os peixes do Japurá, que escapam nele da pesca predatória praticada no leito do rio. Em vista disso, propõem uma fiscalização conjunta, que dê conta não apenas dos lagos de uso reservado aos índios, mas também daquela parte do Paraná Boá-Boá que constitui o limite meridional da terra indígena:

*Desse jeito sobra peixe pra todo o mundo. Pra nós e pra eles [os índios].*

Não creio que o preço da parceria — isto é, permitir que os moradores de Saracura façam roças na terra indígena — seja um preço muito alto, tendo em vista a aliança que se pode estabelecer entre as duas partes, envolvendo índios e regionais num esforço conjunto de preservação. A comunidade de Saracura é muito pequena para representar uma real ameaça à integridade da floresta dentro da terra indígena. Os roçados que os moradores mantêm no território dos índios são roçados familiares, em tudo semelhantes aos dos próprios índios, tanto no tamanho quanto na duração e itinerância ou nas técnicas utilizadas (coivara).

### **5.3. ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS**

Há uma organização específica da região, a CIJA - Comissão Indígena do Rio Japurá, sediada na Terra Indígena Marañ-Urubaxi. Porém, não costuma se fazer presente entre os Nadöb. Há cerca de um ano estiveram na aldeia do Lago Jutaí. Prometeram retornar, mas não houve continuidade. A reação dos Nadöb à minha pergunta sobre a CIJA foi um tanto apática. Em contrapartida, a Uni-Tefé, liderada por André Cruz e sediada em Tefé, é um ponto de referência forte.

A diretoria da Uni-Tefé procura manter certa regularidade nas visitas aos Nadöb do Jutaí. Cada vez que vão realizar uma visita, mandam notícias pela Rádio Nacional, para que os Nadöb estejam presentes. Na época de minha estada entre eles, havia uma visita da Uni-Tefé programada para o dia 10 de agosto. Já sobre a COIAB, apenas alguns Nadöb tinham ouvido falar, mas não sabiam bem do que se tratava.

Seria preciso reforçar a capacidade da Uni-Tefé de manter visitas regulares aos Nadöb, tendo em vista ser ela a única organização indígena local capaz de assumir o papel de coordenação em futuros programas de autogestão indígena, a exemplo do que ocorre com a FOIRN no Rio Negro.

### **5.4. FUNAI**

O órgão é antes de mais nada identificado à demarcação da área, que é recente (agosto de 1997). Lembram bem de algumas visitas anteriores: há cinco anos, na época em que a Polícia Federal veio mandar queimar as plantações de ipadu; há cerca de seis anos, quando o então chefe de posto em Tefé interditou a construção do campo de pouso que havia sido promovida pelos missionários da NTB. As opiniões dos índios a este respeito são ambivalentes: reconhecem na FUNAI um órgão protetor e desejam continuar sendo protegidos e assistidos; lamentam, porém, a interdição do campo de pouso, que, no seu entender, teria facilitado a assistência prestada pelos missionários da NTB.

Acrescente-se que a FUNAI tem acompanhado as visitas da FNS (1994, 1996 e 1998), prestando assistência, reprimindo casos de invasão e exploração dos recursos indígenas e renovando o estoque de remédios da farmácia. Porém, tais visitas são muito espaçadas, de modo que não substituem a assistência outrora prestada pelos missionários protestantes.

Presentes à consulta aos índios em Barreira da Missão nos dias 11, 12 e 13 de julho do corrente, os funcionários do posto indígena da FUNAI em Tefé aprovaram um item sugerido pelos indígenas naquela ocasião: a necessidade de reforço das instituições que trabalham em benefício do índio (veja o relatório de Deborah Lima). Em vista disso, pediram-me que incluísse neste relatório algo sobre a necessidade de reforma do posto indígena em Tefé (que de fato se encontra em condições precárias) e sobre a necessidade do estabelecimento de um posto indígena em Limoeiro, para prestar assistência e fiscalização à TI Paraná Boá-Boá. Há um funcionário de Tefé que se prontifica a ser o chefe de posto em Limoeiro. Segundo ele, bastariam 600 l anuais de gasolina e um motor de popa para fiscalizar os lagos dos Maku.

Depois de dois anos de trabalho na FUNAI em Brasília e em várias regiões do país, aprendi o quanto pode degenerar a assistência ao índio baseada em postos indígenas. Basta para isto que o próximo chefe de posto seja desonesto ou estabeleça laços clientelísticos com alguns índios, em detrimento da maioria. Não creio que a proliferação de postos indígenas resolva por si só os problemas dos índios. Há um caminho seguro para a solução desses problemas: centrar esforços na capacitação dos índios para a autogestão, a exemplo do que tem sido feito no Rio Negro, sob a coordenação da FOIRN. Sem um programa que viabilize a autogestão dos Nadöb, o estabelecimento de um posto em Limoeiro servirá apenas para atrair índios à cidade, afastando-os de suas atividades diárias de subsistência e colocando-os mais próximos da exploração por terceiros, do alcoolismo e do assistencialismo clientelista.

### **5.5. MISSIONÁRIOS CATÓLICOS**

Os missionários da Ordem do Espírito Santo, com prelazia sediada em Tefé, raramente visitam os Nadöb do Boá-Boá, embora esteja esta TI dentro de sua jurisdição. No início dos anos 60, época do Pe. João Antônio Suidgeest, as visitas eram mais frequentes. Porém, foram escasseando em função da presença permanente da NTB há 25 anos.

É possível que a ausência dos Nadöb nas organizações indígenas regionais — embora se justifique pelo pouco conhecimento que eles têm dessas organizações — tenha tido o resultado de colocá-los à margem das ações da Igreja Católica, posto que esta, nos dias atuais, costuma concentrar mais esforços na autodeterminação dos povos indígenas do que na conquista de suas almas. Daí a preferência católica pelos índios “organizados”.

### **5.6. MISSIONÁRIOS PROTESTANTES**

A presença de protestantes entre os Nadöb iniciou-se com o Summer Institute of Linguistics, cujos missionários se estabeleceram por volta de 1973 entre os do Uneiuxi e de lá fizeram várias visitas, inclusive aos Nadöb do Boá-Boá. Com a expulsão do SIL em 1975, devido a denúncias de que estariam fazendo prospecção mineral, estabeleceram-se entre os Nadöb do Boá-Boá os missionários da NTB. O primeiro deles era norte-americano. Costumava vir de hidroavião. Seguiram-se um brasileiro, outros três norte-americanos e finalmente dois brasileiros.

Entre estes, o pastor Daniel (que, por ordens médicas, teve de abandonar a área no mês de maio deste ano em virtude de ter contraído sucessivas malárias) é lembrado com saudades tanto pelos Nadöb quanto pelos moradores de Saracura, pois, sendo enfermeiro, prestava assistência a

ambas as populações, indiscriminadamente e sem estabelecer horários de visita: “A gente podia chegar aqui às 3 da manhã, que ele atendia bem,” disseram alguns ribeirinhos.

O pastor Daniel foi o responsável pela construção do campo de pouso, cuja finalização foi interdita pela FUNAI. Segundo os índios, eles receberam espingardas em pagamento do trabalho na abertura do campo.

Este pastor Daniel parece também ter sido responsável pelo bom conhecimento que as crianças Nadöb tem da língua portuguesa. Sua esposa dava aulas diariamente, quando não era possível contar com os professores fornecidos pelo Município de Japurá. Acrescente-se, para finalizar, o papel fiscalizador dos missionários, que, estando entre os Nadöb, inibiam a exploração ilegal da terra indígena e coíbiam a formação de alianças entre índios e invasores, o que é bastante benéfico para os índios.

No entanto, não se deve esquecer que, ao contrário das missões católicas, as missões protestantes evangélicas não costumam trabalhar em conjunto com o movimento indígena. Se este for o caso dos missionários que trabalham entre os Nadöb do Japurá, vai ser preciso convencê-los de que a implantação de programas específicos de autogestão, normalmente coordenados por organizações indígenas em parceria com ONGs, é o caminho mais seguro para quebrar as alianças entre os índios e os exploradores ilegais de suas áreas. Do contrário, eles ficarão jogados à própria sorte todas as vezes que seus protetores tiverem de se ausentar (por crises de malária ou outro motivo qualquer).

#### **5.7. MUNICÍPIO (JAPURÁ, CAPITAL LIMOEIRO)**

O prefeito anterior mantinha relações um tanto clientelísticas com os Nadöb. Além de fazer a doação da embarcação comunitária, o que por si não é necessariamente uma atitude clientelista, ele fornecia rancho, ferramentas (machados, terçados), fornos de farinha e assim por diante. Não parece ter havido, por parte da prefeitura, qualquer preocupação em doar estes itens no âmbito de um projeto que previsse a colocação dos produtos Maku no mercado local em Limoeiro. Tanto que a descontinuidade dessas doações (“o prefeito de hoje não dá nada”) não provocou qualquer descontinuidade perceptível no abastecimento alimentar da cidade, segundo me informou um seu habitante que se encontrava entre os Nadöb por ocasião da festa da farinha.

A descontinuidade também marca outras iniciativas do município com relação aos índios. Veja-se, por exemplo, a educação. Por volta de 1993, estabeleceu-se entre os Nadöb um professor que permaneceu seis meses, até que os índios o expulsaram ao saber que ele os havia denunciado à Polícia Federal como fornecedores de ipadu para traficantes colombianos, o que, obviamente, não era verdade, posto que os índios consomem a droga apenas em ocasiões rituais. Depois deste, foi a vez de uma senhora, que permaneceu apenas dois meses e se retirou, devido à falta de apoio por parte da prefeitura (salários atrasados, falta de material, isolamento). Ademais, os índios querem aprender a ler e escrever em sua própria língua. A demanda Nadöb por educação bilíngua é tão grande que eles me convidaram a morar na aldeia:

*Você vem pra cá. Você não precisa fazer nada, só dar aula. A gente pesca pra você, caça pra você, cozinha pra você. Você aprende a nossa gíria e depois ensina a gente a escrever, que nem você está fazendo aí no seu caderno.*

Quanto à saúde, na gestão do prefeito anterior, o município tentou manter atualizada a farmácia doada pelos missionários da NTB, bem como um monitor não índio de saúde, originário da comunidade de. Porém, por absoluta falta de pagamento, o monitor se retirou. Hoje, há um monitor



indígena que não recebe salário para sê-lo.

Segundo os funcionários da FUNAI em Tefé, o município de Japurá (Limoeiro) tem sido bastante prestativo quando se trata de atender os Nadöb do Boá-Boá. Citam, como exemplo, a vinda recente de uma Equipe Volante de Saúde (EVS) da Administração Regional da FUNAI em Manaus. O prefeito teria colocado uma embarcação do município, com tripulação e combustível à disposição da EVS. Ainda segundo os funcionários da FUNAI, o atual prefeito de Limoeiro é favorável à criação de um posto indígena em sua cidade, comprometendo-se a dar apoio naquilo que estiver a seu alcance.

Há que se ter cautela, pois há rumores de que o atual prefeito mantém um acordo informal com os garimpeiros que exploram ouro na reserva Joami/Japurá, especialmente no Rio Purê. Segundo o acordo, o prefeito conferiria autorização de lavra mediante a doação de 800 l de gasolina ao município, o que, se for verdadeiro, constitui obviamente um ato ilegal, dado que apenas o DNPM tem competência para conferir tais autorizações. Essas informações não me foram dadas pelos índios Nadöb, que desconhecem totalmente o assunto.

---

## 6. RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES

---

As recomendações que se seguem dão conta de medidas a curto prazo para a solução dos problemas ambientais que afligem os Maku do Boá-Boá. Medidas de mais longo alcance deverão surgir durante a implantação de projetos mais modestos, como os que se seguem.

1. **Fiscalização da Terra Indígena Paraná Boá-Boá.** Não se trata de atender simplesmente as demandas indígenas tais como foram formuladas (veja acima, 4.4), mas de elaborar um programa de fiscalização que seja capaz de envolver os índios e os ribeirinhos da localidade de Saracura na proteção da porção indígena do Paraná Boá-Boá, bem como dos lagos de uso Maku. Este programa poderá atender ou não as demandas formuladas pelos índios (postos de vigilância, motor de rabeta, etc.), a depender de um estudo detalhado e participativo da geografia do local, bem como de uma discussão específica sobre fiscalização com os interessados, índios e ribeirinhos.
2. **Colocação do pescado indígena no mercado local e regional.** Livres dos invasores, os lagos indígenas e o próprio Boá-Boá fornecerão pescado suficiente para produzir excedentes comercializáveis (todos são unânimes sobre a alta piscosidade desses lagos). Esse excedente poderá ser vendido em Limoeiro, Marã e Tefé. Para tanto, é preciso: (1) estudar a capacidade de absorção dos respectivos mercados, a fim de controlar a produtividade indígena; (2) prover a embarcação da comunidade indígena de um frigorífico; (3) treinar alguns índios para a negociação.
3. **Estabelecer um contrato de parceria com a comunidade de Saracura.** Os habitantes de Saracura, tão interessados quanto os índios em proteger o Boá-boá e os lagos indígenas da exploração predatória, poderão firmar um contrato de parceria com os índios, visando (1) fiscalizar os lagos e o Boá-Boá, usando também a embarcação comunitária de Saracura; (2) colocar a embarcação de Saracura à disposição, alternando-a com a dos Nadöb nas viagens comerciais a Limoeiro, Marã e Tefé; (3) disponibilizar alguns indivíduos que acompanhem os índios nas negociações; (4) regulamentar com clareza o uso da terra indígena para os roçados ribeirinhos, estabelecendo normas quanto a locais, tamanho, duração e compensação aos índios.
4. **Elaborar um programa de educação ambiental para índios e ribeirinhos da região do Boá-Boá.** Tal programa envolveria visitas ao projeto Mamirauá e às comunidades ribeirinhas e

indígenas vizinhas à RESEX.

5. **Reforçar a capacidade da Uni-Tefé de visitar e orientar os Nadöb.**
6. **Aumentar a capacidade de comunicação dos Nadöb.** Talvez fosse o caso de colocar um funcionário da FUNAI em Limoeiro, munido de radio-comunicação, para que os índios possam mais facilmente denunciar casos de invasão ou pedir com prestesa ajuda médica em casos necessários. Este funcionário não teria à sua disposição um posto indígena com orçamento próprio, enfermaria e demais estruturas, para evitar o efeito de atração urbana que normalmente ocorre nesses casos. Ele ficaria apenas encarregado de encaminhar as demandas por fiscalização e ajuda médica extra-local. Porém, tal como se pode verificar ad libitum no Rio Negro, é muito melhor colocar a radiocomunicação diretamente na aldeia indígena, bastando para tal que se dê treinamento a alguns índios no manejo, nos cuidados necessários e na manutenção dos aparelhos.
7. **Envolver os missionários católicos e evangélicos no esforço de auto-determinação dos Nadöb.**
8. Criar uma unidade de conservação, ligando a TI Rio Uneiuxi à TI Rio Têa, a fim de **estabelecer conectividade entre o Corredro Central e o Corredor Norte da Amazônia.**

---

## 7. BIBLIOGRAFIA

---

- ISA (1996). *Povos indígenas no Brasil*. São Paulo: ISA.
- ISA (1997). *Povoados indígenas no alto e médio Rio Negro*, mapa elaborado pelo ISA. São Paulo: ISA.
- ISA (1998). *Corredores Ecológicos Propostos pelo MMA/PPG7 através do Projeto Parques e Reservas*, mapa elaborado pelo ISA. São Paulo: ISA.
- LIMA, Deborah de Magalhães (1998). *Relatório da apresentação do projeto Corredores Ecológicos para os povos indígenas do médio e do alto Solimões*. Brasília: Banco Mundial, Inédito.
- MEIRA, Márcio; Ana Gita de OLIVEIRA e Jorge POZZOBON (1994). *Relatório da identificação das Terras Indígenas Médio Rio Negro, Rio Apapóris e Rio Têa*. Brasília: FUNAI, inédito.
- MÜNZEL, Mark (1969). Notas preliminares sobre os Kaborí (Makú entre o Rio Negro e o Japurá). *Revista de Antropologia*, v. 17: 137-81.
- NIMUENDAJU, Curt (1941). *Mapa etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE. Edição de 1981.
- POZZOBON, Jorge (1992). *Parenté et démographie chez les Indiens Maku*. Tese inédita de doutorado, Université Paris VII.
- POZZOBON, Jorge (1997). Langue, société et numération chez les Indiens Maku (haut Rio Negro, Brésil). *Journal de la Société des Américanistes*, 83: 159-172.
- PPATAL (1998). *Projeto Integrado de proteção às populações e terras indígenas da Amazônia Legal*.

*Lista de Prioridades.* Brasília: FUNAI, Inédito.

REID, Howard (1979). *Some aspects of movement, growth, and change among the Hupdu Maku Indians of Brazil.* Cambridge: tese inédita de doutorado.

SCHULTZ, Harald (1959). Ligeiras notas sobre os Maku do Paraná Boá-Boá. *Revista do Museu Paulista*, N. S., v. 11: 109-32.

SILVERWOOD-COPE, Peter (1990). *Os Maku: povo caçador do Noroeste Amazônico.* Brasília: UnB.

STEWART, Julian (1949). *Handbook of South American Indians*, v. III. Washington: Smithsonian Institution.

TASTEVIN, C. (1923). Les Maku du Japurá. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 15: 99-108.

### **10.3. RELATÓRIO DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS AOS POVOS INDÍGENAS DO LESTE DO CORREDOR CENTRAL E ÀS ORGANIZAÇÕES DE APOIO SEDIADAS EM MANAUS.**

(Manaus e TI Waimiri-Atroari, de 12 a 18/08, Márcio Santilli)

Este relatório é parte dos trabalhos de consulta às comunidades indígenas que vivem na área proposta para a implantação do Corredor Ecológico Central da Amazônia, no contexto do Projeto Corredores Ecológicos, componente do Plano Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, e deve ser considerado como integrante do conjunto de relatórios elaborados por mim e por Déborah Lima e Jorge Pozzobon, que compomos a equipe de consultores contratada pelo Banco Mundial para o fim desta consulta.

Ele contem a narrativa da reunião havida na Terra Indígena Waimiri-Atroari (AM/RR) com as lideranças indígenas locais e outras convidadas, provenientes das terras indígenas Wai-Wai (RR), Trombetas-Mapuera (AM/RR/PA) e Nhamundá-Mapuera (PA), que conformam a parte norte-leste do Corredor Central da Amazônia. São terras destinadas à posse permanente dos povos Waimiri, Atroari, Wai-Wai e Hixkaryana, além de outros grupos isolados, com extensão total de 6,5 milhões de hectares. Contem, ainda, o registro dos contatos efetuados com instituições públicas e privadas sediadas em Manaus, as mais relevantes do ponto de vista da interface entre o projeto e os povos indígenas da região.

A análise do processo de consulta como um todo, bem como o resgate das sugestões recolhidas para o projeto, serão objeto do relatório final.

---

#### **1. A REUNIÃO**

---

O consultor viu-se entre duas alternativas para proceder à consulta entre os povos indígenas desta parte do corredor: visitar área por área, ou reunir as lideranças em uma das áreas. Optou pela segunda alternativa, apesar dos custos adicionais referentes ao deslocamento de índios por via aérea, considerando a importância de promover uma discussão integrada entre as lideranças das várias áreas, tendo em vista o caráter estratégico, geograficamente abrangente e de articulação dos atores sociais, a que o PCE se pretende.

O consultor solicitou às lideranças Waimiri e Atroari, através do PWA, Programa Waimiri-Atroari, que se dispuzessem a receber em sua terra as demais lideranças vizinhas. Elas aceitaram a solicitação, condicionada à sua agenda própria, pois se encontravam em festas até o final de julho, e fizeram questão de visitar previamente cada uma das aldeias das terras indígenas vizinhas para convidar formalmente as respectivas lideranças. A reunião ocorreu no Núcleo de Apoio Waimiri-Atroari (NAWA), situado à margem da rodovia BR-174, na altura da fronteira entre os estados do Amazonas e Roraima, entre 14 e 16 de agosto.

O Banco Mundial custeou as despesas das passagens aéreas e diárias do consultor e do coordenador do PPTAL, além das correspondentes ao transporte aéreo para a visita-convite dos Waimiri-Atroari aos Wai-Wai e para a ida e volta das lideranças Wai-Wai e Hixkaryana das aldeias que não têm comunicação terrestre com a TI Waimiri-Atroari. O PWA custeou as despesas de transporte terrestre do consultor de Manaus à área e dos índios que vieram por estrada, as de

hospedagem e alimentação na área para todos os participantes, além da mobilização interna dos Waimiri-Atroari e dos técnicos do próprio PWA.

Participaram da reunião 56 representantes indígenas, das 14 aldeias da Terra Indígena Waimiri-Atroari e de outras cinco aldeias (quatro Wai-Wai, uma Hixkaryana) em que se concentram os índios das outras três terras vizinhas. Participaram, ainda, o superintendente do IBAMA em Manaus, Hamilton Casara, o administrador regional da FUNAI em Manaus, Benedito Rangel, o coordenador do PPTAL na FUNAI, Artur Nobre Mendes, o representante do IBAMA em Balbina (responsável pela Reserva do Uatumã), Francisco Araújo de Almeida, a jornalista da FUNAI Eleonora de Paula (que, posteriormente, relatou a reunião à imprensa, conforme matérias em anexo), e vários representantes do PWA, incluídos os seus principais responsáveis, José Porfírio Carvalho e Marcílio de Sousa Cavalcante. Verificar a lista de presença, em anexo.

Os Waimiri-Atroari têm relações remotas de parentesco com os Wai-Wai e falam línguas parecidas, do tronco Caribe, mas a comunicação interlinguística é precária. Os dois grupos reconhecem estes laços, mas os encontros entre eles são pouco frequentes pois, embora vizinhos, suas aldeias estão situadas a grandes distâncias, sem que haja vias de comunicação entre elas, exceto por avião. Pode-se chegar por carro a duas das aldeias Wai-Wai de Roraima, mas o acesso às demais, especialmente às da Terra Indígena Nhamundá-Mapuera, é extremamente difícil. Quando ocorrem, as visitas entre eles são de pessoas a pessoas ou de grupos a grupos específicos. Foi a primeira vez que representantes de todos estes grupos estiveram reunidos juntos. Observa-se, no entanto (e não apenas na reunião), grande interesse e preocupação de uns em relação aos outros, muito maior que o sentido em relação a outros índios em geral, o que reafirma o reconhecimento de parentesco.

Os Wai-Wai e os Hiscaryanas chegaram no dia 14 à terra Waimiri-Atroari e ficaram hospedados em uma das aldeias, situada nas proximidades do NAWA. Nas conversas entre eles foram utilizadas as línguas próprias, recorrendo-se complementarmente ao português. Os tuxáuas Wai-Wai e Hiscaryana trouxeram os seus próprios tradutores. Os índios nos solicitaram que só comparecêssemos no dia 15, deixando a véspera livre para conversas entre eles. Chegamos ao NAWA no dia 14 à noite, para reunirmo-nos durante o dia 15, e retornamos à noite para Manaus. Os índios retornaram às suas aldeias no decorrer do dia 16, o que significa que tiveram a oportunidade de conversar entre si após a reunião conosco.

A reunião foi conduzida em português, mas teve tradução simultânea para as três línguas indígenas ali faladas (Waimiri-Atroari, Wai-Wai e Hiscaryana). O consultor possibilitou todas as interrupções desejadas pelos índios para comentários entre eles nas línguas, o que impôs um ritmo lento à reunião, mas resultou em amplo entendimento e sintonia quanto ao tema tratado. Houve surpreendente interesse no assunto, em conversa corrida de mais de quatro horas, interrompida só às 14 horas para almoço, e retomada por mais duas horas no final da tarde.

O consultor apresentou o conceito de corredores ecológicos e a idéia geral do projeto, recorrendo a uma linguagem simples e a situações familiares aos índios, procurando estabelecer relações de semelhança entre unidades de conservação (áreas destinadas à proteção da natureza) e terras indígenas no que se refere à sua proteção frente a terceiros. Recorreu ao mapa de apoio para indicar aos índios a extensão do Corredor Central da Amazônia, a localização das suas respectivas terras dentro dele, e de outras áreas destinadas a usos e fins diversos, cidades inclusive, também nele situadas. Cópias do texto de apoio foram distribuídas para os que lêem em português.

Não se recorreu nesta reunião, como ocorreu nas demais, à dinâmica de grupos. Dada a condição minoritária dos visitantes, lhes foi garantida a palavra em condições privilegiadas, reservando-se os

Waimiri-Atroari a intervenções promovidas apenas por cinco ou seis dos seus líderes. De modo que todos os povos se expressaram longamente. Houve apoio unânime à idéia de se proteger a natureza em escala mais ampla que a das áreas protegidas, parques ou terras indígenas. Houve entendimento de que tal proteção (e conhecimento) interessa a todos eles, havendo disposição, em princípio, em participar do projeto.

No entanto, houve também questionamentos interessantes. Por exemplo, se os brancos que estão detonando outras áreas dentro do corredor se disporão a não mais detoná-las. Ficou entendido que cada qual permanecerá na sua terra (sejam índios, fazendeiros, mineradores, ou habitantes de cidades), que o corredor não é uma restrição legal, mas um pacto de convivência, uma idéia a ser construída. Que o Estado deverá intervir de forma mais sistemática na coerção de processos devastatórios no interior do corredor. Mas que cada qual orientará os seus projetos de futuro mais de acordo com a conservação da natureza, que é de todos. Nesse sentido, houve certa perplexidade em relação ao horizonte do projeto (de cinco anos), já que o corredor ecológico só poderá se consolidar efetivamente a mais longo prazo.

Ficou bastante claro, também, o caráter da consulta, que se estava realizando em fase ainda inicial do projeto, cuja execução - ainda a nível de formulação de projetos - só terá início no decorrer do primeiro semestre de 1999. O consultor informou aos índios sobre o PDI (Projetos Demonstrativos Indígenas), que também deverá iniciar atividades em 99, caracterizando as diferenças entre projetos indígenas cabíveis no caso de cada componente, enfatizando que o PCE estará mais voltado para a identificação das demandas comuns às várias terras e comunidades indígenas numa mesma região, enquanto o PDI atenderá demandas comunitárias.

Foi absolutamente importante a presença do coordenador do PPTAL na reunião, já que as terras indígenas Wai-Wai e Trombetas-Mapuera ainda não foram identificadas e demarcadas, sendo que esta última, com limites provisórios apenas interditados, é que garante a contiguidade ou conectividade territorial entre as demais. Além disso, os índios da TI Nhamundá-Mapuera, demarcada e homologada à mesma época que a TI Waimiri-Atroari, apresentaram reivindicação de incorporação ao seu território de um castanhal extenso e importante para a sua economia, situado no interflúvio Mapuera-Trombetas, e que ficou fora dos limites demarcados. Os Wai-Wai solicitaram - e este consultor recomenda - ao PPTAL, que procure priorizar e antecipar as providências relativas às demarcações, consideradas essenciais também para a execução de iniciativas no âmbito do PCE.

Os índios atribuíram grande importância à presença do superintendente do IBAMA, sendo para muitos a primeira oportunidade de contato direto com um dirigente do órgão. Sua presença possibilitou uma abordagem direta da interface indígena pela instituição responsável pela coordenação geral do PCE. Além disso, o superintendente se dispôs a mediar relações com as superintendências dos estados vizinhos no que se refere às necessidades e demandas dos índios de RR e PA, afetas às competências do órgão.

O administrador da FUNAI em Manaus conversou com os índios sobre as dificuldades de atuação do órgão na região, considerando que cada uma das quatro terras indígenas vizinhas ali representadas está subordinada a uma administração regional diferente. O administrador também se dispôs a mediar pendências entre os grupos presentes e as unidades do órgão a que estão vinculados.

No decorrer da reunião, os índios fizeram referência a quatro situações diferentes envolvendo índios isolados. Há um grupo de tronco linguístico Caribe (Pirititi) já visitado pelos Waimiri-Atroari, que vive na parte interdita da TI Trombetas-Mapuera mais próxima do seu território. Os Hiscaryana fizeram menção a outro grupo não contactado (supostamente Karafawyana), nem avistado, que deixa

vestígios persistentes da sua presença, como trilhas e restos de fogueiras e tapiris. Afirmam tê-los perseguido rumo ao norte, até o interflúvio Jatapú-Tauini (até o pé da serra, onde desaparecem os sinais) na fronteira com a Guiana. Os Hixkaryana devem ser bons andarilhos, pois fizeram referência a um terceiro grupo isolado, do qual identificaram sinais de presença recente na região das cabeceiras do Trombetas (e seus formadores), numa viagem que fizeram a pé até os Tyrió do Parque do Tumucumaque. Os Wai-Wai do Mapuera afirmaram que índios tupi do Cupinapanema eventualmente frequentam o castanhal adjacente ao seu território, e narraram uma estranha história de perseguição a um grupo indígena isolado, que terminou na prisão de cinco índios Wai-Wai pelo chefe de posto (?) da FUNAI no Cupinapanema.

Os Hixkaryana disseram que perseguem pacificamente as trilhas dos isolados, na esperança de encontrar outros grupos que falem a sua língua. Parece um impulso legítimo, típico de grupo minoritário até entre os índios vizinhos. No entanto, é provável que as incursões dos Hixkaryana atrás dos isolados sejam estimuladas por missões pentecostais evangélicas que atuam nas aldeias da região. Aliás, a presença destas missões e as suas relações com a situação atual de vida dos Wai-Wai e dos Hixkaryana, é o traço distintivo fundamental frente aos Waimiri-Atroari. As implicações específicas desta distinção, assim como as indicações que os representantes deram sobre a situação e o uso de recursos naturais nas suas terras, serão resumidas área por área, a seguir.

## **WAIMIRI-ATROARI**

A TI Waimiri-Atroari se estende por 2,585 milhões de hectares, situados na região de fronteira entre os estados do Amazonas e Roraima, e é habitada por 750 índios Waimiri e Atroari. Estes índios se encontram em franco processo de recuperação em relação à experiência genocida de contato que experimentaram no início dos anos 70, com a construção da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista e a Caracas cortando todo o seu território original. A estrada atravessa o território demarcado numa extensão de 125 Km. Praticamente todos os homens maduros e velhos morreram na guerra de contato. Sobreviveram crianças remanescentes dos dois povos, antes inimigos, que se reuniram e hoje se encontram consideravelmente recompostos.

Os Waimiri-Atroari também foram impactados pelo alagamento provocado pela construção da hidrelétrica de Balbina. A parte alagada do seu território foi objeto de compensação pela Eletronorte, que demarcou a área e indenizou os índios. Os recursos da indenização viabilizaram a organização do PWA, que hoje gere também recursos de outras procedências. Um dos limites da terra homologada é o leito de um dos rios alagados, mas dele se exclui a área alagada. Com o recente secamento do lago, os índios passaram a ocupar os capinzais emergentes.

Outro impacto decorre da exploração de estanho pela empresa Taboca, antes pertencente à Paranapanema, na Mina do Pitinga, uma das maiores do mundo, situada ao sul da terra indígena, em área dela subtraída no processo de demarcação, e até hoje reclamada pelos índios. A produção do Pitinga é escoada por estrada vicinal que atravessa o território indígena até atingir a BR-174. A empresa paga um aluguel fixo e percentual sobre o minério escoado ao PWA. Este pagamento foi objeto de conflitos recentes entre os índios e a empresa, mas hoje a situação está mais calma. Há também indícios de que a empresa melhorou os equipamentos de controle da poluição das águas que fluem para o Lago de Balbina, outro fator de conflitos passados.

Discute-se se hoje os Waimiri-Atroari constituem dois ou um único povo. Contra outras interpretações antropológicas, os técnicos do PWA sustentam que há dois povos. Há aldeias Waimiri e aldeias Atroari. As primeiras concentram-se ao sul do território, nas proximidades do Rio Negro, enquanto

as Atroari se espalham pelo centro e pelo norte da área. Há casamentos entre Waimiris e Atroaris, mas são menos frequentes e menos estáveis que os casamentos internos. Não há casamentos de Waimiris ou Atroaris com terceiros. A língua que hoje falam é uma só, havendo pequenos resquícios das diferenças linguísticas anteriores na pronúncia de algumas palavras. Ocupam um mesmo território administrativamente demarcado, são apoiados por um mesmo programa (e conceito de indigenismo) e possuem recursos materiais comuns. Não se opõem, mas não têm grande interesse em articulações com organizações indígenas interétnicas, como o CIR ou a COIAB.

Os Waimiri-Atroari promovem uma ocupação extensiva do seu território. Além das 14 aldeias, há pelo menos outros dez sítios com habitações menores nas cabeceiras dos rios (ver mapa em anexo). Não há concentração demográfica. Em consequência, a pressão que exercem sobre os recursos naturais é melhor distribuída. Fiscalizam de forma regular e rigorosa o seu território frente à presença e à ação de terceiros, com o apoio do PWA, que também lhes provê assistência à saúde, educação e produção. Apesar de todos os impactos sofridos, o território Waimiri-Atroari não apresenta qualquer invasão ou dano ambiental significativo. Os índios consideram que ele em si já é um corredor ecológico, e gostariam que os demais, os brancos em especial, cuidassem igualmente bem dos seus respectivos territórios. No dizer dos índios, os recursos naturais são fartos e não há caso significativo de exaustão de recursos essenciais ao seu modo tradicional de vida.

Os Waimiri-Atroari mantêm criações de quelônios e de peixes para o repovoamento dos rios. Criam também vários tipos de animais silvestres, como araras, papagaios e macacos, além de outros pequenos animais introduzidos. Praticam a coleta de frutos, fibras, raízes e cipós, para fins alimentares, utilitários, medicinais ou religiosos. Também cultivam árvores frutíferas introduzidas. Mantém suas roças tradicionais, mas apreciam, sobretudo, a caça.

O consultor teve acesso a informações interessantes oriundas de um projeto de manejo de caça, que ainda está em fase inicial e experimental de execução, com apoio do PWA. Os dados que seguem são preliminares e ainda limitados a apenas quatro aldeias. Mas revelam, por exemplo, que os índios destas quatro aldeias consomem 135 antas por ano. É uma quantidade extraordinária, se considerarmos o porte do animal. No entanto, também é extraordinário que continuem existindo tantas antas, anos seguidos, para o deleite dos Waimiri-Atroari. Mais surpreendentes são os dados que indicam que a maioria dos animais abatidos em caça pelos índios encontravam-se em áreas próximas ao eixo da BR-174, de onde supunha-se que seriam afugentados pelo barulho dos veículos. Isto pode significar que os animais estão encontrando dificuldades para a transposição da estrada, mas também pode ser que os animais estejam sendo atraídos por empoçamentos de água e rebrotas de mata decorrentes das obras recentes de pavimentação da estrada. Há, também, informações sobre concentrações recentes de porcos selvagens e outros animais nos capinzais que brotaram do leito seco do lago de Balbina. O PWA tem feito a contabilidade regular dos animais atropelados no trecho que corta a terra indígena. Estas informações poderão orientar um monitoramento mais abrangente do impacto da estrada, agora asfaltada, sobre a fauna regional. (Vale registrar, ainda, que o eixo da BR-174 será objeto de PGAI no contexto do SPRN).

Os Waimiri-Atroari receberam bem a notícia da implantação do Corredor Ecológico Central da Amazônia, entendem que lhes interessa a proteção de áreas próximas ao seu território e, não sem algum ceticismo, esperam que os brancos realmente aprendam a conviver melhor com a natureza. Dispõem-se, a princípio, a colaborar no que puderem com o PCE e, no que lhes diz respeito diretamente, acham que o PCE pode ajudá-los fortalecendo projetos compatíveis em curso no âmbito do PWA. Porém, não alimentam qualquer expectativa de apoio específico por parte do PCE e gostariam de ver nele priorizadas as demandas e necessidades dos parentes vizinhos, que se encontram em situação de maior necessidade.



## WAI-WAI

A TI Wai-Wai, com 330 mil hectares de extensão, situa-se no sudeste do estado de Roraima, na fronteira com a Guiana, e é a menor em extensão entre as quatro áreas representadas na reunião. A comunidade Wai-Wai local, com cerca de 70 pessoas, vive às margens do Rio Anauá, que corre para o oeste em direção ao Branco, mas há na terra indígena nascentes dos formadores do Jatapú, que correm para o sul em direção à TI Trombetas Mapuera. Não tem limites comuns com as outras três terras, situadas mais ao sul, mas deverá confrontar ao norte com a TI Jacamim, dos índios Wapixana.

A TI Wai-Wai é, entre as quatro terras, a que apresenta maiores problemas de intrusão. A abertura da BR-210, a Rodovia Perimetral Norte, no trecho entre a BR-174 e o Rio Jatapú, situado entre esta e as outras terras indígenas, proporcionou o surgimento dos municípios de São Luis e de São João da Balisa, além de outras vilas, garimpos e prostíbulos. A terra indígena passou a sofrer invasões intermitentes, especialmente a partir da abertura da vicinal 27, que a adentra, e na qual foi implantado um assentamento rural do INCRA que ocupa parte da mesma. Há casos frequentes de introdução de bebidas alcoólicas, de prostituição de meninas índias, de crimes envolvendo índios e de doenças vitimando a comunidade. A situação da comunidade do Anauá é semelhante à da comunidade do Cobra, do rio Jatapú, afetada por esta mesma estrada.

Os Wai-Wai do Anauá queixaram-se da falta de apoio da administração da FUNAI em Boa Vista, à qual estão subordinados. Junto aos Waimiri-Atroari (fora do contexto da reunião), justificaram a presença de missionários pentecostais em suas terras em função da falta deste apoio. Gostariam, também, de poder contar com maior apoio do PWA, que não tem recursos e nem mandato para tanto. Informaram que não recebem qualquer apoio das prefeituras municipais locais. Olhando para o mapa das terras indígenas da região, os Wai-Wai do Anauá referiram-se à sua terra como sendo pequena e lamentaram a não contiguidade com as demais ocupadas pelos parentes presentes. Mas preferem vê-la demarcada e desintrusada logo, na lógica de garantir o que lhes restou.

Os tuxáuas do Anauá afirmaram que apreciariam muito se o PCE pudesse viabilizar uma estrutura de fiscalização eficaz para aquela região, uma das mais ameaçadas no interior do corredor. Solicitaram à FUNAI que providencie junto ao INCRA o reassentamento dos colonos, e gostariam que a área por eles desmatada dentro da terra indígena fosse regenerada com apoio do PCE. Expressaram, em comum com os demais Wai-Wai, a necessidade de um sistema de fonia que lhes permitisse comunicação fácil com a FUNAI e com o PWA, para denunciar invasões e solicitar apoio de urgência para pessoas doentes. Outras demandas de ordem econômica foram levantadas, e os tuxauás do Anauá, como os demais, expressaram interesse também no PDI.

A TI Wai-Wai ainda não está demarcada. Foi identificada e há limites propostos, mas a FUNAI dispunha da informação de que apenas parte da comunidade concordaria com os mesmos, razão pela qual não havia encaminhado até agora a minuta de portaria ministerial correspondente, considerando a possibilidade de revisão. As lideranças presentes negaram que haja divergência sobre os limites identificados e solicitaram que o seu reconhecimento e a sua demarcação fossem apressados. O consultor acolhe a recomendação. O coordenador do PPTAL já tomou providências iniciais para o envio de um técnico à área para checar a informação que, se procedente, ensejará um rápido encaminhamento da minuta de delimitação.

O consultor recomenda ao PCE um levantamento dos impactos ambientais sofridos pela TI Wai-Wai (e que deveria incluir a parte norte da Trombetas-Mapuera), que pudesse orientar intervenções saneadoras locais. No entanto, deve ser a terra mais afetada entre as que integram este setor do

corredor. Foi o único caso em que os tuxáuas expressaram situações de escassez (e não apenas distância) de recursos naturais essenciais, como peixes, palhas e caça em geral. A concentração dos índios em uma única aldeia reduz o seu controle sobre os limites do território, concentra a pressão sobre os recursos naturais e agrava a sua dependência em relação a serviços e bens de consumo externos, que acabam se tornando de necessidade básica.

## **TROMBETAS-MAPUERA**

É a terra indígena interditada, com extensão provisória de 2,522 milhões de hectares. O seu nome pareceu inadequado ao consultor, já que o rio Trombetas está a leste da área. Deveria chamar-se TI Jatapú-Mapuera. Tem posição estratégica, situando-se entre as demais terras indígenas da região, sendo essencial para a conectividade entre áreas protegidas abrangidas pelo corredor ecológico. O ponto de fronteira comum entre AM, RR e PA encontra-se na sua região central.

A BR-210 alcança o limite interditado desta TI no seu ponto extremo, à margem direita do rio Jatapú, onde se situa a aldeia Wai-Wai denominada Onça, com população de cerca de 400 pessoas (adiante, a rodovia só existe em projeto, apesar de um pequeno trecho desmatado na sua margem esquerda). Nas proximidades, também no extremo norte da área interditada, há uma outra aldeia Wai-Wai denominada Jatapuzinho, com 200 habitantes. No entorno destas aldeias também ocorre escassez de recursos naturais básicos, mas que neste caso podem ser encontrados à maior distância, mais ao sul, dentro da área interditada.

Esta TI está jurisdicionada à administração da FUNAI em Parintins (AM), situada a grande distância da área, sobretudo das aldeias Wai-Wai, e que é hegemônica pelos índios Sateré-Mawé. Estes Wai-Wai alegam desassistência pela FUNAI. São cerca de 300 os Wai-Wai que vivem nesta TI.

Além dos Wai-Wai, a TI Trombetas-Mapuera é ocupada por índios isolados, ainda não identificados pela FUNAI, mas aos quais o ato de interdição da área faz referência. Para os Waimiri-Atroari há um grupo conhecido que vive na parte centro-oeste (região do rio Branquinho) da área interditada, não muito longe do seu limite com a TI Waimiri-Atroari, e para os Hixkaryana há outro grupo que perambula pela parte nordeste da área interditada e pelo interflúvio Jatapú-Tauini, ao norte do limite interditado.

O consultor recomenda que a identificação desta TI, prevista no PPTAL, considere a inclusão deste interflúvio, bem como da área situada entre esta TI e a Nhamundá-Mapuera, de modo a potencializar a conectividade entre elas, inclusive com a TI Wai-Wai, protegendo as cabeceiras dos rios que a atravessam de norte a sul, nos termos da definição constitucional de terras indígenas tradicionalmente ocupadas. A depender da localização dos isolados mencionados pelos Waimiri, as inclusões sugeridas poderiam ser eventualmente compensadas com reduções a noroeste e a sudoeste dos limites interditados, mesmo garantindo-se a extensão atual do seu limite com a TI Waimiri-Atroari. A demarcação da TI Trombetas-Mapuera oferecerá a proteção legal aos índios isolados que nela vivem (ou que venham a nela se instalar), desobrigando a FUNAI de forçar relações de contato com os mesmos.

Ainda assim, o ponto crítico da área interditada continuará sendo o norte, acessível pela estrada, onde se encontram as aldeias Wai-Wai. Trata-se do mesmo vetor de ocupação predatória que afeta a TI Wai-Wai, embora a Trombetas-Mapuera seja mais extensa e esteja melhor protegida pelo rio Jatapú. Portanto, as demandas de proteção e de fiscalização são comuns aos Wai-Wai do Anauá, do Onça e do Jatapuzinho, podendo ser equacionadas com base numa mesma estratégia operacional, que se volte para a região situada no extremo norte-nordeste do corredor.

## **NHAMUNDÁ-MAPUERA**

TI demarcada e homologada à mesma época que a TI Waimiri-Atroari, com extensão de 1,049 milhão de hectares. Situa-se ao sul da TI Trombetas-Mapuera, no estado do Pará, entre os cursos médios dos rios Nhamundá e Mapuera. Há duas grandes aldeias indígenas nesta TI, uma de maioria Wai-Wai, denominada Mapuera, com cerca de 1200 habitantes, e outra de maioria Hiscaryana, denominada Cassauá, também referida pelos índios pelo nome do posto indígena local, Nhamundá, com cerca de 600 habitantes. Há remanescentes de outras três etnias entre eles, também de origem Caribe, que eram grupos isolados que acabaram incorporados à aldeia do Mapuera. Na verdade, os Wai-Wai são uma resultante de grupos Caribe que foram sendo reunidos no decorrer do processo de contato. Os índios, que antes viviam dispersos pela região, foram concentrados por indigenistas e missionários nestas aldeias, próximas ao limite sul da área, sob a alegação de facilitar a assistência aos mesmos.

A TI Nhamundá-Mapuera tem sido pouco afetada por intrusões de garimpeiros, madeireiros ou pescadores. O acesso natural à área se dá pelo sul, a partir do rio Amazonas, subindo-se o Mapuera ou o Nhamundá. Porém, este percurso demanda de quatro (descer) a seis (subir) dias de viagem em voadeira, com a transposição de 24 cachoeiras que exigem, na estiagem, o carregamento das embarcações nas costas. Isto explica o assédio relativamente pequeno de terceiros à área e constitui enorme problema para o transporte de doentes ou de mercadorias pelos índios. Na reunião, os tuxáuas locais expressaram reiteradamente o seu zelo em relação à proteção da área, e as suas dificuldades para o escoamento da castanha, do artesanato e de outros produtos comercializados com vistas à geração de excedentes.

Sendo assim, esta TI não tem sido objeto de grave afetação em decorrência da exploração de recursos naturais por terceiros. Por outro lado, a forte concentração demográfica para padrões indígenas provocou escassez de recursos essenciais nas áreas mais próximas às aldeias, exigindo deslocamentos a grandes distâncias para caçadas e coletas. Nas aldeias, as condições sanitárias são bastante precárias, inclusive quanto ao (à falta de) tratamento do lixo. Uma aldeia com 1200 índios apresenta todos os problemas urbanos de uma pequena cidade, com o agravante da inexistência de arrecadação própria ou de serviço público compatível. Desde logo, o consultor recomenda ao PCE providências em relação ao saneamento básico nas aldeias indígenas mais populosas, embora a solução mais adequada para o problema devesse passar por mudanças na estratégia de ocupação territorial dos índios e na forma de prestação de serviços de assistência aos mesmos.

Os índios desta TI reivindicam uma pequena estrutura de apoio na cidade de Oriximiná (PA), sua principal referência urbana. A TI Nhamundá-Mapuera está subordinada à administração da FUNAI em Belém, que fica a grande distância da área. Mas afirmam que têm obtido ajuda da prefeitura local, que contratou professores para as suas escolas, e fornece óleo diesel, motores de pôpa e pequenas quantidades de medicamentos. Os índios têm expressão eleitoral municipal e mantêm um vereador na Câmara local. Têm encontrado problemas para a regularização das suas embarcações junto à Capitania dos Portos (Marinha).

Os índios lamentaram a exclusão do já mencionado castanhal da área demarcada, e manifestaram a intenção de instalar uma nova aldeia nele, onde já houve uma antiga aldeia antes do processo de concentração demográfica e de redução territorial promovidas pelo contato. Nesta localização, os seus habitantes estariam várias cachoeiras rio (Trombetas) abaixo, em condições mais favoráveis de acesso e de escoamento da sua produção, constituindo-se também em base de apoio para os

deslocamentos dos grupos que permanecessem mais ao norte. Pedem à FUNAI que proceda à identificação da área do castanhal, situada no interflúvio Mapuera-Trombetas, nas proximidades de Cachoeira Porteira. Portanto, o vetor de ocupação territorial destes grupos se orienta para o sudeste, no rumo oposto ao das demais terras indígenas do corredor.

---

## 2. CONTATOS EM MANAUS

---

Esta segunda parte da viagem do consultor orientou-se para a realização de consultas e contatos junto às principais instituições públicas e privadas sediadas em Manaus, que atuam em áreas de interesse para a interface do PCE com os povos indígenas da região. Estes contatos buscaram identificar referências institucionais que possam viabilizar assessorias e parcerias para futuros projetos de interesse indígena no corredor. Servem ao processo de consulta como um todo, e não apenas aos projetos que venham a se originar dos grupos indígenas reunidos na TI Waimiri-Atroari.

### FUNAI

Antes da viagem à TI Waimiri-Atroari, o consultor e o coordenador do PPTAL reuniram-se em Manaus com o administrador regional da FUNAI e outros técnicos do órgão. O consultor deu informações sobre o PCE e suas relações com outros componentes do PPG7. O traçado proposto para o Corredor Central da Amazônia foi analisado em função das terras indígenas e da estrutura da FUNAI na região.

Constatou-se que a estrutura do órgão levanta problemas quanto à sua representação nas instâncias de gestão do PCE. Além das quatro unidades regionais já referidas, com jurisdição sobre as terras indígenas cujos representantes estariam presentes à reunião programada, há ainda uma outra administração regional em Tabatinga, no alto Solimões, e um núcleo de apoio do órgão, subordinado à unidade regional de Manaus, sediado em Tefé, no médio Solimões. Portanto, além das instâncias do órgão baseadas em Brasília, como a coordenação do PPTAL, são seis as unidades locais da FUNAI que têm relevância para a área do corredor central.

O consultor é de opinião que a representação do órgão nas estruturas de gestão do PCE deve ser assegurada através da coordenação do PPTAL, que deveria articular as demais unidades pertinentes. No caso de necessidade de envolvimento direto das unidades locais, o consultor opina pelo engajamento da administração regional de Manaus, que dispõe de melhor estrutura e está baseada no principal centro urbano da região, onde também estão baseadas a superintendência do Ibama e outras instituições que deverão compor a coordenação regional do corredor central. Nesta hipótese, seria recomendável que o Presidente da Funai a designasse formalmente para este fim, atribuindo-lhe poderes para decidir e implementar decisões, mesmo quando envolvam terras situadas dentro do corredor mas jurisdicionadas a outras unidades regionais.

Os técnicos da FUNAI informaram o consultor sobre a situação da TI Jatuarana, localizada nas cercanias de Manaus, um pouco ao norte da cidade de Manacapuru, em área isolada em relação a todas as demais terras indígenas situadas no corredor central. Anteriormente, o consultor havia recebido a informação incorreta de que esta TI não seria propriamente uma terra tradicional, mas teria sido a base da frente de contato com os Waimiri-Atroari, estruturada nos anos 70, e não teria população indígena ocupante atualmente. No entanto, um técnico da FUNAI que conhece a área esclareceu que a mesma é ocupada por um grupo Apurinã com cerca de 50 pessoas. Este grupo indígena não mantém relações com o CIMI ou com a COIAB, e os seus membros raramente vêm a Manaus. Trata-se de uma terra indígena com apenas 5.251 hectares, de pouca importância no

contexto geral do corredor, e cujos ocupantes não foram convidados a comparecer a nenhuma das reuniões havidas no decorrer do processo de consultas.

Os representantes locais da FUNAI também queixaram-se das dificuldades orçamentárias do órgão, que não dispõe de recursos para desenvolver as suas atividades previstas para o segundo semestre deste ano. Neste sentido, a FUNAI-Manaus considerou interessante a existência de um componente indígena no PCE, lamentando, no entanto, que outras terras indígenas situadas na região, como as terras dos Mura, não tenham sido incluídas na área proposta para o corredor central da Amazônia.

## **IBAMA**

O consultor teve o privilégio de conversar várias horas seguidas com o superintendente do IBAMA em Manaus sobre a interface da questão indígena com o PCE. O superintendente se dispôs a comparecer à reunião na TI Waimiri-Atroari, para lá deslocando-se em veículo próprio, e fazendo questão da companhia do consultor nas viagens de ida e de volta a Manaus. O consultor ficou muito impressionado com a disposição do superintendente, e constatou que a atuação dele - que se encontra já há quatro anos no exercício da função - está sendo ampla e positivamente reconhecida pelas lideranças indígenas e entidades indigenistas da região. Para mencionar um só pequeno exemplo, ao chegar a Manaus o consultor tomou conhecimento através da imprensa local que a superintendência do IBAMA havia doado à associação das mulheres indígenas do Rio Negro uma grande quantidade de pescado que havia sido apreendida pelo órgão. Ou seja, de uma situação anterior em que os índios eram apenas vítimas da fiscalização ambiental, passaram a ser também beneficiários.

Tal postura e tais atitudes do superintendente, reiteradas ao longo do tempo, fizeram do IBAMA local uma referência viva para os povos indígenas, superando uma tradição de relacionamento difícil com a FUNAI. O consultor considera que a atuação do superintendente constitui um patrimônio político precioso para a implantação do PCE na região. Isto é reconhecido por todas as demais entidades contatadas pelo consultor, sendo que o IBAMA tem mantido relações regulares com as mesmas.

O superintendente do IBAMA lamentou que a execução do PCE esteja prevista para iniciar-se somente no próximo ano. Insistiu com o consultor para verificar se não há possibilidade de antecipação de recursos para a formulação de projetos do PCE com interface indígena. Afirmou que, pelo que vira na reunião da TI Waimiri-Atroari e pelo relato dos técnicos do órgão que participaram das outras reuniões havidas no Solimões, o terreno estaria mais do que preparado para se iniciar a fase de formulação dos projetos. Embora concordando com o superintendente, o consultor esclareceu que será difícil antecipar este processo, já que a liberação de novos recursos de pré-investimento dependerá da assinatura do contrato entre os doadores e o governo brasileiro, prevista apenas para o início de 99.

## **IPAAM**

O IPAAM, Instituto de Pesquisas Ambientais do Amazonas, é o órgão ambiental do estado, responsável pela gestão das unidades de conservação estaduais, tais como as reservas de desenvolvimento sustentável de Mamirauá e de Amanã, que integram o núcleo principal de unidades de conservação do corredor central. O IPAAM não tem competências legais diretamente relacionadas às terras e aos povos indígenas da região. No entanto, é uma instituição chave no contexto do projeto.

O consultor contactou o IPAAM através de Neliton Marques da Silva, que é também professor da

Universidade de Manaus. Desde logo, ele afirmou que não havia qualquer demanda ou avaliação prévia dos técnicos do órgão relacionadas à questão indígena, mas se dispôs a iniciar uma discussão a respeito. Afirmou que não via problemas em o órgão disponibilizar suas áreas de competência (como em manejo de pesca, por exemplo) para apoiar projetos indígenas do PCE que delas pudessem se beneficiar. O IPAAM tem expectativa (obviamente justificada) de integrar a instância máxima a nível regional de gestão do PCE.

O consultor solicitou sondagens junto às instâncias dirigentes do órgão sobre a possibilidade de o IPAAM mediar, no âmbito do PCE, outras demandas indígenas pertinentes que se refiram a outros órgãos estaduais do Amazonas, especialmente as que guardam interface com atribuições legais do IPAAM, como saneamento básico e educação ambiental. Neliton se dispôs a realizar estas sondagens, expressando opinião pessoal favorável.

Neliton informou que a prioridade para a atuação do órgão neste e no próximo ano será a implementação das unidades de conservação estaduais já existentes, especialmente a reserva de desenvolvimento sustentável do Amanã, estratégica para a conectividade do corredor central, que foi recentemente criada e carece de todas as providências legalmente previstas. Tem conhecimento de que a área da mesma se sobrepõe à TI Cuiú-Cuiú, e considera este um dos problemas que terão que ser proximamente resolvidos. Mas a principal prioridade do IPAAM será a implementação dos pgais (sub-projetos do SPRN) estaduais, previstos para o sul do estado e para o eixo da BR-174. Informou que o primeiro pgai a ser implantado é o do sul do estado, mas prevê que o da estrada começará a ser trabalhado no segundo semestre de 99. O consultor recomenda que a implementação deste segundo pgai esteja articulada à formulação e à execução de projetos no âmbito do PCE relacionados à mesma região.

## **PWA**

O PWA originou-se de um convênio estabelecido entre a ELETRONORTE e a FUNAI, no contexto da construção da hidrelétrica de Balbina, relativo à indenização que a primeira se comprometeu a pagar, pelo período de 25 anos, aos povos Waimiri e Atroari que tiveram as suas terras parcialmente inundadas. Há um programa similar para os Parakanã (PA) afetados pela construção de usina de Tucuruí, e outro mais limitado e em gestação na TI São Marcos (RR), dos índios Makuxi e Wapixana, que será atravessada pela linha de transmissão da energia produzida em Guri (Venezuela).

No entanto, o PWA não é propriamente um programa governamental, tem personalidade jurídica de associação civil sem fins lucrativos, e constitui hoje um complexo de projetos muito mais abrangente que o seu perfil original. O consultor o considera o mais bem sucedido programa de ação indigenista oficial (talvez por não ser tão oficial) em execução no Brasil. O PWA dispõe hoje de 88 funcionários, incluídos alguns índios, que integram uma equipe de proteção ambiental, e alguns servidores da FUNAI, cedidos por força de convênio.

O PWA desenvolve uma diversidade de projetos na TI Waimiri-Atroari, como os já aqui mencionados, onde mantém uma estrutura de apoio em condições plenas de funcionamento, na qual se inclui o NAWA, que nos hospedou. Mantém estruturas permanentes de fiscalização no trecho da BR-174 que cruza a área e na parte do Lago de Balbina que dá acesso à mesma. Há postos de vigilância nos pontos da estrada que adentram a área pelo sul e pelo norte, com cancelas que se mantêm fechadas durante a noite, interditando o trânsito de veículos, exceto ônibus e os que transportam pessoas doentes ou cargas perecíveis. Os motoristas recebem instruções escritas ao ingressarem em terra indígena, e são orientados a não pararem no seu interior exceto em caso de urgência. Com o término da pavimentação da estrada (faltam apenas 30 km), o PWA estuda formas de viabilizar a sua

desinterdição noturna sem que ocorra a perda de controle sobre o trânsito de terceiros no trecho em terra indígena. O PWA está em fase final de negociações com a superintendência do IBAMA em Manaus, para a realização de convênio visando estender a sua estrutura de fiscalização no Lago de Balbina à Rebio do Uatumã, situada a pequena distância do limite da TI Waimiri-Atroari.

O PWA é uma referência institucional muito importante para o PCE, não apenas quanto a eventuais projetos relativos aos povos indígenas, mas também a outros que impliquem em vigilância e gestão territorial, inclusive os relacionados a outros componentes do PPG7, como o pgai do SPRN que será implantado no eixo da BR-174. O PWA mantém uma sede própria em Manaus, onde funciona a coordenação do programa e uma loja de artesanato Waimiri-Atroari de boa qualidade, e onde se pode obter todas as informações sobre os índios, o programa e os projetos que desenvolve.

Os coordenadores do PWA informaram ao consultor que, assim como os Waimiri-Atroari, não têm expectativas em relação ao PCE. Acham a proposta interessante e se disporão a apoiá-la no que puderem, mas partilham do ceticismo dos índios em relação a um certo descompasso entre a grandiosidade estratégica do conceito e o tempo relativamente curto, com recursos previstos, para a sua implantação. Sua experiência indigenista demonstra que os melhores resultados só podem ser colhidos através de intervenções continuadas, a longo prazo. Acham que o componente indígena do PCE, se bem encaminhado, poderá viabilizar o início de bons trabalhos, mas corre o risco de não deixar muita coisa se estes trabalhos forem prematuramente interrompidos, ao final do financiamento previsto.

Afirmaram, no que se refere a possíveis intervenções do PCE junto aos Wai-Wai, que o PWA poderá oferecer a sua metodologia, treinamento de quadros e retaguarda logística. Mas não tem condições de ser o executor de um projeto para as terras indígenas vizinhas, o que pressuporia quadros com disponibilidade total e dedicação exclusiva, que pudessem morar ou passar longos períodos nas aldeias acumulando relações diretas com as comunidades, a exemplo do que fazem os missionários. No seu entender, os problemas ambientais nelas existentes são diretamente decorrentes da forma como as sociedades indígenas locais estão hoje estruturadas, demograficamente concentradas em algumas poucas aldeias, desenvolvendo dependências em relação a um modo de vida regional que objetivamente não lhes interessa. Reverter este quadro dependeria da ação continuada de pessoas que acumulem relações de confiança com os índios. Ações de saúde, ainda que através do enfoque do saneamento, além do fomento a iniciativas que abarquem também pequenos projetos e problemas comunitários, seriam componentes indispensáveis. Sobretudo no caso dos Wai-Wai, o PCE deveria caminhar passo a passo com o PDI e o PPTAL, o que o consultor acolhe como recomendação. Segundo os coordenadores do PWA, quadros específicos deveriam ser recrutados e treinados para executar projetos nas terras Wai-Wai e, neste caso, o apoio direto da FUNAI seria fundamental, dada a situação das terras ainda não reconhecidas e a presença de missionários e de índios isolados.

## **COIAB**

O consultor e o coordenador do PPTAL fizeram visita à sede da COIAB, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, onde foram recebidos pelo vice coordenador, Cláudio Mura, por um outro integrante da coordenação, Benjamim Castro Piratapuaia, e pelo assessor de comunicação, Manuel da Silva Lima. O coordenador recém-eleito da COIAB, Euclides Macuxi, infelizmente não pode comparecer à reunião em virtude de superposição de agendas.

O consultor fez um resumo do PCE e dos trabalhos de consulta em curso. Enfatizou a expectativa de índios e de instituições responsáveis pelo projeto de que a COIAB venha a se integrar à instância regional que coordenará a implantação do corredor central da Amazônia e a ajudar na articulação

com as organizações indígenas a ela filiadas, baseadas na região abrangida pelo corredor, que serão executoras de projetos específicos no âmbito do PCE.

O vice coordenador informou que a atual gestão da diretoria da COIAB está se iniciando agora e que, infelizmente, não houve transmissão das informações relativas ao PCE por parte dos membros da diretoria anterior que estavam acompanhando os projetos do PPG7. Mas informou também que havia participado da reunião ocorrida em Anavilhanas durante missão do Banco Mundial, quando tomou conhecimento do projeto e do processo de consultas a se iniciar. Reafirmou o interesse da COIAB em participar da coordenação regional que venha a se responsabilizar pela implantação do corredor central. O vice coordenador afirmou, ainda, que a COIAB está programando um seminário sobre biodiversidade em parceria com a superintendência do IBAMA, que deverá realizar-se no final de outubro, e que convidará o consultor para fazer uma apresentação do PCE no evento. Lamentou, também, que as terras Mura, tão próximas de Manaus, não tenham sido incluídas no traçado do corredor...

O assessor de imprensa informou que, no referido seminário, os índios ligados à COIAB deverão produzir um documento escrito que incluirá referências e expectativas em relação ao PCE. Levantou alguns pontos para esclarecimentos, como a questão das terras indígenas ainda não demarcadas situadas na área do corredor, e as possibilidades de acesso direto dos índios aos recursos relativos a projetos próprios. O coordenador do PPTAL informou sobre a situação atual das demarcações na região e o andamento das negociações relativas ao PDI. O consultor traçou perfis de projetos indígenas que poderiam ser elegíveis pelo PCE e informou que organizações indígenas ou de apoio poderiam executar projetos e gerir os recursos correspondentes, embora não houvesse ainda uma definição de mecanismo financeiro para este fim.

## **CIMI**

Francisco Loebbens, vice-presidente do CIMI, o Conselho Indigenista Missionário, acompanhado de dois assessores do CIMI-Norte-II, recebeu o consultor e o coordenador do PPTAL na sede local da organização. Já dispunham do informe escrito distribuído pelos outros consultores na reunião de consulta às comunidades do médio Solimões, que lhes havia sido transmitido pela Prelazia de Tefé e pelos representantes locais do CIMI. Solicitaram cópia da última versão do projeto, que lhes foi disponibilizada imediatamente.

A questão das demarcações também foi suscitada, e o coordenador do PPTAL informou sobre o estágio atual do projeto em geral, particularidades no corredor, e comentou sobre outros casos e dificuldades específicas. O CIMI reconhece os avanços que o PPTAL proporcionou e lamenta que ele não constitua política para todo o território nacional. O vice presidente solicitou esclarecimento sobre a figura jurídica do corredor e eventuais implicações em restrições de usufruto para os índios. O consultor confirmou que o corredor não constitui uma unidade de conservação e não implica em restrição de usufruto que não seja de interesse ou iniciativa dos índios.

Na reunião, foi longamente analisado e discutido o mapa de apoio que contém o traçado do corredor. No entender dos presentes, o corredor central é excessivamente extenso, mas é melhor que seja assim a se excluir dele os índios do alto Solimões. Os vice presidente lamentou que as terras indígenas do Purús/Juruá não tenham sido incluídas na área do corredor. O consultor concordou que, daquelas terras ao Vale do Javari, se configura evidentemente um corredor, sendo que a maioria delas foi ou será demarcada pelo PPTAL.

O dirigente do CIMI agradeceu a visita e a consulta, informando que o texto do projeto seria analisado



e discutido. Fez referências positivas à superintendência do IBAMA em Manaus, considerando que há acesso fácil ao órgão que terá responsabilidade de coordenação do PCE. Solicitou o envio de novos documentos que venham a ser produzidos em decorrência das negociações finais entre o Banco Mundial, os doadores e o governo brasileiro.

## **FVA/GTA**

O consultor e o coordenador do PPTAL foram recebidos pela secretária executiva da Fundação Vitória Amazônica, Muriel Saragoussi, que também representará o GTA na instância regional que vier a coordenar a implantação do corredor central. A FVA formulou e executa, em conjunto com as comunidades extrativistas locais, o plano de manejo do Parque Nacional do Jaú. Nesta unidade federal e na cidade de Novo Airão, que fica nas proximidades, a FVA concentra o foco da sua atuação. Dispõe de uma sede própria em Manaus, onde estivemos, e ali também se comercializa bom artesanato.

Muriel ficou informada sobre as reuniões de consulta havidas entre os índios da região do corredor. Acentuou que ainda é grande a desinformação sobre o projeto. Manifestou a expectativa de que a nova coordenação da COIAB, sob o comando do Euclides Macuxi, possibilitará uma interlocução estável dos índios com o PCE a nível regional. Afirmou que acompanharia este processo, e que o GTA apoiará as iniciativas indígenas que vierem a ser formuladas no contexto do PCE.

Coincidentemente, enquanto estávamos na FVA um dos seus técnicos elaborava um informe resumido sobre o PCE para as organizações da sociedade civil da região. O texto de apoio à consulta serviu-lhe também como subsídio.

A FVA não tem atuação específica em relação à questão indígena ou projetos em terras indígenas. Relaciona-se com organizações indígenas e de apoio no âmbito do GTA e em outras articulações interinstitucionais locais e gerais. A FVA mantém relações de cooperação com pesquisadores de várias formações técnicas do INPA, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, e da UA, Universidade do Amazonas, e pode colaborar para a formulação e execução de projetos com interface indígena no PCE através da identificação de parcerias técnicas e, eventualmente, da prestação de serviços nas suas áreas de competência como, por exemplo, em sistema de informações geográficas.

## **CONVÊNIO INPA/UA/IL**

Através de consultas informais, o consultor foi informado que as instituições públicas de pesquisa locais, como o INPA e a UA, em decorrência das dificuldades orçamentárias vividas nos últimos anos, não dispõem de estratégias ousadas para a inserção dos seus instrumentos de pesquisa nas demandas sociais regionais. Há, nestas instituições, flexibilidade para a realização de convênios com terceiras partes em função de projetos, e até há uma proliferação de convênios com efetividade variável. No entanto, a dinâmica e a efetividade destes convênios depende do engajamento de pesquisadores destas instituições que estejam especificamente interessados.

O consultor tomou conhecimento da existência de um convênio entre o INPA, a UA e o IL, Instituto Luterano, que reúne pesquisadores interessados em projetos com interface social. Contatou-o, através do Prof. Hiroshi Noda, pesquisador do INPA, que achou interessante a interface indígena do PCE. Pessoalmente, está envolvido, entre outros, com um projeto de energia solar para comunidades, e chegou a atuar na TI Bom Intento, uma ilha Ticuna do alto Solimões. Hiroshi acha possível, quando for se iniciar a formulação de projetos no âmbito do PCE, identificar áreas de

interesse comum e oportunidades concretas de aporte técnico pelo convênio.

Este projeto, mesmo, pareceu ao consultor de interesse para o corredor, se for possível desenvolvê-lo em escala entre as comunidades - não apenas indígenas - que vivem na sua área de abrangência. Parte da demanda de geração de excedentes destas comunidades está relacionada com a necessidade de aquisição de diesel, que às vezes chega por via aérea, para geradores e bombas hidráulicas. Uma matriz energética comunitária alternativa, viria bem a calhar para a proposta do corredor ecológico. Segundo Hiroshi, a questão central é o treinamento de membros das comunidades na instalação, operação e manutenção dos equipamentos. Bem utilizadas, as baterias duram quatro anos, e as placas, dez.

#### **10.4. TEXTO ELABORADO E UTILIZADO PELOS CONSULTORES NO PROCESSO DE CONSULTA AOS ÍNDIOS.**

##### **O QUE SÃO CORREDORES ECOLÓGICOS**

Corredor ecológico é uma região que tem a forma de uma grande faixa de terra onde o governo vai apoiar projetos de conservação da natureza. Vários estudiosos e autoridades do governo escolheram seis áreas para serem corredores no Brasil: quatro na Amazônia e dois na Mata Atlântica, que fica no litoral Leste do Brasil. Estas faixas de terra foram consideradas muito importantes para a conservação da natureza, por isso receberam este nome de corredores ecológicos. Um dos corredores ecológicos na Amazônia vai do alto Solimões até o rio Nhamundá, no baixo Amazonas.

Antigamente, se pensava que a criação de reservas ecológicas, onde ninguém pode explorar, seria suficiente para proteger a natureza. Mas isso não é bastante pois a exploração da natureza tem aumentado tanto que está pondo em risco a existência de várias espécies de plantas e animais. Em muitas regiões da Amazônia a caça e a pesca está ficando difícil, e várias árvores não são mais encontradas. Esta ameaça preocupa as autoridades e, principalmente, as pessoas que moram na Amazônia.

Hoje se acredita que para proteger a natureza não basta só apoiar reservas ecológicas. É preciso também incentivar a proteção da natureza nas terras em torno das reservas, onde moram ribeirinhos, índios, fazendeiros e mesmo pessoas da cidade. Foi pensando assim que o Projeto Corredores foi criado. Vai incentivar a proteção e o uso moderado da natureza em uma grande faixa de terra contínua para garantir que a conservação não fique isolada em ilhas.

O Projeto está preocupado principalmente em proteger a grande variedade de espécies de vida ameaçadas pela exploração da natureza. Essa variedade de plantas e animais é chamada de biodiversidade. Sabemos que várias espécies da natureza estão desaparecendo antes mesmo que possamos conhecer sua utilidade. A perda da biodiversidade nunca é recuperada. Quando um animal ou planta desaparece da natureza, não tem como recuperar.

O Projeto dos Corredores Ecológicos quer proteger a biodiversidade com a participação de todos que moram e usam a natureza na faixa de terra dos corredores. Para isso, as autoridades vão apoiar projetos de conservação que a população apresentar e também que eles vão sugerir.

Por exemplo, vão ajudar a criar áreas de preservação de lagos e matas guardadas dentro de fazendas e de áreas indígenas. O Projeto vai ajudar também a regular o uso da natureza, para evitar a exploração exagerada. O controle da pesca nos lagos da várzea é um exemplo de uso regulado.

##### **CORREDORES ECOLÓGICOS NO PP-G7**

No Brasil, começará agora a ser executado um projeto que pretende implantar corredores ecológicos em algumas regiões da Amazônia e da Mata Atlântica. Já foram feitos estudos preliminares para identificar as áreas pelas quais ele vai começar. O projeto faz parte do PP-G7, o

Plano Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e do qual participam vários órgãos públicos como o Ibama e a Funai.

O PP-G7 é financiado pela cooperação internacional, especialmente pelo governo alemão, e a sua execução é acompanhada pelo Banco Mundial. Ele se divide em várias partes, também chamadas de “componentes”. Um desses componentes é o PPTAL, Plano de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal, coordenado pela Funai, que financia identificações e demarcações de terras indígenas situadas nessa região. Outro componente é o PDA, que financia projetos comunitários de associações civis e organizações não governamentais da Amazônia e das regiões de Mata Atlântica. Esse componente vai criar uma linha de financiamento específica para comunidades e organizações indígenas, que vai se chamar PDI, e que deve começar a apoiar projetos no próximo ano. O Projeto Corredores Ecológicos também é componente do PP-G7 e será coordenado pelo Ibama.

Estudos iniciais selecionaram duas regiões prioritárias para a implantação de corredores ecológicos, uma situada na Amazônia e outra na Mata Atlântica. Assim, estão planejados os chamados Corredores Centrais da Amazônia e da Mata Atlântica. A primeira abrange uma grande parte do estado do Amazonas, desde a fronteira com a Colômbia, no alto Solimões e no alto Japurá, passando pelo médio Solimões, pela bacia do Rio Jaú, pela região de Manaus, estendendo-se pelas terras indígenas situadas na região de fronteira entre os estados do Amazonas, Roraima e Pará. A segunda está situada na região próxima ao litoral atlântico que abrange o sul do estado da Bahia, a maior parte do Espírito Santo e uma pequena parte de Minas Gerais. Outras regiões da Amazônia e da Mata Atlântica também já foram propostas para a implantação de outros corredores ecológicos, mas ainda serão melhor estudadas.

### **CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA**

O Corredor Central da Amazônia abrange 44 terras indígenas e 28 unidades de conservação ambiental, como são chamados os parques e reservas, estaduais ou federais, destinados à preservação ou conservação do meio ambiente, além de muitas outras áreas pertencentes a particulares, empresas, municípios, estados e à própria União. Essas 44 terras indígenas representam cerca de 33% da extensão total da área proposta para esse corredor. Nelas vivem comunidades de 33 etnias diferentes, com uma população total de mais de 30 mil índios. Todas as comunidades indígenas da região dependem, desde tempos imemoriais, do uso dos recursos naturais para a sua subsistência e para as suas diversas práticas culturais. No entanto, são muito diferentes as relações de contato desses diversos povos com a sociedade envolvente. Há índios isolados, como os Karafawyana e os Wai-Wai da terra indígena (interditada) Trombetas-Mapuera, e outros, como os povos do médio e alto Solimões, que se relacionam há mais de duzentos anos com a sociedade nacional.

Sendo assim, em cada rio, em cada região, em cada povo, haverá interesses e possibilidades diferentes de participação no projeto do Corredor Central da Amazônia. As instituições responsáveis pelo projeto querem fazer um trabalho de divulgação, consulta e discussão sobre ele junto a todos os atores sociais da área proposta para o corredor que estiverem interessados. No caso das lideranças e organizações indígenas, esse trabalho terá início em julho de 98, com reuniões de consulta em cinco diferentes lugares dentro da área proposta. Nessas reuniões serão transmitidas às lideranças indígenas informações sobre o projeto, e elas poderão manifestar as suas opiniões e fazer os seus relatos sobre os principais problemas relacionados ao uso dos recursos naturais que são enfrentados

por suas comunidades, orientando as instituições responsáveis pelo projeto com sugestões que possibilitem e facilitem a participação nele das comunidades indígenas interessadas.

O Projeto Corredores Ecológicos poderá apoiar a formulação e a execução de tipos diferentes de projetos, especialmente os que sejam de iniciativa conjunta de várias comunidades indígenas ou não indígenas, não se limitando a uma única comunidade ou área, sempre tendo como objetivo a proteção, a conservação ou o uso sustentável dos recursos naturais.

Projetos específicos de uma comunidade ou área, que não poderão ser apoiados no Projeto Corredores Ecológicos, poderão ser apresentados junto a outros componentes do PP-G7, como o PDI. Projetos para identificação ou demarcação de terra indígena, da mesma forma, deverão ser encaminhados para o PPTAL.

Os projetos conjuntos de várias comunidades ou áreas poderão tratar de problemas comuns referentes à proteção das suas terras, ao uso dos recursos naturais, ao melhor conhecimento sobre o meio ambiente natural. Poderão ser projetos de fiscalização conjunta de terras indígenas e outras áreas protegidas vizinhas, projetos para conhecer, proteger, recuperar ou manejar melhor os lugares onde nascem e de onde vêm os peixes e outros animais, ou onde se concentram árvores e plantas mais utilizadas pelas comunidades para fazerem as suas casas, os seus utensílios, o seu artesanato, os seus alimentos e medicamentos.

### **SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO**

O Projeto dos Corredores Ecológicos está agora em fase final de negociação entre o governo brasileiro, o Banco Mundial e os doadores. O contrato do projeto deverá ser assinado até o final deste ano. A partir de então, o projeto disporá de recursos para começar a sua fase de execução. No início de 99 deverão começar a ser constituídas as instâncias de coordenação do Projeto e os primeiros projetos específicos que dele farão parte começarão a ser elaborados e executados. O Projeto dos Corredores Ecológicos tem duração prevista para cinco anos.

Comunidades indígenas e outros interessados em maiores informações sobre o Projeto dos Corredores Ecológicos e sobre os outros componentes do PP-G7 poderão contatar os técnicos da Coordenação do PPTAL na Funai pelo telefone e fax (061) 226-7500, ou pelo endereço da sede da Funai em Brasília. Também poderão obter mais informações sobre o Projeto dos Corredores Ecológicos junto ao Ibama, em Manaus, pelos telefones (092) 237-3357, 237-3710 e 237-5177.

,,,3